

Francisco Irapuan Ribeiro
(Organizador)

**EDUCAÇÃO FÍSICA E FELICIDADE:
lazer, inclusão social e práticas
pedagógicas no sertão cearense**



**Francisco Irapuan Ribeiro
(Organizador)**

**EDUCAÇÃO FÍSICA E FELICIDADE:
lazer, inclusão social e práticas
pedagógicas no sertão cearense**

Ituiutaba, MG

2015



© Francisco Irapuan Ribeiro (Organizador), 2015.
Arte Gráfica e editoração: Anderson Pereira Portuguesez.
Arte da capa: Paulo Roberto Ricarte Pereira/Anderson Pereira Portuguesez.
Prefácio: Francisco Irapuan Ribeiro.
Apresentação: Leonardo José Aprigio Costa Sousa
Revisão ortográfica e gramatical: Suilei Monteiro Giavara.

Contatos:

E-Books *Barlavento*

CNPJ: 19614993000110. Prefixo editorial: 68066 / Braço editorial da Sociedade Cultural e Religiosa Ilê Asé Babá Olorigin.

Rua das Orquídeas, 399, Cidade Jardim, CEP 38.307-854, Ituiutaba, MG.

Tel: 55-34-32689168 e 55-34-88629391

Barlavento.editora@gmail.com

Conselho Editorial:

Pareceristas permanentes

Mical de Melo Marcelino (Editor–chefe)

Antônio de Oliveira Junior

Claudia Neu

Giovanni F. Seabra

Hélio Carlos Miranda de Oliveira

Leonor Franco de Araújo

Maria Izabel de Carvalho Pereira

Jean Carlos Vieira Santos

Pareceristas convidados

Lucas Vieira de Lima Silva

Mirleide Chaar Bahia

Jefferson Jurema da Silva

Myrian Abecassis Faber

Vanderlan Santos Mota



Equipe de revisores

Prof. Dr. Francisco Cavalcante de Alcântara
Prof. Msc. Jorge Teixeira do Nascimento
Prof. Msc. José Lyryal Rolim de Castro
Prof. Msc. Luiz Carlos da Silva Junior
Profa. Msc. Roselane da Conceição Lomeo
Prof. Msc. Rildo Figueiredo Pinheiro
Prof. Esp. Antonio Andrew Farrapo Frota
Prof. Esp. Juciel de Araújo Lima
Prof. Esp. Rubens Hissao Minaguti
Prof. Esp. Thiago Soares Tavares
Profa. Msc. Norma Marques David de Sousa

Educação física e felicidade: lazer, inclusão social e práticas pedagógicas no sertão cearense. Francisco Irapuan Ribeiro (organizador). Ituiutaba: Barlavento, 2015, 214 p.

ISBN: 978-85-68066-13-3

I Francisco Irapuan Ribeiro. II Vários autores.

1 Educação física. 2 Lazer. 3 Inclusão social. 4 Práticas pedagógicas.

Todos os direitos desta edição foram reservados aos autores e ao organizador. A reprodução desta obra para qualquer fim e por qualquer meio fica expressamente proibida.



Numa justa homenagem, dedico este trabalho a todo(a)s o(a)s guerreiro(a)s professore(a)s do Curso de Educação Física da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA. Incluindo nesse bojo, os que já fizeram parte desse grupo e hoje estão em outras missões acadêmicas. Sabemos que muito ainda temos de avançar, mas a semente já foi plantada.

Organizador.

SUMÁRIO

Prefácio	9
Apresentação Leonardo José Aprigio Costa Sousa	11
Capítulo 01 Lazer, natureza e sustentabilidade das cidades	16
Capítulo 02 Reflexões sobre a programação de lazer em um <i>resort</i> no ceará	38
Capítulo 03 O contexto dos equipamentos e espaços de lazer na área urbana do município de Sobral, CE	56
Capítulo 04 Um olhar acadêmico sobre lazer na área urbana em Sobral – CE	74
Capítulo 05 Caracterização dos equipamentos polivalentes de lazer em Iguatu–CE	91
Capítulo 06 Desvendando os modelos familiares dos beneficiados pelo Programa Segundo Tempo	106
Capítulo 7 O Programa Segundo Tempo em Taparuaba, distrito de Sobral – CE	122

capítulo 8	
Socialização por meio do esporte educacional no Programa Segundo Tempo	139
Capítulo 09	
Capoeira no Programa Segundo Tempo: na ginga da cidadania, lutando contra a indisciplina	149
Capítulo 10	
Abordagens pedagógicas da educação física escolar: características predominantes	161
Capítulo 11	
Influência das redes sociais digitais (Facebook) nas aulas de educação física	174
i	
Capítulo 12	
Emergência da educação ambiental no processo de formação docente em educação física	185
Capítulo 13	
Aprendizagem motora e transtornos específicos do desenvolvimento das habilidades escolares: relato de experiência	199

PREFÁCIO

Os sonhos não são fáceis de serem descritos, nem mesmo quando realizados. Pelo menos é o que percebo nesse momento de prefaciar essa pequena grande obra coletiva que trata do redesenho da Educação Física no semiárido nordestino.

Os textos dispostos nessa obra foram adaptados e adequados ao formato de livro, enfatizando essencialmente os resultados das pesquisas realizadas por meus e minhas ex-orientando(a)s que hoje me dão orgulho de serem excelentes Profissionais da Educação Física.

A grande dificuldade, portanto, seria proceder a uma seleção entre as 50 orientações de Trabalho de Conclusão de Curso que me foram oportunizadas em 06 anos de experiência docente na Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA/Sobral e Universidade Regional do Cariri, Unidade Descentralizada de Iguatu URCA/UD/IGT. Desse modo, resolvi selecionar os textos que, ao final, foram organizados nos seguintes blocos:

– lazer – minha predileção na atualidade que, por isso, não poderia ficar de fora – introduzido por um texto de dois dos mais importantes pesquisadores em lazer na contemporaneidade: Profa. Dra. Mirleide Chaar Bahia e Prof. Dr. Silvio José de Lima Figueiredo;

– práticas pedagógicas, com textos com temáticas que agregam valores inter e transdisciplinares à Educação Física Escolar;

– inclusão social, somente com pesquisas realizadas no Programa Segundo Tempo que aborda sobre esporte educacional.

Trata-se de um passeio acadêmico no sertão do Ceará – entre o noroeste e o centro-sul, avançando algumas vezes para o sul ou para o norte – por meio das contribuições de concluintes de graduação e da honrosa colaboração de profissionais afinados com a premissa de que a construção diária de saberes pode ser percebida como “Educação Física e Felicidade”.

Agradeço, portanto, a gentileza e a paciência dos mais de 50 profissionais de Educação Física que me deram a honra de participar na construção de mais esse feito.

Prof. Msc. Francisco Irapuan Ribeiro

APRESENTAÇÃO

Não há definição que não seja difícil de elaborar. Definir é dar, numa frase concisa ou no agrupamento de várias delas, toda a noção que se possa ter, em palavras, em palavras centrais, em palavras-chave e palavras de ouro o conceito exato dessa mesma coisa. E às vezes, “a coisa”, a palavra, uma única palavra ou até mesmo um punhado delas nem sempre se torna autoridade maior, há algo que, em seu nascedouro, é repleto de aspectos valorativos, experiência inimagináveis e de sinergias incalculáveis.

É bem certo, que a palavra exerce uma magia, um encantamento, um rompimento de fronteiras a cada costura exercida entre si mesma. É bem certo que a palavra exerce um fascínio a cada postura do interlocutor e a cada breve silêncio em prol de uma evolução contínua do conhecimento que corre por entre as veias ou que se concretiza ao mais simples gesto de “re-pensar”, de romper pragmatismos e engessamentos.

O encontro das palavras permite uma sinergia, um diálogo leve, despretenhioso. De maneira geral, a essa mistura, definimos como combinação de dois, três, quatro ou até aqui, treze elementos ou capítulos de forma que o resultado dessa doce amalgamação seja maior do que a soma dos resultados que esses elementos teriam separadamente.

A obra Educação Física e Felicidade: Lazer, inclusão social e práticas pedagógicas no sertão cearense é, sem sombra de dúvidas, a pluralidade de sonhos e de honestos sonhadores, que assim como eu, acreditam que sonhos são feitos para a gente realizar, proliferar, revisar automatismos que, não raro, são inimigos do ato intelectual e das boas sensações.

Do encontro das palavras educação, física e felicidade, ou melhor, Educação Física e felicidade os desdobramentos propiciam um campo fértil de possibilidades, porém, destaco que os treze capítulos enumerados nessa obra assumem a patente função de gatilho da ação e, com efeito: palavras e mais palavras que surgem no ineditismo ou com a moral de incluir, rever práticas pedagógicas e principalmente, criar uma atmosfera e postura para a Educação Física sempre com atitude positiva, exponencial e perfeitamente replicável, de norte a sul, do Oiapoque ao Chuí, do sertão ao litoral, da Amazônia verde à Amazônia azul dos oceanos.

A obra é o encontro de saberes, a reunião de olhares, a mansidão entre o registro escrito e as palavras que nunca morrem.

Às vezes, a coisa que está a ser definida é complicadíssima, mas é bem certo que a curiosidade humana, alimentada pela necessidade de uma técnica ou do valor

colaborativo do saber técnico-científico, faz com que a palavra, ela, “a coisa”, milhões delas que estão por definir, venha a ganhar *status* de algo memorável, tempo comum e de comunhão entre aqueles que, em um jogo da fala, da escrita, do pensamento, da reflexão e do registro, coadunam no somatório de coisas voltadas para o mesmo fim.

Eis que os sonhos viram obra e esta obra nada mais é que o retrato vivo de realidades, encontros, despedidas, reencontros. Sendo assim, o livro tem por mérito ilustrar, vir como depoimento, ricos e excelentes testemunhos dos operadores da Educação Física que, como ofício primeiro, militam em prol da tão desejada felicidade.

E sendo assim, nesse espírito criador de infinitas palavras e no jogo par ou ímpar, dentro ou fora, frente e verso, chegar ou partir, doce ou salgado, singular ou plural, mundo ou universo, corpo e alma. Desse sonho de inúmeras antíteses um sentimento é o mesmo, educação. É do encontro de vontades e sob a batuta de vencedores que transmuta a mais genuína realidade de uma Educação Física para gente feliz, por gente feliz e por assim dizer: para a gente ser medonhamente feliz uns com os outros.

Diz Rui Barbosa, grande jurista baiano e um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras; “cada língua e cada palavra tem no seu gênio uma força de espontaneidade e

seleção, um critério de acerto e um tipo de beleza, que se exercem, ou se enunciam, pela sensibilidade e o instinto dos que a falam.”

Supondo que o leitor não discordou de mim até aqui, passo a emitir um conceito paradoxal: “a melhor palavra escrita é a que mais se aproxima da palavra falada; e a melhor palavra falada é a que mais se aproxima da palavra escrita”.

Por isso, arrisco dizer que a palavra falada é caprichosa, indisciplinada, irregular. Quem fala deixa muitas frases por acabar. Já a palavra escrita é, por sua vez, mais disciplinada, inerente à própria lentidão consequente do mecanismo da escrita, mais o fato de os pensamentos não poderem todos figurar no papel já nos obrigam a fiscalizar mais e mais as ideias.

A palavra falada conta com o auxílio inestimável da entonação, do gesto, da expressão fisionômica. A palavra escrita transporta ao papel a ânsia da “fala comum”, da palavra falada comum e nessa obra, em particular, a palavra falada de uma gente comum: felizes!

Portanto, aceitando a existência de diferenças entre a palavra escrita e a palavra falada, interessa-nos aqui, principalmente, a palavra escrita em que, capítulo a capítulo, a acepção da palavra lazer e educação física, enquanto

caldeirão de ideias, permite esculpir sua importância cada vez mais indispensável e indissociável.

O compromisso desta obra está no elo entre ação e reflexão, onde os profissionais vão retirar elementos que servirão de alavanca na mudança de uma realidade por outra, no absurdo pelo coerente, no entender a realidade, negociar com ela.

A palavra está com aqueles que ligados à área da Educação Física e Lazer, ainda acreditam que é perfeitamente plausível, necessário e possível ser feliz através do movimento e ocupação do tempo.

1 LAZER, NATUREZA E SUSTENTABILIDADE DAS CIDADES

Mirleide Chaar Bahia¹

Silvio José de Lima Figueiredo²

Na sociedade moderna, o lazer faz parte do cotidiano das pessoas, como um direito social e como uma necessidade cultural, social, biológica e psicológica. Nas cidades, a sua importância vem aumentando nas últimas décadas, principalmente, no que se refere à necessidade de melhorias da qualidade de vida da população urbana e à sua contribuição para o desenvolvimento regional.

Nesse contexto, as relações socioambientais sofrem intensas modificações, o que gera preocupações quanto ao modelo produtivo que lhes dão sustentação, ocasionando significativos problemas à vida das pessoas no ambiente urbano e rural. Surge, então, a necessidade de se resguardar algumas áreas e institucionalizá-las como áreas protegidas naturais – no meio rural –, ou como Áreas Verdes Públicas Urbanas – no meio urbano.

¹<http://lattes.cnpq.br/6052323981745384>.

² <http://lattes.cnpq.br/2578700144404800>.

O lazer, ao assumir um aspecto educativo além das práticas relacionadas aos padrões de consumo, pode ser um elemento capaz de contribuir para uma inversão dessa lógica, se entendido, não como um instrumento de dominação e de alienação que impede a visão crítica das pessoas e camufla a realidade e os conflitos sociais, mas como uma perspectiva de produção de outras vivências modificadoras de valores e de atitudes que promovam o exercício da liberdade, podendo suscitar uma *práxis* conectada com relações socioambientais mais qualificadas e ainda funcionar como um “repensar” da vida na cidade, sinalizando elementos para o direito à cidade e à natureza.

Considera-se, portanto, que as vivências de lazer em áreas verdes podem possibilitar comportamentos de mudanças de atitudes cotidianas, de configurações de emancipação humana e de transformação de alguns desses valores, minimizando a ruptura ser humano-natureza nas cidades.

Este estudo tem por objetivo discutir teoricamente o lazer em áreas verdes públicas urbanas e as possíveis conexões com a sustentabilidade das cidades.

VIVÊNCIAS DE LAZER NAS CIDADES

Apesar das pessoas encontrarem formas diversas de experimentar o lazer, não necessariamente dependentes de um espaço específico como suporte, com a urbanização das cidades, os espaços e equipamentos públicos de lazer precisam existir e precisam ser potencializados, pois a realidade contemporânea vem demonstrando um estrangulamento de áreas livres e o desaparecimento deles. As cidades representam formas múltiplas de exercício de poder, de ocupação do espaço e de apropriação de seus recursos e, por isso, são *loci* de tensão, de competitividade e de diferenciações que afetam a organização social no seu conjunto (BAHIA; FIGUEIREDO, 2008).

Em determinadas interpretações sobre a cidade que ressaltam o seu aspecto funcional, estas podem assumir quatro funções essenciais: de lazer, de moradia, de trabalho e de circulação. O que se observa, contudo, no cotidiano, é que há uma apropriação das três primeiras funções pela dimensão privada, tendo-se como dimensão pública apenas a função de circulação (ROLNIK, 2000).

Atualmente, os espaços públicos de convivência social vêm sendo privatizados, o que favorece somente o usufruto das classes sociais com maior poder aquisitivo, as quais vêm

atribuindo à cidade a função exclusiva de circulação, uma vez que podem desfrutar de lazer em espaços privatizados, em condomínios fechados ou em residências de veraneio. Entretanto, para as classes mais pobres, carentes de opções, a cidade continua tendo a função de lazer, de morar, de trabalho e de circulação.

Compreende-se espaço público como aquele onde ocorre uma ação política e socialização ou, pelo menos, onde há a possibilidade de uma ação política. É um espaço que não se caracteriza unicamente pelo local físico-geográfico, pois não é só o *lócus* ou só o “palco” onde as coisas acontecem, este é, sobretudo, um espaço socialmente produzido contendo um significado simbólico para as pessoas (BAHIA, 2012). Caracteriza-se por ser um produto das relações das pessoas com o local, por ser simbólico, por ser de reprodução de diferentes ideias de cultura, “da intersubjetividade que relaciona sujeitos e percepções na produção e reprodução dos espaços banais e cotidianos” (SERPA, 2009, p. 9).

A acessibilidade ao espaço público, ou seja, à própria cidade e aos seus equipamentos públicos, não é somente física, pois possui subjetividades e nuances “que ultrapassam o *design* físico de ruas, praças, parques, largos, *shoppings centers* e prédios públicos” (SERPA, 2009, p. 16).

Essa acessibilidade não se reduz à questão material, mas pressupõe, igualmente, representações sociais e é carregada de simbolismos, com algumas interdições (barreiras físicas, paisagísticas, imagéticas etc.) que dificultam a acessibilidade dos indivíduos ao espaço.

As ruas e calçadas, por exemplo, principais locais públicos de uma cidade, para além de comportar apenas o fluxo de veículos e de pedestres, como representação de passagem e circulação, possuem outros fins e, como defende Jacobs (2000, p. 29), “são seus órgãos mais vitais”. Tais espaços públicos estão carregados de significados, enquanto lugares de vivências e experiências cotidianas das pessoas.

Para a autora, existe uma vida social nas ruas e calçadas, exatamente por serem públicas, já que estas reúnem pessoas que não se conhecem, no entanto, “aparentemente despreziosos, despropositados e aleatórios, os contatos nas ruas constituem a pequena mudança a partir da qual pode florescer a vida pública exuberante da cidade.” (JACOBS, 2000, p. 78)

Esses locais, que antes assumiam um papel essencial como ponto de encontro, vêm atualmente assumindo somente a função de circulação de pedestres e de veículos ou exclusivamente comercial, materializada, muitas vezes, pela substituição do comércio de rua pelos *shoppings centers*; o

bairro pelos condomínios fechados; as praias públicas, por *resorts* privados.

Os espaços públicos, entendidos também como áreas de sociabilidade e lazer, são indispensáveis ao cotidiano das cidades, e também podem ser percebidos com dupla função, pois, de acordo com Figueiredo (2008), ao mesmo tempo em que proporcionam lazer aos moradores, podem ser vistos como uma pequena amostra cultural de uma determinada sociedade, atraindo os visitantes desejosos de conhecer o que pode ser classificado como típico do lugar.

Há uma tendência à privatização das vivências cotidianas, e é possível perceber que as pessoas ficam cada vez mais limitadas ao seu espaço doméstico, utilizando os equipamentos tecnológicos (televisão, DVD, *internet*) como mediadores de seu contato com a realidade, com a cidade, o que significa reduzir sensivelmente as expressões humanas e afetivas, o contato com seus pares e com a cidade e a experiência em áreas verdes urbanas.

Entretanto, algumas ruas, calçadas, parques e praças ainda são lugares públicos com apropriação de populações pobres, quer pelas relações simbólicas significativas que essas populações têm com esses espaços, ou por serem os únicos lugares que elas têm acesso, em função da proximidade com suas moradias.

Com o crescente avanço da urbanização e a diminuição das áreas verdes da cidade, houve uma mobilização do poder público no sentido de demarcar e preservar algumas destas áreas, criando-se Áreas Naturais Protegidas¹.

ÁREAS VERDES PÚBLICAS URBANAS

As áreas protegidas, criadas em diversos países e, no Brasil, denominadas Unidades de Conservação (UC), tiveram o seu reconhecimento a partir da promulgação do Projeto de Lei Federal nº 2.892, de 1992, que originou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), criado pela lei Federal 9.985, de 18 de julho de 2000. O uso público é permitido em algumas dessas áreas, em três vertentes: Pesquisa, Educação Ambiental e Recreação (prática de lazer, esporte e turismo).

Para o Ministério do Meio Ambiente – MMA, uma Unidade de Conservação – UC é um:

¹ “De acordo com a União Internacional para Conservação da Natureza (UICN), uma área natural protegida, hoje conhecida como Unidade de conservação, é uma ‘superfície de terra ou mar consagrada à proteção e manutenção da diversidade biológica, assim como dos recursos naturais e dos recursos culturais associados, e manejada por meio de meios jurídicos e outros eficazes” (COSTA, 2002, p. 12).

[...] espaço territorial e seus recursos ambientais incluindo, as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo poder público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2000a, p. 07).

Atualmente, tem-se estabelecido a abertura controlada de algumas dessas áreas, a partir da compreensão de que, com a elaboração de um plano de manejo, é possível o uso responsável das áreas naturais abertas a esse fim, propiciando o conhecimento e a possível conscientização da população da necessidade de conservação delas.

Além das áreas verdes institucionalizadas como Unidades de Conservação, existem outros espaços livres (as áreas verdes são apenas um deles) que podem estar distribuídos no urbano, os quais Bahia (2012) denomina Áreas Verdes Públicas Urbanas (AVPU) e são definidas como:

[...] um tipo de espaço livre, de apropriação pública por excelência, geralmente gerenciadas pelo poder público, localizadas em áreas urbanas ao ar livre (se contrapondo às áreas edificadas), onde há predominância de vegetação arbórea e solo com pouca ou nenhuma impermeabilização. Estas

possuem configurações ecológicas, estéticas e de lazer e são destinadas ao uso público da população da cidade para descanso, passeio e práticas corporais diversificadas, com diferentes graus de acessibilidade e de apropriação, sendo algumas mais livres e outras com certo controle de uso. Englobam praças arborizadas, jardins públicos, parques urbanos, unidades de conservação de proteção integral, hortos urbanos, jardins botânicos, jardins zoológicos, áreas com arborização urbana (canteiros centrais de avenidas, trevos de vias públicas e rotatórias de vias públicas que exercem apenas funções estéticas e ecológicas) e faixas de ligação entre áreas verdes (BAHIA, 2012, p. 151).

São inúmeros os benefícios dessas áreas nas cidades, caracterizando seu grau de importância para a melhoria da qualidade de vida por interferirem de forma positiva em diversas variáveis como, por exemplo, na composição atmosférica, no equilíbrio solo-clima-vegetação, na melhoria da estética ou como atenuante dos níveis de ruído.

Tais áreas tendem a assumir diferentes configurações e devem estar inter-relacionadas no ambiente urbano, de acordo com o uso a que se destinam, como, por exemplo, social (lazer), estética (diversificação da paisagem e embelezamento), psicológica (diminuição de tensões diárias por meio do lazer e contemplação), educativa (educação

ambiental) e ecológica (solo, flora, fauna, clima, qualidade da água e do ar).

Nesse sentido, faz-se necessário compreender como vêm se dando as discussões e as ações referentes à sustentabilidade das cidades, já que suas unidades de conservação recebem um tensionamento constante e crescente do processo de urbanização, da falta de ordenamento da cidade, da especulação imobiliária, da política urbano-ambiental mal planejada, da falta de políticas setoriais e intersetoriais de lazer e de meio ambiente.

A expressão “sustentabilidade” aqui referida está diretamente vinculada à ideia de conservação, de manutenção, de sobrevivência; assim como à noção de continuidade e de durabilidade (DIAS, 2009).

SUSTENTABILIDADE DAS CIDADES E AÇÕES INTERSETORIAIS

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – CNUMAD –, realizada no Rio de Janeiro, em 1992, aprovou um documento, denominado Agenda 21, que estabeleceu um pacto pela mudança do padrão de desenvolvimento global para este século e a fixação, de fato, em documento, de compromissos que expressem o desejo de

mudanças das nações do atual modelo de civilização para outro em que predomine o equilíbrio ambiental e a justiça social. Os países signatários assumiram o desafio de incorporar, em suas políticas, metas que os coloquem a caminho do desenvolvimento sustentável, pautado no tripé desenvolvimento econômico, respeito ecológico e equidade sociocultural. Na referida agenda, foram focados alguns temas centrais a serem discutidos, a citar: 1 – Agricultura Sustentável; 2 – Cidades Sustentáveis; 3 – Infraestrutura e Integração Regional; 4 – Gestão dos Recursos Naturais; 5 – Redução das Desigualdades Sociais e 6 – Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Sustentável (BRASIL, 2000b).

Também, em junho de 1996, na Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Urbanos, realizada em Istambul, o “Direito à Cidade” surgiu como uma discussão a ser considerada, por se caracterizar como fundamental, estabelecida a partir de princípios de cidadania e de dignidade da pessoa humana que, conforme Saule Júnior (1999, p. 23), deve poder “exercitar plenamente a cidadania, de ampliar os direitos fundamentais (individuais, econômicos, sociais, políticos e ambientais), de participar da gestão da cidade, de viver num meio ambiente ecologicamente equilibrado e sustentável”.

A questão referente às propostas de se pensar em “Cidades Sustentáveis” busca discutir a necessidade de reordenamento, resguardando, entre outros aspectos, as Diretrizes Gerais do Estatuto da Cidade.

Em 2001, foi aprovada e sancionada a Lei Federal n.º 10.257, que estabelece o Estatuto da Cidade e traça diretrizes gerais para o desenvolvimento urbano dos municípios brasileiros. O Estatuto da Cidade é caracterizado, essencialmente, pela formulação de políticas de gestão de cidades democráticas e planejadas, assim como pelo aprofundamento das discussões sobre a temática da regularização fundiária, como parte essencial das preocupações dessa lei urbanística (BRASIL, 2001) que, em seu capítulo primeiro, artigo 2º, diz:

A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana mediante [...] I. garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como direito à terra urbana, à moradia, à saúde, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao **lazer**, para as presentes e futuras gerações (grifo nosso) (BRASIL, 2001).

De acordo com o documento “Cidades Sustentáveis: subsídios à elaboração da Agenda 21 Brasileira”, (BRASIL,

2000b) há um agravamento dos problemas urbanos e ambientais decorrentes de adensamentos desordenados, da ausência de planejamento, da carência de recursos e serviços, da obsolescência da infraestrutura e dos espaços construídos, de padrões atrasados de gestão e agressões ao ambiente, fatos apontados pelos diagnósticos setoriais disponíveis sobre os vários subtemas da agenda (uso e ocupação do solo; planejamento e gestão urbana e ambiental; habitação e melhoria das condições ambientais; saneamento ambiental; prevenção, controle e mitigação dos impactos ambientais; economia e meio ambiente; conservação e reabilitação do patrimônio cultural, da rede urbana, dos transportes urbanos e desenvolvimento dos assentamentos rurais).

Mudanças recentes no processo de urbanização e na configuração da rede de cidades, em função das transformações na dimensão espacial do desenvolvimento econômico, contribuíram para reforçar a heterogeneidade econômica e social no desenvolvimento das regiões e das cidades brasileiras. Tal fenômeno se caracteriza por: surgimento de “ilhas” de produtividade em quase todas as regiões; crescimento populacional mais elevado das “antigas periferias” nacionais, provocando o relativo espraiamento do fenômeno de formação das aglomerações urbanas; padrões relativamente baixos de crescimento metropolitano, sobretudo dos núcleos, e uma importância ainda

maior do conjunto de cidades de médio porte (BRASIL, 2000b, p.13 -14).

A concepção de cidades sustentáveis está ainda em construção, pois pressupõe um conjunto de mudanças e depende da capacidade de reorganizar os espaços, gerir novas economias externas, eliminar as deseconomias de aglomeração, melhorar a qualidade de vida das populações e superar as desigualdades socioeconômicas como condição para o crescimento econômico e não como sua consequência. (ALVA, 1997)

Em sua plenitude, a sustentabilidade das cidades possui vários aspectos a serem considerados, como: a

- 1) sustentabilidade social (melhoria da qualidade de vida da população); a econômica (gestão eficiente dos recursos econômicos em geral); a ecológica (capacidade de sustentação dos ecossistemas); a espacial (relações entre áreas rurais e urbanas; e a cultural (diversidades culturais) (SACHS, 1993).

Nesse sentido, a necessidade de se consolidar ações em busca de uma cidade sustentável pauta-se em princípios que possam viabilizar condições concretas de melhor qualidade de vida da população como, por exemplo, a garantia de acesso a serviços básicos (transporte coletivo, educação,

saúde, lazer, entre outros); à educação para hábitos sustentáveis (consumo consciente, redução da produção de resíduos de lixo, separação do lixo, reciclagem); a uma cidade que possua uma quantidade significativa de áreas urbanas naturais preservadas para a prática de atividades de lazer.

Enfatiza-se a compreensão das novas dinâmicas que regem o espaço urbano (crescimento urbano desordenado, estrangulamento das áreas verdes e das áreas de lazer), destacando-se tais aspectos como de grande importância para a construção de ações articuladas entre vários setores.

O Estatuto da Cidade atingirá sua plenitude quando alcançar a integração das políticas municipais como as de transporte, habitação, planejamento urbano, meio ambiente, saúde, educação, saneamento, patrimônio histórico e arquitetônico, essenciais à efetivação da gestão democrática. Para que um projeto de gestão seja bem-sucedido é fundamental o conhecimento das condições de vida da população e do meio físico, pensar de forma integrada os problemas setoriais da cidade na perspectiva de conhecê-la interpretá-la na sua totalidade (SILVA, 2003, p. 33-34).

Para a transformação concreta da realidade e da sustentabilidade das cidades é necessário deixar de se pensar setorialmente, pois, de outro modo, não é possível a resolução de problemas que envolvem áreas interligadas. Trata-se da

percepção de que se torna cada vez mais urgente e primordial compreender a necessidade de interação entre os diversos setores da sociedade, para a resolução de problemas complexos.

Com vista a possibilitar melhores resultados na resolução dos problemas das cidades – como, por exemplo, a garantia do direito à vivência do lazer – e viabilizar políticas de ordenamento do espaço, de criação e manutenção de espaços verdes e unidades de conservação, de uso de tais espaços e de animação sociocultural para os mesmos, aponta-se um caminho possível de articulação por meio da intersectorialidade, entendendo-a como:

[...] a articulação de saberes e experiências no planejamento, realização e avaliação de ações, com o objetivo de alcançar resultados integrados em situações complexas, visando um efeito sinérgico no desenvolvimento social. Visa promover um impacto positivo nas condições de vida da população, num movimento de reversão da exclusão social (JUNQUEIRA, INOJOSA, KOMATSU, 1997, p. 24).

Assim, as políticas públicas são de grande importância pela possibilidade e capacidade de inter-relação entre diversos setores, áreas de conhecimentos e campos de ação, no sentido de se estabelecer objetivos comuns de enfrentamento

de uma problemática. Para tanto, torna-se necessária a construção de eixos norteadores para as ações, de forma que todos os sujeitos estejam envolvidos em todas as etapas do processo, significando que, para que isso aconteça de forma positiva, há urgência na definição de estratégias de democratização e de participação cujo fim é a descentralização e o compartilhamento das decisões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As vivências de lazer representam o homem moderno na cidade, mas de uma forma diferente dos séculos passados, antes do processo de industrialização e urbanização, em que elas eram vividas cotidianamente sem rupturas, tempo de trabalho-tempo de lazer.

Esta ruptura se dá quando se rompe também os locais dessas vivências de lazer, os quais são representados por espaços que possam proporcioná-las, assim como uma relação mais próxima com a natureza, porque com esse processo também é rompida uma vida quase unificada entre homem e natureza. Com isso, institucionalizam-se espaços específicos para propiciar um movimento de reaproximação com a natureza, como, por exemplo, as Áreas Verdes Públicas Urbanas (praças, parques, bosques etc.).

Ainda se percebe uma segregação latente, imposta pela própria estruturação da cidade, cuja concentração de melhor infraestrutura urbana e de equipamentos de lazer mais diversificados ocorre nos bairros centrais e nobres, enquanto nos bairros mais periféricos a realidade é de grande deficiência da maioria dos serviços públicos essenciais, refletindo a desigualdade no âmbito social, econômico, político e ambiental.

Apesar da ausência ou das poucas intervenções de políticas públicas de lazer em áreas verdes públicas urbanas, há uma pré-disposição dos usuários em ampliar suas experiências, podendo resultar na melhoria das relações socioambientais. Isso significa dizer que projetos e ações públicas nas referidas áreas poderiam servir para possibilitar uma educação para vivências críticas e conscientes no âmbito do lazer e da sustentabilidade.

As ações intersetoriais, de forma geral, precisam ser pensadas e executadas, levando-se em consideração diversos componentes significativos que devem fazer parte da consolidação da sustentabilidade das cidades sustentáveis: o *Componente ambiental* (políticas de preservação do ar e da água, projetos de saneamento, criação e manutenção de áreas verdes e espaços públicos arborizados, manutenção de áreas naturais, entre outros); o *Componente social* (promoção de equidade local, criação de infraestrutura de educação, saúde,

educação, entre outros); o *Componente econômico* (dinamização de economia produtiva e serviços locais, criação de pólos produtivos locais, entre outros); o *Componente cultural* (conservação do patrimônio cultural, fomento a atividades de lazer, criação e manutenção de espaços de lazer, criação de políticas de formação para a animação sociocultural, entre outros).

De forma específica, é necessário considerar que o lazer pode assumir um importante papel no processo de valorização e de preservação do patrimônio histórico, social, ambiental, cultural, formal, técnico ou afetivo das cidades, podendo contribuir efetivamente para a garantia do direito à cidade, ao lazer e ao uso de espaços verdes públicos urbanos, e à sustentabilidade das cidades.

REFERÊNCIAS

ALVA, Eduardo N. *Metrópoles (In)Sustentáveis*. Rio de Janeiro: Relume – Dumará, 1997.

BACAL, Sarah. *Lazer e o universo dos possíveis*. São Paulo: Aleph, 2003. 144 p.

BAHIA, Mirleide C. *O Lazer e as relações socioambientais em Belém – Pará*. 2012. 300 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012. 300p.

BAHIA, Mirleide C.; FIGUEIREDO, Silvio J. L. Os espaços verdes e os equipamentos de lazer: um panorama de Belém. *Licere*, Belo Horizonte, v. 11, n. 2, ago. 2008.

BONALUME, Cláudia. R. O lazer numa proposta de desenvolvimento voltada à qualidade de vida. In: MULLER, A; DACOSTA, L. P. (Org.). *Lazer e desenvolvimento regional*. 1. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002. p. 189–214.

BRASIL. Lei Federal 10.257 de 10.07.2001 – *Estatuto da Cidade*, 2001.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente / Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. *Cidades Sustentáveis: subsídios à elaboração da Agenda 21 Brasileira*. Brasília, 2000b.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Sistema Nacional de Unidades de Conservação*. Brasília, DF, 2000a.

COSTA, Patrícia C. *Unidades de conservação: matéria-prima do Ecoturismo*. São Paulo: Aleph, 2002. 163 p.

DIAS, Gilka da Mata. *Cidade Sustentável: Fundamentos Legais, Política Urbana, Meio Ambiente, Saneamento Básico*. Natal: Ed. Do Autor, 2009.

FIGUEIREDO, Silvio José Lima. Espaços Públicos nas Cidades: notas sobre o ordenamento, acessibilidade e turistificação. In: FIGUEIREDO, Silvio José Lima (Org.). *Turismo, lazer, planejamento urbano e regional*. Belém: UFPA; NAEA, 2008. p. 79-92.

JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

JUNQUEIRA, L. A. P; INOJOSA, R. M. e KOMATSU, S. *Descentralização e Intersetorialidade na Gestão Pública Municipal no Brasil: a experiência de Fortaleza*. In: El Tránsito de la cultura burocrática al modelo de la gerencia pública. Caracas: Unesco / Clad. 1997.

RODRIGUES, Adyr B. Lazer e espaço na cidade pós-industrial. *Licere*, Belo Horizonte, v. 5, n. 1, 2002. p. 149-164.

SACHS, Ignacy. Estratégias de Transição para o Século XXI. In: BURSZTYN, Marcel (org). *Para pensar o Desenvolvimento Sustentável*. São Paulo, Brasiliense, 1993.

SAULE JÚNIOR, Nelson. *Direito à cidade: trilhas legais para o direito às cidades sustentáveis*. São Paulo: Max Limonad; Pólis, 1999.

SERPA, Angelo. *O espaço público na cidade contemporânea*. São Paulo: Contexto, 2009.

SILVA, José Borzacchiello da. Estatuto da Cidade versus Estatuto de Cidade – eis a questão. *In*: CARLOS, Ana Fani Alessandri e LEMOS, Amália Inês Geraiges (org.). *Dilemas Urbanos: Novas abordagens sobre a cidade*. São Paulo: Ed. Contexto, 2003.

2 REFLEXÕES SOBRE A PROGRAMAÇÃO DE LAZER EM UM RESORT NO CEARÁ

Francisca Emanuele Mendes Costa¹

José Carlos Machado Fonteles²

Elisiane Vasconcelos Melo³

Elisângela Vasconcelos Melo⁴

Jorge Teixeira do Nascimento⁵

INTRODUÇÃO

As práticas de lazer, singulares ou plurais, têm sido buscadas no dia-a-dia da sociedade contemporânea, embora venham desde os tempos mais remotos. O ser humano sente uma necessidade de desopilar a mente e o corpo em tempos cada vez mais preenchidos pelo trabalho, pois se vivem dias em que a individualidade e cultivo de uma mentalidade consumista provocam a negação do direito ao ócio, assim, são raros os momentos de tempo livre.

Com efeito, esse tempo poderia ser preenchido com diversas atividades de lazer para todas as faixas etárias como,

¹ emanuely272009@hotmail.com;

² solrac.padilha@hotmail.com;

³ <http://lattes.cnpq.br/0083206647325695>

⁴ <http://lattes.cnpq.br/0502056350228901>

⁵ <http://lattes.cnpq.br/6419570395633245>.

por exemplo, brincadeiras infantis, de correr, de pega-pega, amarelinha, futebol de travinha, voleibol, ou mesmo jogos que estimulam mais o raciocínio como dama, dominó, xadrez, cartas, ou também com a leitura e a escrita, enfim, atividades que venham contribuir para o preenchimento do tempo livre.

Como o lazer pode acontecer em diferentes espaços, abertos ou fechados, com ou sem equipamentos de práticas esportivas, ser condicionado por fenômenos da natureza, muitas vezes, o homem precisa adequar o seu espaço para tal prática e, além disso, construir uma infraestrutura para que ela aconteça também nas áreas urbanas restritas como condomínios, residências, hotéis, pousadas, campos de golfe, *resorts*, etc...

De fato, há um consenso em achar que o lazer é uma prática presente apenas em áreas fechadas acessíveis à parte da sociedade de maior poder aquisitivo, a exemplo dos consumidores de *resorts*. Neste trabalho, é enfatizada a necessidade de qualificar a prestação de serviços ligados ao lazer, pois está diretamente ligada às atividades de consumo do turismo.

Nessa lógica, o tempo ocioso tem sido cada vez mais preenchido em locais fechados, pois os prestadores de serviços turísticos ligados ao lazer organizam e promovem as atividades a partir de tal perspectiva, sendo referidos por

muitos teóricos a partir de várias nomenclaturas, como a de “animador cultural”, (BRETAS, MELO e MONTEIRO, 2009)

Conforme alerta Marco, (2008) em uma sociedade pós-moderna em que o lazer é visto como uma mercadoria e a preocupação com o uso do tempo livre é a tônica dominante, o maior destaque ligado à atividade lúdica recai sobre o profissional de Educação Física, promovendo, com isso, uma maior interação e integração dele com os espaços de lazer.

Na necessidade de avançar nos estudos sobre o lazer em espaços de hospedagens controlados, mais especificamente em *resorts*, este estudo tem como objetivo analisar as programações voltadas ao lazer e à recreação em 01 *resort* no Ceará.

É perceptível o aumento crescente do fluxo de visitantes e consumidores de serviços de lazer e turismo, motivando a necessidade de estudos sobre essa temática, pois demanda profissionais especializados nas programações de lazer e recreação em hotéis e *resorts*. A partir dessa premissa, o contributo deste trabalho é a ampliação dos estudos acerca dessa temática, a fim de incitar novas pesquisas que sustentem ações práticas, visando ao aperfeiçoamento dessas atividades e dando suporte a investimentos empresariais e mais oportunidade aos profissionais qualificados na oferta de atividades de lazer e recreação.

CONTEXTUALIZANDO O LAZER

De acordo com Boullón (1985), o lazer está correlacionado com o tempo livre, pois, vindos depois do tempo dedicado ao trabalho, ambos são dedicados ao descanso e às obrigações secundárias. Dessa maneira, para tornar esse tempo produtivo e útil, pode-se optar por diversas atividades como: prática de esportes, jogos, *hobbies*, viagens, atividades culturais, dentre outras.

Para Dumazedier, (1976) lazer é uma ocupação em que os indivíduos podem optar entre diversas opções de atividades, objetivando o relaxamento e a diversão e desenvolvendo a auto-formação ou informação. Leonelli (2002) reforça ainda que o lazer é o conjunto de atividades prazerosas, voluntárias e liberatórias, centradas em interesses culturais, físicos, manuais, intelectuais, artísticos e associativos, exercido no momento de folga.

Para Camargo, (2001) diferentes sociologias estão imbricadas nos estudos sobre o lazer, implicando que o trabalho, a vida urbana e o desenvolvimento sejam discutidos dentro de um viés científico, o que permite constatar a sua origem no meio educacional, mais especificamente com os educadores físicos, os monitores e os animadores culturais.

Do ponto de vista histórico, Hirano (2005) afirma que as práticas de lazer no Brasil surgiram no início do século XIX, quando houve a transformação da produção social pré-capitalista, baseada na força do trabalho escravo, em produção social capitalista, em que o trabalhador era 'livre' e assalariado.

Nesse sentido, Masi (2000) afirma que a Sociedade Moderna viu a necessidade de organização do tempo livre e, mais do que isso, o mesmo autor lembra que a globalização, quase sempre simbolizada com as interações possibilitadas por meio dos avanços tecnológicos, condiciona essa sociedade ao aumento de produção em um menor espaço de tempo. (2009)

Há ainda a flexibilização da jornada de trabalho e, conseqüentemente, um maior tempo ocioso, o que torna passível o planejamento dos meios pelos quais o ócio pode ser preenchido. Além disso, as invenções e práticas da tecnologia e o surgimento de itens de consumo promovem uma maior disseminação e absorção de produtos de diversas origens, o que possibilita relações do homem com um tempo e com um espaço cada vez mais amplos.

Surgem, com isso, novas necessidades, algumas até consideradas supérfluas por muitos em grupos sociais mais urbanizados, caracterizados pela individualidade, pela racionalidade e pela acirrada competição no mercado de trabalho.

Taffarel (2005) também aborda o lazer na modernidade, problematizando-o nos complexos econômicos do capitalismo imperialista e apresentando dados relacionados à destruição das forças produtivas e à organização da vida por meio do capital que modificaram o projeto histórico hegemônico e a maneira como os trabalhadores experimentavam o lazer.

O lazer turístico configura-se uma opção para a utilização de tempo livre, pois a pessoa procura um determinado local com o objetivo de se recuperar ou encontrar o bem-estar que lhe falta. (FRANZINI, 2003) Embora, quase sempre seja limitado às viagens, que demandam alguma motivação para acontecer, é importante lembrar daquelas pessoas que viajam por puro prazer, pois não têm grandes preocupações e possuem uma condição financeira mais favorável.

MATERIAL E MÉTODOS

Sendo esta uma pesquisa descritiva, (GIL, 2008) tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Nesse caso, optou-se por enfatizar a programação de recreação e lazer em 01 (um) *resort*.

Para a coleta de dados, por meio de uma pesquisa na internet, foi escolhido um *resort* situado no Estado Ceará, do qual foi buscada a oferta de recreação e lazer. A análise dos resultados foi especificamente baseada na programação de atividades oferecida e a descritiva se deu através de um parecer dos autores sempre que pertinente.

RESULTADOS

Os resultados foram analisados enfocando-se as informações básicas relacionadas ao lazer na página virtual do *resort*. A infraestrutura de lazer e entretenimento do Porto D'Aldeia *Resort* engloba ainda estádio com campo de futebol gramado, quadras de tênis, *playground*, salão de jogos, *fitness center* com sauna seca e sala de musculação, piscinas com toboáguas. Segue, portanto, o quadro descritivo da programação semanal de Esporte e Lazer oferecida pelo espaço aos seus hóspedes:

Programação semanal de esporte e lazer oferecida aos hóspedes

Segunda-feira	Terça-feira
08 h e 30 trilha pelas dunas; 10 h gincana entre pais e filhos; 11 h hidroginástica; 13 h atividades na piscina; 14 h salão de jogos; 15 h aula de forró; 16 h trilha ecológica; 17 h e 30 hidroginástica; 19 h circuito de brincadeiras; 20 h e 30 noite de jogos com futsal, tênis, vôlei e queimada	08 h e 30 trilha ecológica; 10 h atividade na piscina; 11 h hidroginástica; 13 h salão de jogos 14 h polo aquático; 15 h futebol de travinha na praça do hotel 16 h trilha ecológica; 17 h hidroginástica 18 h jogo de tênis; 19 h brincadeira no <i>kids</i> clube.
Quarta-feira	Quinta-feira
08 h e 30 caminhada com alongamento; 10 h vôlei na piscina; 11 h atividades no clube da criança; 13 h jogo do caçador; 15 h aula de forró; 16 h trilha com descida de skibunda (<i>skate</i> na areia das dunas); 17 h e 30 <i>mix</i> aquático; 18 h bingo no <i>deck</i> da piscina; 19 h sessão de cinema.	08 h e 30 trilha pelas dunas; 10 h gincana entre pais e filhos; 11 h futebol no estádio; 13 h torneio de tênis; 14 h brincadeiras na praça do hotel; 15 h circuito de brincadeiras no <i>kids</i> clube; 16 h trilha pelas dunas; 17 h e 30 hidroginástica; 19 h jogo do caça fantasma.
Sexta-feira	Sábado
08 h e 30 trilha ecológica; 10 h polo aquático na piscina do farol; 11 h vôlei na quadra; 13 h queimada; 14 h salão de jogos; 15 h aula de forró; 16 h trilha com skibunda; 17 h e 30 hidroginástica; 19 h jogos no clube da criança.	08 h 00 hora do desafio; 08 h 30 trilha com skibunda; 09 h e 30 hidroginástica; 10 h vôlei na quadra; 11 h festival do quem come mais ganha; 12 h campeonato de sinuca; 13 h sessão de cinema; 15 h aula de forró; 16 h trilha ecológica; 17 h e 30 hidroaxé; 19 h 00 noite de jogos.
Domingo	
08 h hora do desafio; 08 h e 30 trilha pelas dunas; 10 h caminhada com alongamento; 11 h patrulha ecológica; 12 h caça ao tesouro; 14 h sessão de cinema; 16 h trilha ecológica; 17 h e 30 hidroginástica; 19 h festival de torta na cara; 19 h noite de jogos.	

Fonte: Site do Resort. Elaboração dos autores.

Embora este não seja um estudo profundo sobre o *resort* especificamente, arrisca-se afirmar que a maneira como está organizada a programação é pertinente com o “elemento” lazer nas ações realizadas na infraestrutura do local, pois, para propor uma programação sistematizada como se percebe, é necessário haver equipamentos estruturados para tais atividades.

Geralmente os *resorts*, não especificamente o deste estudo de caso, embora ocupem grandes extensões de terras em espaços urbanos, procuram manter as características rurais, pois, muitas vezes, as políticas públicas de incentivo à locação de megaempreendimentos aumentam o espaço urbano das cidades, mesmo com a recomendação de que as instalações sejam sempre afastadas dos grandes centros. (Ministério do Turismo, 2007)

Por se tratar de espaço sitiado e extenso, o empreendimento acaba tomando posse de várias paisagens naturais que são também apropriadas para consumo dos visitantes. (CORIOLANO E VASCONCELOS, 2007)

Para Nascimento, “quanto menos resorts e megaempreendimentos concentradores de capital, melhor para a população nativa”, pois devido à sua amplitude, tais empreendimentos se tornam insustentáveis socialmente, uma vez que concentram muitas terras e lucros nas mãos de poucos.

Além disso, os “*resorts*, [...] desrespeitam culturas, destroem a propriedade de pescadores e agricultores”. (NASCIMENTO, 2014. p. 33 e 46).

Tais argumentos, apesar de comprovarem as extensões de terras dos *resorts*, não fazem referência ao modo como eles são adquiridos, apenas comprovam que muitas paisagens naturais são apropriadas para a exploração turística, caso contrário ficariam sem acesso às praias particulares e às demais atividades em contato com elementos naturais, bem como ficariam impossibilitados de realizar trilhas ecológicas em reservas dentro das terras ou nas dunas.

Para recreação, é necessária ainda a utilização de diversos equipamentos de infraestrutura pelo empreendimento como: piscinas para diversas atividades aquáticas, quadras de tênis, estádios de futebol com gramado natural, praças, salão de jogos, quadras de dança e áreas naturais em dunas para a prática de esportes e apreciação de paisagem. Tudo isso, obviamente, requer um espaço amplo e uma infraestrutura generosa para satisfazer todas as atividades de lazer e recreação vendidas.

A programação também apresenta diferentes propostas de atividades, pois há a necessidade de adequar-se aos diversos públicos. Assim, as atividades recreativas requerem

uma qualificação profissional séria e competente dos animadores.

Relacionado às programações de lazer, Pina e Ribeiro (2007) bem como Silva e Santos (2002) lembram que deve haver um cuidado para que as atividades nos hotéis sejam planejadas de acordo com a demanda de clientes, pois muitos deles ofertam serviços culturais sem sequer realizar uma pesquisa qualitativa com os hóspedes.

Ribeiro (2002) discute sobre a oferta de programações abrangentes e diversas de atividades de lazer e, juntamente com outros, reforçam a importância da teoria nos estudos sobre os profissionais atuantes nos espaços de hospedagem, sendo necessário o crescimento dos estudos acerca do lazer e não somente do turismo ou hotelaria. (RIBEIRO, QUEIROZ E SOUZA, 2004)

Os mesmos autores asseguram que os donos e gestores de meios de hospedagem que oferecem lazer, muitas vezes, não têm conhecimento do conceito de lazer, desconhecendo inclusive as teorias sobre o assunto.

Silva e Santos (2002) veem a ausência de fundamentos teóricos na oferta deste serviço como um problema, pois isso prejudica a prática e modifica o significado primordial do termo. Na teoria sobre o lazer, a atuação dos profissionais de educação física propicia o acesso a atrativos culturais que

motivam viagens e a exploração turística juntamente com os naturais. (BARBOSA, 2005).

Urry, por sua vez, afirma que nos *resorts* ocorrem pseudo–acontecimentos próprios do turismo de massa, pois, afastados dos residentes e nativos, os visitantes “encontram prazer em atrações inventadas com pouca autenticidade, gozam com credulidade de pseudo–acontecimentos e não levam em consideração o mundo real em torno deles”. (2001. p. 23) Portanto, os *resorts* conseguem artificializar até as recreações e as práticas de lazer.

Outro aspecto relevante é a programação específica para grupos etários, uma vez que muitos viajam em família. Desse modo, os *resorts* precisam disponibilizar uma infraestrutura de lazer dentro de padrões mundiais que atenda a diferentes públicos com anfiteatros, bares, boate, *baby club* (berçário para crianças até 3 anos), campo de golfe restaurantes, *health center* (piscinas cobertas, sauna, salas de terapias, salas de massagem, academia de ginástica, *kids club* (clubinho para crianças acima de 3 anos), minigolfe, oficina de arte, *playgrounds*, piscinas para adultos e infantil, pista de *cooper*, pista de passeio ciclístico, quadras poliesportivas, quadras de tênis, salas de jogos, sala de leitura, trilhas ecológicas.

Para as crianças, são realizadas gincanas, jogos de caça ao tesouro, piratas, oficinas artesanais, práticas esportivas entre outras, meios pelos quais os pais podem ficar mais à vontade, pois elas estarão ocupadas em atividades lúdicas ou de aprendizagem. Já os adultos podem praticar esportes de aventura, trilhas ecológicas, esportes náuticos, jogar cartas ou outros jogos, ou ainda participarem com os filhos nas atividades familiares, isso sem falar das opções para quem gosta de ler, acessar a *internet* ou outras atividades.

Todas essas informações deixam claro que é necessário haver um estudo prévio, um planejamento das atividades e a presença de profissionais de recreação bem treinados para que a programação abranja satisfatoriamente as diferentes faixas etárias.

De um modo geral, as práticas de lazer e recreação, surgem de estudos específicos voltados à cooperação e à busca de construir uma sociedade humanizada (BROTTO, 1999). Alguns autores percebem que tais práticas têm buscado o alto rendimento, incentivando, muitas vezes, o individualismo (BROTTO, 1999). A partir dessa concepção, a competição diminui a alegria das práticas de lazer, pois só considera alguns, excluindo os “perdedores” e fortalecendo a ideia de inferioridade. (POCERA, 2008)

No entanto, é consenso que as práticas de lazer em ambientes fechados, sobretudo os *resorts*, devem provocar nos participantes a ideia de cooperação e não de competição.

Sobre esse assunto, Orlick (1989) lembra que, nas sociedades mais desenvolvidas, embora as crianças sejam instruídas à competição pelos professores, treinadores e pais, há estudos que comprovam transformações muito mais significativas de comportamentos ao final de programas de atividades de lazer e recreação cooperativas do que naquelas restritas a tarefas individuais.

A cooperação incita a inclusão, mesmo daqueles que não serão atletas de alto rendimento, assim, para Carnicele Filho e Schwartz (2006), na medida em que forem inculcados novos paradigmas, novos valores forem transmitidos e praticados nos ambientes de lazer, a sociedade tende a se tornar mais humanizada e justa.

CONCLUSÕES

Diante dos avanços relacionados ao lazer turístico, pode-se aqui ousar propor ações importantes para que este interesse consiga extrapolar os limites litorâneos e avançar para outros lugares do nordeste brasileiro. Explorar as riquezas naturais das serras, das chapadas e do sertão, enfim, do

interior do Estado, implica o conhecimento de culturas diversas e de outras práticas ligadas ao físico.

Portanto, seria interessante a sistematização no sistema hoteleiro da cooperação entre os profissionais de Educação Física, as instituições governamentais e o terceiro setor para a realização de uma conferência anual sobre os interesses dessas diferentes facções acerca do lazer: interesses físicos, manuais, artísticos, sociais, intelectuais e turísticos. Em cada ano, seria destacado um deles para ser o tema da conferência, mas todos seriam considerados. Assim, seriam fortalecidas as políticas de lazer e, conseqüentemente, a melhoria da sociedade. Nesse mesmo evento, ainda se poderia abordar outros pontos sugestivos, missão que fica a critério de futuros estudiosos da questão.

Obviamente, há muito que fazer, pois o campo de pesquisa ainda é pequeno se comparado a outras ciências mais antigas, mas surge como objeto de estudo para muitos uma vez que promove movimentos, interesses variados, dentro de outras atividades existentes como a exploração do turismo.

Cabe lembrar também que à medida que surgirem novos estudos, haverá fortalecimento dos conceitos existentes e formação de novos paradigmas atrelados aos estudos e práticas de lazer que, por sua vez, perpassam ciências focalizadas em suas facetas multidisciplinares.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, M. A. Resort: o lazer no contexto de negócio. *Licere* (Belo Horizonte), v. 8, p. 99–113, 2005.
- BOULLÓN, R. C. *Las actividades turísticas y recreacionales*. México: Trilhas, 1985.
- BROTTO, F. O. *Jogos Cooperativos: se o importante é competir o fundamental é cooperar*. São Paulo. Cepeusp, 1999.
- CAMARGO, L. O. L. Sociologia do lazer. In: Trigo & Ansarah. (Org.). *Turismo: como ensinar, como aprender*. 2. ed. São Paulo: SENAC, 2001.
- CORIOLOANO, L. N. VASCONCELOS, F. P. *O turismo e a relação sociedade–natureza: realidades, conflitos e resistências*. Fortaleza, CE: EdUECE, 2007.
- DE MASI, Domenico. *O ócio criativo*. 3 ed., Rio de Janeiro: SEXTANTE, 2000.
- DE MASI. D. *Paradigma do ócio criativo: depoimento*. [19 de fevereiro de 2011]. Internet: www.youtube.com.br: Paradigma do ócio criativo, entrevista enviada por Rodrigo Roal 2009.
- DUMAZEDIER, Joffre. *Lazer e cultura popular*. São Paulo/SP: Ed. Perspectiva, 1973.
- ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispões sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras Providências. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2004

FRANZINI, R. X. G. *O turismo como opção de lazer*. UNITAU, 2003. Acessado em: 15 de maio de 2012. Disponível em: <<http://site.unitau.br/scripts/prppg/humanas/download/oturismo-N1-2003.pdf>>.

GIL, A. C. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 6. Ed. Atlas, São Paulo, 2008.

HIRANO, S. *Formação da sociedade moderna no Brasil e EUA, mercado e migrações internacionais*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005.

LEONELLI, V. *ABC direitos humanos: dicionário*. Salvador-BA UNICEF, Projeto Axé, 2002.

MINISTÉRIO DO TURISMO – MTUR. *O turismo no Brasil: Panorama Geral, Avaliação da Competitividade e Propostas de Políticas Públicas para o Setor – Neit-IE-Unicamp*. Brasília: 2007

NASCIMENTO, J. T. *Mudanças e embates no município de Jijoca e no núcleo indutor do turismo de Jericoacoara, CE*. Ituiutaba: Barlavento, 2014.

ORLICK, T. *Vencendo a competição*. São Paulo: Círculo do Livro, 1989.

PIMENTEL, G. G. A. *Risco, corpo e socialidade no vôo livre*. Campinas/SP, 2006.

PINA, L. W.; RIBEIRO, Olívia C. F. *Lazer e recreação na hotelaria*. São Paulo: Editora SENAC, 2007.

POCERA, J. A. *Análise das relações desencadeadas pelos jogos cooperativos na educação física do colégio agrícola*

Senador Carlos Gomes de Oliveira. 2008. 94 f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola) – Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, Rio de Janeiro.

RIBEIRO, O. C. F. A Atuação do profissional do lazer nos hotéis: proporcionando o prazer ou a obrigação? In: *Licere*, Belo Horizonte, v. 05, n. 01, 2002.

RIBEIRO, O. C. F.; QUEIROZ, E.; SOUZA, L. M. Os Hotéis de lazer do Estado de São Paulo: um diagnóstico. In: *Licere*, Belo Horizonte, v. 07, n. 01, 2004.

SILVA, S. R.; SANTOS, C. A. N.; Lazer em hotéis: o temos e o que queremos. In: WERNECK, C. L. G; ISAYAMA, H. F. (Orgs.). *Seminário O Lazer em Debate*. Belo Horizonte: UFMG / DEF / CELAR, 2002, p. 127–135.

TAFFAREL, C. Z. Lazer e projeto histórico. *Impulso*, Piracicaba, 16: pp. 91–106, 2005. Acessado em: 15 de maio de 2014. Disponível em: <<http://www.unimep.br/phpg/editora/revistaspdf/imp39art07.pdf>>.

URRY, J. *O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas*. São Paulo: Studio Nobel; SESC, 2001

3 O CONTEXTO DOS EQUIPAMENTOS E ESPAÇOS DE LAZER NA ÁREA URBANA DO MUNICÍPIO DE SOBRAL, CE.

Francisco Tálison Lima Ribeiro Linhares¹

Francisco Jocélio Martins de Sousa²

Ana Aline Vieira dos Santos³

Rayane de Tasso Moreira Ribeiro⁴

Poliana Freire da Rocha Souza⁵

INTRODUÇÃO

Reconhecidamente, há diversos estudos sobre o lazer, bem como dos equipamentos e espaços a ele relacionados. Um exemplo é o estudo desenvolvido por Marcellino (2007) sobre os equipamentos e espaços de lazer no município de Campinas, São Paulo. No entanto, outras investigações sobre essa importante temática em áreas urbanas são necessárias no sentido de identificar a dinâmica específica de cada região do fenômeno lazer.

¹<http://lattes.cnpq.br/4791782001814086>

²<http://lattes.cnpq.br/1505407421778940>

³<http://lattes.cnpq.br/5925759888065582>

⁴<http://lattes.cnpq.br/8662886938924423>

⁵<http://lattes.cnpq.br/0646967185282934>

Com base em um estudo sobre lazer na América Latina, Gomes *et al.* (2014) reconhecem que, embora haja certo aprofundamento, ainda é necessário avançar no sentido de socializar conhecimentos e de gerar debates que permitam abrir novas perspectivas de análise para essa temática. Portanto, entendendo que o lazer também deve ser objeto de estudo da Educação Física é reforçada a necessidade de pesquisas relacionadas a essa temática, principalmente nos cursos de Graduação em Educação Física.

Partindo dessa ideia, convém dizer que a motivação principal desta investigação decorre da participação dos autores no grupo de pesquisa Educação Física e os Diálogos Contemporâneos. Para tanto, definiu-se como objetivo compreender o contexto dos equipamentos e dos espaços de lazer na área urbana do município de Sobral e, mais especificamente, entender a configuração deles nos bairros periféricos, bem como analisar as diferenças e semelhanças entre esses contextos.

Esta pesquisa justifica-se pela importância e pela necessidade de se ter novas fontes acerca do tema lazer, pois, embora sejam reconhecidos diferentes estudos nessa área, são necessários outros que incluam os espaços do semiárido Nordeste, região que vem se tornando relevante para pesquisas nessa área. Acredita-se, portanto, que este estudo,

mesmo que indiretamente, possa servir como base para futuras políticas públicas em lazer no município estudado.

PRÁTICAS DE LAZER E O ESPAÇO URBANO

Para entender as práticas é necessário compreender os fundamentos do lazer. Para Gomes (2008), o conceito compreende a vivência de inúmeras manifestações da cultura como o jogo, a brincadeira, a festa, o passeio, a viagem, o esporte bem como as manifestações artísticas como a pintura, a escultura, a literatura, a dança, o teatro, a música, o cinema e várias outras possibilidades.

Bahia e Figueiredo (2014) reforçam essa ideia ao sugerirem que a cidade, para além de um espaço organizado e instituído conforme as racionalidades técnico-instrumentais, adquire características de uma obra de arte, pois é um espaço modelado conforme interesses, exigências, éticas, estéticas e ideologias dos diversos grupos. Acrescentam ainda que “o lazer faz parte desse sistema e seu sentido é produzido nas práticas-vivências, unidades de representação importantes na caracterização da vida urbana” (BAHIA e FIGUEIREDO, 2014, p. 95).

Nas maiores cidades brasileiras, nas décadas de 1950 a 1970, notou-se o crescimento de um mercado que delineou

novas práticas de lazer e um proporcional crescimento de serviços como restaurantes, agências de viagens, danceterias, hotéis, academias de ginástica, entre outros. (MELO, 2009)

Somado a isso, o crescimento populacional decorrente dos fluxos migratórios afastou ainda mais a população carente para a periferia, privando-as desses serviços e dos equipamentos específicos (MARCELLINO, *et. al*, 2007).

As práticas do lazer estão relacionadas aos interesses sociais, físicos, turísticos, intelectuais, dentre outros. “Todavia, essas práticas assumem significados diversos ao dialogar com um determinado contexto, ao se materializarem um determinado tempo/espaço.” (GOMES, 2008, p. 5). É importante, portanto, reconhecer que tais práticas contribuem para uma perspectiva de desenvolvimento pessoal e social.

Segundo Melo (2008), o desenvolvimento das cidades trouxe consigo a poluição, os constantes engarrafamentos, enfim, a deterioração da qualidade de vida e, nesse contexto, o lazer emerge como um tema relevante na elaboração das políticas urbanas. Porém, surge um ponto importante a se discutir sobre o lazer nos espaços urbanos e sobre a perspectiva consumista que se instaurou, pois “se o lazer é colocado pela sociedade capitalista enquanto um momento de consumo, o espaço para o lazer também é visto como um espaço para o consumo” (MARCELLINO, *et.al.*, 2007, p.19).

LAZER EM CENTROS URBANOS

Por Centro Urbano entende-se a região da cidade com mais riqueza em que as moradias são melhores e onde geralmente estão localizados os maiores e melhores estabelecimentos comerciais e instituições financeiras, por isso, o nome centro, a parte central e mais bela da cidade para onde estão voltados todos os olhares. “O centro emerge assim como um cenário em que se concentram os serviços e o comércio, lugar de encontro dos habitantes.” (MELO, 2008, p.15).

Para Marcellino *et.al.* (2007), o aumento da população urbana, não foi acompanhado por uma modernização da infraestrutura, causando, assim, desníveis na ocupação da cidade: em uma parte estão as áreas centrais ou os chamados “polos nobres”, e, em outra, a periferia cujo grande contingente de pessoas vivem em condições consideradas desumanas, como num verdadeiro depósito de seres humanos.

Em alguns casos, mesmo nos bairros mais pobres há cinemas e *Shoppings Centers*, mas, como alertam Marcellino *et.al.* (2007, p.16), “a população local, geralmente não tem acesso privilegiado a eles”, pois eles são privatizados. Consequentemente, é no centro das cidades onde podem ser encontradas as mais diversas formas de atividades lúdicas,

pois, por ser uma região mais valorizada, os equipamentos e espaços de lazer localizados nesta área, são geralmente mais bem cuidados e em melhor estado de conservação (SILVA *et.al.*, 2007).

De acordo com Melo (2005), podem ser elencadas no mínimo três dimensões de grande importância no que se refere ao acesso aos equipamentos e bens da cidade: primeiramente, o aspecto físico, se há equipamentos propriamente ditos; depois, o aspecto financeiro, se o valor cobrado e os gastos adicionais são acessíveis; e, por último, a formação/disposição deles, se há estímulo e intervenção pedagógica que possibilite a compreensão dos significados das diversas manifestações culturais.

É, portanto, notável a diferença entre os equipamentos e espaços de lazer da periferia e os do centro, o que se comprova pelo fato de as melhores oportunidades de acesso aos bens culturais da cidade estarem localizadas na região central, onde há um maior poder aquisitivo.

Outro grande problema nas periferias é a vulnerabilidade social fruto, em grande parte, das péssimas condições de subsistência. Dessa situação, decorre ainda o crescimento dos casos de violência, principalmente entre os jovens que, em virtude da falta de opção de lazer e por serem desconsiderados pela cidade e, de certa forma, segregados na

periferia, acabam por ocupar a mente com o crime. Cabe salientar, entretanto, que tal problema não afeta somente essa população mais vulnerável e carente de soluções, mas também as classes econômicas mais favorecidas, porque todos acabam se tornando vítimas dessa violência.

Para Stoppa e Santos (2012), uma observação mais atenta da dinâmica do cotidiano desses locais mostra que, apesar desses problemas e da carência de um olhar mais zeloso por parte do poder público, a periferia também pode ser marcada pela troca de experiências, por uma luta constante por melhores condições de vida e pelo interesse coletivo, sem nunca perder a alegria de viver.

MATERIAIS E MÉTODOS

Primeiramente convém frisar que se trata de um estudo bibliográfico e descritivo que, segundo Gil (2008, p. 46), é um dos “mais utilizados por pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática”.

Também cabe ressaltar que é uma pesquisa qualitativa, caracterizada por Fernandes e Gomes (2003) pelo envolvimento do pesquisador com os eventos e com o ambiente, pela limitação de uma questão ou problema amplo, pela descrição detalhada de uma determinada situação, pela

consideração do contexto como parte integrante dos dados primários e pelo fato de depender profundamente do relato e da informação para ter significado para os envolvidos.

Dentro dessa perspectiva, a análise dos resultados foi feita a partir de uma matriz elaborada no intuito de especificar os aspectos positivos e os negativos de cada área, a fim de garantir o rigor na verificação da média do estado de conservação por área, sendo esta feita a partir dos diários de campo preenchidos no mês de janeiro de 2014, durante as observações nas quatro áreas. Em seguida, foi realizada a análise do contexto dessas áreas que foram divididas da seguinte maneira:

a) na área 1, foi feita a coleta de dados nos bairros Jardim, Mucambinho, Juazeiro, Cachoeiro, Nossa Senhora de Fátima, Vila União, Dom José, Padre Palhano, Sumaré, Renato Parente, Dr. José Euclides e Edmundo Monte Coelho;

b) na área 2, a segunda mais extensa e com mais bairros, foram priorizados Domingos Olímpio, Junco, Alto do Cristo, Campos dos Velhos, Pedro Mendes Carneiro, Jeronimo de Medeiros Prado, Dr. Juvêncio de Andrade, Expectativa, Alto da Brasília, Padre Ibiapina, Pedrinhas, Derby, Coração de Jesus, Novo Recanto e Parque Silvana;

c) a área 3, correspondente ao centro da cidade, é tombada pelo IPHAN e delimitada pelo rio Acaraú e pela linha férrea e, por isso, denominada entretrilhos.

d) na área 4, estão localizados os bairros: Nações, Jatobá, Cohab I, Cohab II, Gerardo Cristino de Menezes, Dom Expedito, Distrito Industrial, Várzea Grande e Sinhá Sabóia. Como as áreas 1 e 2, esta também é uma área periférica.

RESULTADOS

Como já foi dito, para a análise dos resultados foi elaborada uma matriz de análise e esta serviu também para especificar os principais aspectos positivos e negativos de cada área. A tabela abaixo mostra a matriz de análise com as características observadas em cada área:

Matriz de análise do contexto das áreas de lazer em Sobral, CE.

Área	Média	Pontos Positivos	Pontos Negativos
01	02	<ul style="list-style-type: none"> – Boa infraestrutura; – Bom estado de conservação; 	<ul style="list-style-type: none"> – Presença de vegetação, lixos e animais silvestres; – Equipamentos quebrados; – Presença de jovens se drogando; – Equipamento de lazer da iniciativa privada, cujo acesso é limitado;
02	01	<ul style="list-style-type: none"> – Boa infraestrutura; – Bom estado de conservação; – Postes de iluminação; – Equipamentos de lazer polivalentes; – Equipamentos de lazer de iniciativa privada; 	<ul style="list-style-type: none"> – Presença de vegetação, lixos e animais silvestres, esgoto; – Equipamentos danificados (piso rachado, pichação, arquibancada quebrada, traves enferrujadas); – Presença de jovens usando drogas; – Campos de várzea, sem postes de iluminação, equipamentos desgastados.
03	02	<ul style="list-style-type: none"> – Bom estado de conservação; – Equipamentos de lazer polivalentes; – Postes de iluminação; – Equipamentos culturais diversificados. 	<ul style="list-style-type: none"> – Uma praça com equipamentos danificados (entulhos, bancos quebrados, folhas soltas no chão).

04	01	<ul style="list-style-type: none"> – Boa infraestrutura; – Bom estado de conservação; – Postes de iluminação; – Equipamentos de lazer polivalentes. 	<ul style="list-style-type: none"> – Equipamentos danificados (traves enferrujadas, lixo, presença de animais, vegetação, pisos quebrados, pichação); – Ausência de postes de iluminação.
----	----	---	---

Fonte: dados coletados em campo. Elaborado pelos autores.

Na área 1, a mais extensa das quatro observadas, os equipamentos de lazer incluem quadras, academias ao ar livre, parque urbano (Parque Mucambinho), praças, parques infantis, campos *society* e campos de várzea, nos quais há equipamentos construídos pela iniciativa da própria comunidade, porém eles são localizados em terrenos muito irregulares e próximos a esgotos.

Uma rápida olhada nos equipamentos e espaços de lazer nesta área permitiu verificar que a grande maioria estava bem conservada e em condições de uso, mas alguns deles necessitavam de uma maior preservação e cuidado por parte do poder público e da própria população. Convém ainda lembrar com Silva *et.al.* (2007, p.65) que: “não se pode esquecer de que a atuação do poder público é mais intensa nos centros urbanos e decai com a própria extensão da cidade, além de que são em menor quantidade e qualidade os serviços privados oferecidos”.

Na área 2, os equipamentos de lazer encontrados foram praças, academias de ginástica ao ar livre e de iniciativa privada, quadras, clubes, ginásio poliesportivo – que também serve para a realização de eventos –, parques infantis, uma vila olímpica cuja construção está inacabada. Alguns desses equipamentos, como as Academias de Ginástica de iniciativa privada, clubes, campos *society*, o cinema e um centro

esportivo, são espaços não utilizados pela maioria da população, mas por aqueles com melhores condições financeiras. Assim, “a iniciativa privada dificilmente está presente, já que tais locais não são mercados potencialmente rentáveis, exceto aqueles ligados às atividades de aventura e esportes radicais, que apresentam relativo crescimento.” (SILVA, *et.al.*, 2007, p. 65)

Sobre a área 3, torna-se relevante dizer que a população menos central não usufrui efetivamente desses espaços, em virtude da distância que inviabiliza o deslocamento, causando uma segregação de tais grupos. No entanto, para SILVA, *et.al.*, “a diferença é que nos centros urbanos há ainda a participação do poder público, com o oferecimento de alguns espaços, especialmente os históricos, como museus, bibliotecas e teatros.” (2007, p. 64).

Outro fato a ser destacado é a existência de equipamentos culturais nesta área, dentre os quais pode-se citar o Teatro São João, Museu Dom José, Casa da Cultura e o Museu do Eclipse, que não são encontrados na periferia, como é o caso das demais áreas pesquisadas, o que corrobora o ponto de vista de Corrêa de que “na sociedade de classes verificam-se diferenças sociais no que se refere ao acesso aos bens e serviços produzidos socialmente” (1989, p. 29). Essas diferenças sociais acabam por delimitar o acesso a

determinados espaços e equipamentos de lazer principalmente se eles forem privatizados.

Alguns problemas como falta de conservação, equipamentos danificados, sujeira, falta de segurança, pouca iluminação, etc..., embora com menor incidência que nas outras áreas, denotam o descaso por parte do poder público na manutenção desses equipamentos.

Na área 4, foram observados alguns problemas nos equipamentos existentes nos campos de várzea, alguns tinham um pouco de lixo, vegetação, presença de animais no campo, em algumas quadras também a estrutura estava danificada, o que provoca falta de segurança para a prática do lazer.

Nesta área, entretanto, existe um equipamento que causa um contraste: o *Shopping Center*, um espaço de lazer localizado justamente onde os moradores não têm condições financeiras para usufruí-lo.

Segundo Carlos, (2007, p.14) “cada vez mais o uso dos lugares da cidade estão submetidos à lógica do valor de troca e o lazer e o flunar; o corpo e os passos são restritos a lugares normatizados, privatizados, vigiados”. Fatos assim não ficaram restritos apenas à área 4, pois em todas as outras há equipamentos e espaços de lazer privados não acessados pela população em virtude da sua condição financeira menos favorecida.

Com efeito, são muitos os espaços de lazer presentes na cidade, porém nem sempre os equipamentos que ali se encontram estão em boas condições de uso. Além disso, é visível a discrepância entre a área central e as demais, deixando evidente a necessidade da intervenção do poder público a fim de dar melhores condições de uso a tais locais.

CONCLUSÃO

Após comparar os equipamentos e espaços de lazer do Centro e da Periferia, percebeu-se que há uma infraestrutura e um estado de conservação melhores nos do centro, apesar de sua localização não impedir a ocorrência de pontos negativos, mas em menor proporção quanto aos da periferia.

Notou-se ainda uma preocupação maior em manter o bom estado de uso dos equipamentos localizados no centro, porque esta é a área mais visitada, tanto pela população da cidade quanto dos outros municípios.

Quanto ao contexto do lazer na periferia, verificou-se a ocorrência de um maior número de pontos negativos, embora seja necessário ressaltar como positiva a presença de equipamentos e espaços de lazer privatizados no local, apesar de estes não estarem disponíveis para o público em geral.

Por fim, embora este estudo tenha buscado modestamente contribuir para uma melhor compreensão o contexto desses equipamentos e espaços de lazer na cidade de Sobral, ainda muito ainda a ser estudado, o que fica sugerido a futuros pesquisadores.

REFERÊNCIAS

MARCELLINO, N. C. *et al.* *Lazer, Cultura e Patrimônio Ambiental Urbano: Políticas Públicas*. Curitiba. Opus Print. 2007. Disponível em <<http://www.esporte.gov.br/arquivos/sndel/esporteLazer/cedes/politicasPublicas/patrimonioDefinitivo.pdf>>. Acessado em 23 de Mar de 2014.

GOMES, C. L. *et al.* Lazer/ocio no contexto da pós-graduação em sustentabilidade e meio ambiente na América Latina. **Licere**, Belo Horizonte, v.17, n.2, jun., 2014. Acessado em 12. Fev. 2015. Disponível em: <<https://seer.lcc.ufmg.br/index.php/licere/article/view/576/465>>.

GOMES, C. L. Lazer urbano, contemporaneidade e educação das sensibilidades. *Itinerarium*, Rio de Janeiro, 2008, v. 1, p. 1–18, 2008. Disponível em: <<http://www.seer.unirio.br/index.php/itinerarium>> Acessado em: 22. Dez. 2014.

BAHIA, M. C. e FIGUEIREDO, S. L. Lazer em áreas verdes públicas urbanas: as vivências na praça Batista Campos em Belém – Pará. *Revista Brasileira de Estudos do Lazer*. Belo

Horizonte, v. 1, n.1, p.85–98, jan./abr. 2014. Acessado em 12, fev., 2015. Disponível em:
<<https://seer.lcc.ufmg.br/index.php/rbel/article/view/334/232>>.

MELO, V. A. Lazer e urbanização no Brasil: notas de uma história recente (décadas de 1950/1970). *Movimento* (UFRGS. Impresso), v. 15, p. 249–271, 2009. Disponível em:
<<http://www.seer.ufrgs.br/Movimento>> Acessado em: 22. Dez. 2014.

MELO, V. A. Espaço, Lazer e Política: Uma Análise Comparada das Desigualdades na Distribuição de Equipamentos Culturais em Cidades Brasileiras, Colombianas Venezuelanas e Argentinas – Resultados Preliminares. *Licere* (Belo Horizonte), v. 11, p. 4, 2008. Disponível em:
<http://www.anima.eefd.ufri.br/licere/pdf/licereV11N01_a3.pdf> Acessado em: 29. Dez. 2014.

SILVA, S. R. et al. Lazer e Espaço na Cidade em Tempos de Alta Modernidade. *Revista Mineira de Educação Física*, v. XV, p. 57–69, 2007. Acessado em 20. Fev.2014.

MELO, V. A. A cidade e o lazer: as desigualdades sócio–espaciais na distribuição dos equipamentos culturais na cidade do Rio de Janeiro e a construção de um indicador que oriente as ações em políticas públicas. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Porto Alegre, v. 11, n.3, p. 87–107, 2005. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/Movimento>> Acessado em 29. Dez. 2014.

STOPPA, E. A.; SANTOS, J. F. S. Gestão de Esporte e de Lazer: análise dos espaços e equipamentos de esporte recreativo e de lazer em Ermelino Matarazzo, zona leste de São Paulo. In: Coletânea do XIII Seminário *O Lazer em Debate*. Belo Horizonte: UFMG/DEF/CELAR, 2012. v. 1. p.

107–113. Acessado em: 24. fev. 2014. Disponível em:
<http://centrodepesquisaeformacao.sescsp.org.br>.

GIL, A. C. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 6. Ed. Atlas, São Paulo, 2008.

FERNANDES, L; GOMES, J. M. M. *Relatórios de pesquisa nas ciências sociais: características e modalidades de investigação*. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/>. Acessado em: 26. Jun. 2014.

CORREIA, R. L. *O Espaço Urbano*. Rio de Janeiro: Ática. 1989.

4 UM OLHAR ACADÊMICO SOBRE LAZER NA ÁREA URBANA EM SOBRAL – CE

Isnael Baltazar Farias¹

Poliana Freire da Rocha Souza²

Francisco Robson Pereira Bezerra³

Fabricia Alves da Conceição

Rayane de Tasso Moreira Ribeiro⁴

INTRODUÇÃO

Os estudos relacionados ao lazer têm sido amplamente discutidos em diversos âmbitos, contudo ainda há a necessidade de que as especificidades locais do território brasileiro sejam consideradas. Sob esse ponto de vista, entende-se o estudo contextualizado dessa atividade em áreas urbanas a partir de uma complexidade que influencia e recebe influência de outras. Baseado nessa ideia, este estudo tem por objetivo geral analisar os olhares acadêmicos sobre o tema lazer na área urbana de Sobral e, mais especificamente,

¹ <http://lattes.cnpq.br/6951874073182423>

² <http://lattes.cnpq.br/0646967185282934>

³ <http://lattes.cnpq.br/9974521167771248>

⁴ <http://lattes.cnpq.br/8662886938924423>

explicitar as teorias sobre o acesso ao lazer, compreender os aspectos legais e, por fim, refletir sobre tal atividade.

Nesse sentido, este estudo ganha importância, porque possibilita a circulação dos principais conceitos, livros e artigos de autoridades intelectuais no assunto no meio acadêmico que, com certeza, se beneficiará do fato de encontrar aqui um material de pesquisa para futuros trabalhos na área.

MARCO TEÓRICO

No sentido de compreender os próximos passos deste estudo, abordou-se sobre fatores psicossociais relacionados ao acesso e ao direito ao lazer, aspecto que oferece suporte teórico para o melhor entendimento do objeto de estudo desta investigação.

Carlos (2007), em um estudo realizado acerca das relações entre o cotidiano e o espaço urbano, baseia-se nos pensamentos de Lefebvre, para quem a prática social no neocapitalismo está estritamente associada à vida cotidiana. No espaço estudado, o modo de vida e a realidade urbana muitas vezes são confluentes, pois o lazer está vinculado aos percursos da vida privada e do trabalho, por isso, é justamente a partir da consciência dessa dinâmica que a complexidade das vivências de lazer no cotidiano podem ser percebidas.

Em consonância com Carlos (2007), isso significa que existe uma tendência à diminuição dos espaços nas cidades onde o uso não é regido pela ideologia consumista e o acesso não se restringe à compra e venda de um “direito de uso temporário”, comprovando que, cada vez mais os usos dos lugares da cidade estão submetidos à lógica do valor de troca e as atividades de lazer acabam restritos a lugares normatizados, privatizados, vigiados, a exemplo do *Shopping Center*.

Com o passar do tempo, o acesso ao lazer se torna mais complicado principalmente pela privatização dos espaços existentes, dificultando o acesso da população menos favorecida. Por isso, coadunando o ponto de vista de Marcellino e Ferreira (2009), programas de esporte e lazer que venham melhorar o cotidiano das pessoas são sempre bem-vindos, porque proporcionam bem-estar, aceitação social e prazer pela atividade física.

A população poderá se beneficiar muito com a melhoria de programas já existentes e com a criação de políticas de esporte e lazer para as cidades do Brasil, basta uma ação mais efetiva do poder público para que isso seja garantido. Desta feita, Oliveira, Trompieri Filho e Nicolino (2013) afirmam também que a falta de continuidade nas políticas públicas relacionadas ao assunto é prejudicial ao acesso às práticas sociais ligadas ao lazer, situação que limita ainda mais o uso

dos equipamentos e dos espaços de lazer às pessoas com mais poder aquisitivo.

Além dos autores referidos anteriormente, Allen e Marcellino (2011) igualmente ressaltam que, infelizmente, nem todos têm a possibilidade de acesso aos equipamentos de lazer, ou por falta de condições econômicas, por falta de política pública de lazer, por barreiras como gênero e faixa etária ou por deficiência de uma política de animação sociocultural que viabilize a democratização cultural.

O acesso ao lazer é considerado um direito garantido na Constituição Brasileira (1988), a exemplo do Art. 6º do Capítulo II que reconhece literalmente que se enquadram nos Direitos Sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados.

Nessa mesma vertente, no inciso I do capítulo 6 do Código de Ética da Educação Física, dentre as responsabilidades e deveres do Profissional de Educação Física está incluso:

Promover uma Educação Física no sentido de que a mesma se constitua em meio efetivo para a conquista de um estilo de vida ativo dos seus beneficiários, através de uma educação efetiva, para promoção da saúde e ocupação saudável do tempo de lazer (CONFEF 2000, p.1).

Dentro dessa mesma perspectiva, o Estatuto da Criança e do Adolescente (2004), no capítulo 4º, entre outros direitos, garante que o lazer é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público.

Outro documento que também reforça essa ideia é o Estatuto do Idoso (2003), ao sugerir a educação, a cultura, o esporte, o lazer, as diversões, os espetáculos, os produtos e serviços que respeitem sua peculiar condição de idade como direitos que não podem deixar de ser garantidos a essa faixa etária.

É importantíssimo que todo ser humano tenha o direito ao lazer independentemente de sua condição financeira, idade ou sexo. As medidas que deverão ser tomadas para isso devem partir da consciência das autoridades responsáveis em criar projetos e programas sociais inclusivos, o que representaria um triunfo muito importante.

Ainda conforme Marcellino e Ferreira, (2009) cabe ao cidadão demandar e participar dessa política em todas as instâncias, exercendo a cidadania e utilizando-se de um direito constitucional para viabilizar o lazer e o esporte a todos. Portanto, a população deverá trabalhar para que possa ter espaços e equipamentos de qualidade e propícios ao lazer.

Como todo direito, este também deverá ser atendido como tal, só nos resta buscar materializar o que já está explícito nas leis.

MATERIAIS E MÉTODOS

Os dados deste trabalho e os diálogos contemporâneos acerca da temática foram colhidos nos arquivos do grupo de estudo de Educação Física, vinculado à Universidade Estadual Vale do Acaraú UVA, onde há outros documentos sobre os equipamentos e espaços de lazer no Município de Sobral, Ceará. O estudo foi realizado por etapas, para tanto, foram demarcadas quatro áreas respeitando a geografia do município.



ÁREA URBANA DO MUNICÍPIO DE SOBRAL, CE.



Fonte: Google maps, adaptado pelos autores.

A área 1 reúne muitos bairros, em sua maioria, novos e com poucos equipamentos de lazer, tendo em vista que outros, como Jardim, Juazeiro, Nossa Senhora de Fátima, não foram identificados pelos pesquisadores, assim como o bairro Dr. José Euclides é o único que possui 2 ou mais equipamentos de lazer.

Constam ainda, na área 1, os bairros Cachoeiro, Nossa Senhora de Fátima, Renato parente, Dr. José Euclides, Edmundo Monte Coelho, além dos mais antigos como: Mucambinho, Vila União, Dom José, Padre Palhano e Sumaré, todos eles com 2 ou mais equipamentos de lazer existentes em seus espaços.

Na área 2 estão situados os bairros Domingos Olímpio, Junco, Alto do cristo, Campo dos velhos, Pedro Mendes Carneiro, Jeronimo de Medeiros Prado, Dr. Juvêncio de Andrade, Expectativa, Alto da Brasília, Padre Ibiapina, Pedrinhas, Derby, Coração de Jesus, Novo Recanto, Parque Silvana, dos quais apenas Jerônimo de Medeiros Prado e Pedro Mendes Carneiro não possuem muitos espaços e equipamentos de lazer.

No Centro – ou área 3 – localizado entre os trilhos, podem ser encontrados muitos espaços e equipamentos de lazer devidamente preservados e outros que precisam de

alguns retoques para que possam ser desfrutados pela população.

Nos bairros Nações, Jatobá 1 e 2, Cohab I e II, Gerardo Cristino de Menezes, Dom expedito, Distrito Industrial, Várzea Grande, Sinhá Saboia, localizados na Área 4, embora haja conjuntos habitacionais e bairros novos e uma porção vasta de terra, notou-se uma carência de espaços e equipamentos de lazer. Pode-se destacar que nesta área apenas os bairros Sinhá Saboia e Dom Expedito são exceção, pois o primeiro possui um grande complexo esportivo e o segundo, quadras, campos e praças disponíveis para a população.

Por ser uma pesquisa documental, é baseada em fatos e documentos importantes referentes ao assunto e o embasamento pode se dar por qualquer meio de comunicação ou normatização (GIL, 2008). Além disso, engloba a parte da comunicação referente a estudo, informações, documentos preparados por diversos órgãos importantes, escolas e outros.

Em conformidade com Castilho *et.al.* (2011), uma pesquisa documental está referendada por meio de coleta de dados, de documentos escritos ou não, através das fontes primárias, realizadas em bibliotecas, institutos e centros de pesquisa, museus, acervos particulares, entre outros.

Por outro ângulo, também foi feita uma abordagem qualitativa do objeto, uma vez que, segundo a concepção de

Zanella (2009), buscou-se não apenas trabalhar com as estatísticas, mas também estabelecer relações e analogias, bem como acompanhar o desenvolvimento e a execução do que fora traçado. Esse tipo de análise tem por base conhecimentos teórico–empíricos que lhe permitem atribuir cientificidade.

RESULTADOS

Na área 01, embora a maioria dos equipamentos encontre-se em bom estado de conservação, em alguns casos, as problemáticas encontradas – espaço sendo compartilhado com lixo e animais, presença de lama, etc... – tornam-se um fator de limitação para as possíveis práticas de lazer e, mesmo que não as impeça, pode colocar em risco a qualidade de vida de quem participa das atividades.

Nesse sentido, recorre-se a Stoppa (2011), para quem os equipamentos de lazer têm em seu processo de gestão vários problemas, dentre eles, os físicos, o que restringem as possibilidades de participação cultural e de vivência do esporte e lazer enquanto instrumento de formação crítica e criativa do sujeito.

A observação da área 2 mostra sua heterogeneidade, pois ali encontram-se diferentes ambientes de convivência,

pressupondo uma territorialização dos equipamentos de lazer. Cabe frisar que, nessa mesma área, há espaços com mais diversidade de equipamentos de lazer, estes destinados a um público com maior poder aquisitivo, mas também há outros em que tais equipamentos praticamente não existem, deixando a população carente de atividades desse viés e, portanto, mais sujeita à vulnerabilidade social.

Sobre essa compartimentalização do lazer, Marcellino *et.al.* (2007), são enfáticos ao afirmarem que, se o espaço para o lazer é privilégio de poucos, todo o esforço para a sua democratização não pode depender unicamente da construção de equipamentos específicos.

Outra questão destacada pelos pesquisadores foi o fato de não haver variedade de equipamentos de lazer e, portanto, as possibilidades de práticas de lazer são muito diminutas. Neste sentido, muitas cidades até possuem pelo menos um cinema e/ou teatro, o que não quer dizer que haja um oferecimento de atividades permanentes e de formação cotidiana, pois estes praticamente não funcionam, ou simplesmente são abertos somente para a realização de eventos esporádicos.

Acerca da área 3, composta em sua grande parte pelo centro urbano no qual está situado o sítio histórico tombado pelo IPHAN, os diários de campo demonstraram que é

predominante a diversidade de possibilidades de práticas de lazer, pois, mesmo sendo menos extensa, há a existência de diversos espaços culturais e praças. Ademais, o estado de conservação dos equipamentos é bem melhor, pois eles são mais bem cuidados. O que leva ao questionamento acerca do tratamento diferenciado dispensado ao centro em detrimento dos bairros.

Contudo ressalta-se ainda que, mesmo no centro, existem alguns equipamentos carentes de melhorias e também que há uma falta de segurança nos espaços de lazer, o que dificulta o acesso das pessoas aos equipamentos dessa área. Nesse aspecto, Marcellino *et. al.*, (2007) sugere que a preservação do patrimônio ambiental urbano é uma das funções do poder público a fim de aproximar o público do espaço ou equipamento de lazer, seja ele morador local ou forasteiro. Tal valorização pelo uso, pela identidade desse público com o espaço evidenciará a relação da comunidade com o meio em que vive. Portanto, os cuidados não podem se restringir à determinada área da cidade, mas devem ser levados a toda sua extensão.

A área 4 caracteriza-se pela presença de variadas possibilidades de diversão e espaços de lazer, incluindo um miniestádio, clubes e academias de ginástica (iniciativa privada). Entretanto, cabe refletir que a construção de

equipamentos de lazer de iniciativa privada, restringe essa possibilidade apenas a alguns, assim, o poder público necessita investir em novos equipamentos e espaços de lazer para que a comunidade toda possa se apropriar deles.

Baseando-se em Marcellino, Barbosa e Mariano (2006) esses espaços, geralmente improvisados pela própria população, possuem equipamentos específicos às vezes muito próximos de equipamentos públicos municipais, contudo, nem toda a população pode ter acesso a eles em virtude de sua situação financeira e, portanto, não os reconhece como seus.

A existência de equipamentos de lazer privados em alguns locais, com estruturas “maravilhosas”, cujo patamar é muito acima das condições de algumas famílias da cidade Sobral, torna a cidade e tal infraestrutura uma atividade lucrativa para as empresas, mas distancia ainda mais as pessoas das classes sociais menos favorecidas, apesar de o acesso ao lazer ser um direito de todos.

Para corroborar o pensamento do autor, Marcellino, Barbosa e Mariano (2006) asseguram que a própria cidade é um produto a ser vendido para o desenvolvimento de atividades lucrativas. É preciso que o poder municipal entenda a importância dos espaços urbanos de lazer para a população antes que empresas os transformem em produtos acessíveis somente a algumas classes sociais.

Não se trata somente de o poder público criar novas políticas públicas, mas de colocar novos equipamentos nesses espaços, educar e conscientizar a população de que ela deve cuidar desse patrimônio que lhe pertence por direito. Nesse contexto conforme ensina Marcellino, Barbosa e Mariano (2006) que a participação comunitária e a ação do poder público são fundamentais para o conhecimento do valor do ambiente e da cultura e para o incentivo de um comportamento destinado a preservação, valorização e revitalização urbanas.

CONCLUSÕES

Este trabalho, que teve como tema um olhar acadêmico sobre o lazer na área urbana em Sobral foi desafiador, pois permitiu agregar estudos anteriores aos dados colhidos e, conseqüentemente, oportunizou aos autores a ampliação de conceitos e reflexões sobre o acesso ao lazer.

Os objetivos também foram todos alcançados, pois o plano traçado pelos autores de estudar, registrar e lançar um olhar sobre as 4 áreas foi cumprido satisfatoriamente. Nesse sentido, procurou-se enfocar os dados a partir das impressões durante a realização da coleta e, ao término desse trabalho todos os equipamentos e espaços de lazer no município de Sobral, foram pesquisados.

Para os autores, fica a impressão de que o poder público necessita promover melhorias e incitar a valorização dos equipamentos e espaços de lazer em todo o Município de Sobral e não somente no centro que é uma área de maior destaque e relevância para a cidade.

Para dados conclusivos relata-se que este artigo poderá contribuir muito para a cidade de Sobral, pois, mostra em seu corpo, estudos relacionado às impressões pesquisadas sobre os espaços e equipamentos de lazer na nossa cidade e que, para futuros estudos, será muito proveitoso.

REFERÊNCIAS

CARLOS, A. F. A. *O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade*. Labur Edições, São Paulo, 2007.

OLIVEIRA, A. A. N. SUASSUNA, D. M. F. A. e TROMPIERI FILHO, N. Do direito ao lazer: o princípio acessado no Programa Esporte na Comunidade, Fortaleza, CE. *Licere*, Belo Horizonte, v.16, n.4, dez/2013. Acessado em 21. Fev. 2014. Disponível em: <http://www.anima.eefd.ufrj.br/licere/pdf/licereV16N04_a2.pdf>.

ALLEN, S.; MARCELLINO, N. C. Uso dos equipamentos públicos de esporte e lazer em Praia Grande–SP: uma contribuição do legado físico dos 71 Jogos Abertos. MOSTRA ACADÊMICA UNIMEP, 2011. *Anais...* Piracicaba, 2011.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.
Brasília, DF, Senado, 1988.

CONFED – Conselho Federal de Educação Física. *Código de Ética*. Rio de Janeiro, 2000. Acessado em 20, abr. 2014.

Disponível em:

<http://www.confef.org.br/extra/resolucoes/conteudo.asp?cd_resol=103>.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras Providências. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

ESTATUTO DO IDOSO. Substitutivo ao projeto de Lei nº 3.561, de 1997, de autoria do Deputado Paulo Paim. 2003.

GIL, A. C. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 6. Ed. Atlas, São Paulo, 2008.

ZANELLA, L. C. H. *Metodologia De Estudo e de Pesquisa Em Administração*: Departamento De Ciências Da Administração / UFSC; Brasília, 2009. Disponível em:

<[Http://Paginapessoal.Utfpr.Edu.Br/Mansano/Downloads-Para-Disciplina-De-Metodologia-Da-Pesquisa-Uab/Downloads/UAB_Metod_Livro_Base.Pdf](http://Paginapessoal.Utfpr.Edu.Br/Mansano/Downloads-Para-Disciplina-De-Metodologia-Da-Pesquisa-Uab/Downloads/UAB_Metod_Livro_Base.Pdf)> Acessado Em 08 Abr. 2014.

STOPPA, E. A. et al. *Gestão de Esporte e Lazer análise dos espaços e equipamentos de esporte recreativo e de lazer em Ermelino Matarazzo, Zona Leste de São Paulo*. São Paulo: Plêiade, 2011.

MARCELLINO, N. C. *et al. Lazer, Cultura e Patrimônio Ambiental Urbano: Políticas Públicas*. Curitiba. Opus Print. 2007. Disponível em<<http://www.esporte.gov.br/arquivos/sndel/esporteLazer/cedes/politicasPublicas/patrimonioDefinitivo.pdf>>. Acessado em 23 de Mar de 2014.

MELO, V. A. *Manual para Otimização da Utilização de Equipamentos de Lazer*. Rio de Janeiro: Manole, no prelo. 2002. Disponível em:<http://www.lazer.eefd.ufrj.br/sesc/docs/manual_sesc_quadras_esportivas.pdf > Acessado em 25. Mar de 2014.

MARCELLINO, N. C.; BARBOSA, F. S.; MARIANO, S. H. *As Cidades e o Acesso aos Espaços e Equipamentos de Lazer*. Piracicaba, 63–63, 2006. Disponível em: <<http://docente.ifrn.edu.br/andreacosta/planejamento-de-espacos-e-equipamentos-de-lazer/texto-3-as-cidades-e-os-equipamentos-de-lazer>>. Acessado em 23 de Mar. 2014.

5 CARACTERIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS POLIVALENTES DE LAZER EM IGUATU-CE

Braulio Regis Clares Nogueira¹

Paulo Roberto Ricarte Pereira²

Maria Petrília Rocha Fernandes³

Yure Gonçalves Ferreira⁴

Braulio Nogueira de Oliveira⁵

INTRODUÇÃO

Tendo em vista que não há nenhuma caracterização dos equipamentos polivalentes de lazer nesse município, entende-se que a contribuição desse estudo está diretamente relacionada aos aspectos sociais e culturais para o desenvolvimento dessa prática na região. Nesse sentido, a partir dessa investigação será possível disparar processos de participação e democratização dessa prática nos espaços urbanos.

Foi levantado o questionamento acerca do estado de conservação dos referidos espaços, com a finalidade de

¹ <http://lattes.cnpq.br/5534398375074038>

² <http://lattes.cnpq.br/3264364195748213>

³ <http://lattes.cnpq.br/37039338892627790>

⁴ <http://lattes.cnpq.br/3881671274420115>

⁵ <http://lattes.cnpq.br/6972021620191039>

delinear um parâmetro para obter o perfil dos mesmos. Portanto, este trabalho tem como objetivo geral caracterizar os equipamentos polivalentes de lazer na área urbana do município de Iguatu, a partir do estado de conservação e, mais especificamente, estudar os conceitos básicos de espaço urbano, classificar os equipamentos polivalentes de lazer, bem como identificar outros estudos sobre equipamentos de lazer em área urbana no Brasil.

A possibilidade de ampliação dos conhecimentos sobre o tema e o fato de colocá-lo em pauta, com certeza, fará com que este seja um trabalho útil no sentido de auxiliar futuras pesquisas que porventura venham a ser desenvolvidas em Iguatu e na região Centro-Sul do Ceará.

O ESPAÇO URBANO

Dar uma única definição para o termo espaço não é uma tarefa fácil, pois o conceito é amplo, mutável e com diversificações. Ele pode ter um caráter seletivo de acordo com a localização, as atividades ou ainda pelas relações sociais desenvolvidas pelo homem (SANTOS, 1978).

Várias ideias acerca do termo foram levantadas nos últimos anos, algumas centralizadas na necessidade de se pensar num novo modo de observar as cidades atuais, como

um processo de constituição do espaço na sociedade urbana (CARLOS, 2007). Deste modo, a cidade, enquanto meio produzido pelo homem, está inserida num contexto histórico-social e o espaço, como parte dela, reflete ações passadas, visando à construção do futuro a partir daquelas que ocorrem no presente.

Carlos (2007) coloca ainda que o processo de construção e adaptação do espaço na metrópole o transforma, de modo que as formas urbanas estão sempre em constante alteração, ocasionando também profundas modificações e fragmentações desses locais, bem como a destruição das referências que constroem a memória social.

Nesse sentido, Santos (1993) mostra como se deu a ocupação dos espaços urbanos no Brasil, há uma tendência a desmetropolização, evento paralelo ao crescimento da população cuja característica é a realocação de moradores de grandes centros urbanos mais aglomerados para centros com uma menor densidade populacional, resultando em um efeito contrário.

A modernização desses espaços contemporâneos foi legitimada por uma ideia de crescimento, que acaba, por fim, moldando os espaços a partir do acúmulo de riquezas de uma pequena parcela da população, gerando assim novas classes e

causando profundas transformações desses locais nas últimas décadas (SANTOS, 1993).

As contribuições de Lefebvre (2011) para esse debate sugerem que o homem, como ser individual com características específicas, tem o direito de decisão entre acumular ou desperdiçar energia da forma que melhor lhe convém, mas, em virtude disso, os espaços urbanos comerciais, muitas vezes, são moldados e acabam suprindo apenas parcimoniosamente as necessidades dele.

O espaço urbano possui uma dimensão simbólica, pelo fato de poder variar de acordo com os diferentes grupos que integram a sociedade. É, portanto, fragmentado e articulado e, na atualidade, ainda é organizado pelas diferentes formas de utilização da terra, esta ainda não possui uma autonomia só existindo diante das realizações de uma ou mais funções (CORRÊA, 1989).

A construção do espaço, complexa e dinâmica, ocorre a partir do acúmulo do capital e dos conflitos de classe que dele surgem, os quais induzem a um processo de reorganização e “adaptação” do meio ao incorporar novas áreas e desgastar outras antes ocupadas, atribuindo aos agentes sociais a responsabilidade pela produção de tal espaço.

Stucchi (1997) classifica os equipamentos específicos do lazer, como Especializados e Polivalentes, sendo:

– Os especializados, destinados a atender uma programação especializada, ou uma faixa de interesses culturais específicos. Como exemplo, a "academia de ginástica";

– Equipamentos polivalentes de capacidades médias, destinados a receber uma programação diversificada, ou a atender variados interesses socioculturais. Com capacidade para atender até 2.500 pessoas/dia nas atividades permanentes e até 5.000 pessoas em eventos especiais ou de fins de semana;

– Equipamentos especializados, Equipamentos polivalentes de capacidades grandes, destinados a atendimentos de massa, em uma programação diversificada, abrangendo variados interesses socioculturais. Com instalações com grande capacidade.

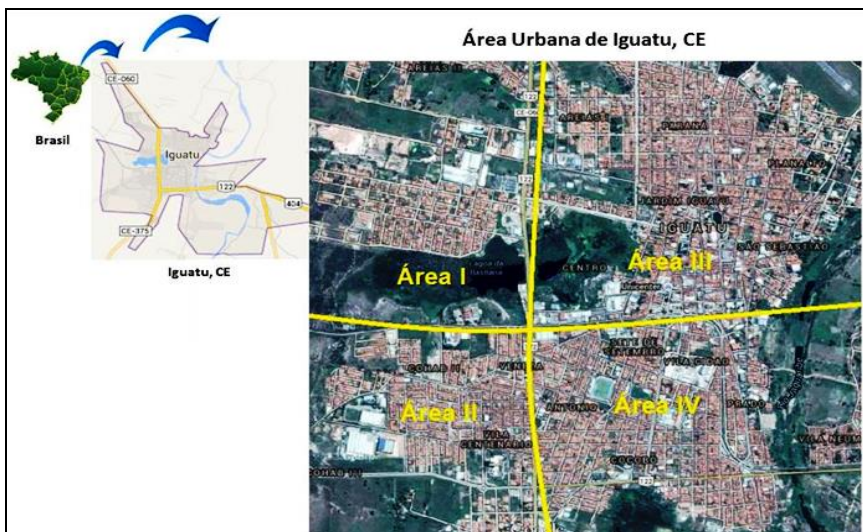
MATERIAL E MÉTODOS

Esta pesquisa foi realizada no Município de Iguatu, localizado no centro Sul do Estado do Ceará e distante, em linha reta, 306 km de Fortaleza. A cidade possui uma extensão de 1.029,00 km² e uma população de 96.495 habitantes, dos quais 74.627 estão no perímetro urbano (IPECE, 2013).

Os dados encontrados foram reorganizados de maneira que os mesmos ficassem distribuídos por áreas distintas, facilitando assim a compreensão. Desse modo, foi possível a caracterização de cada área e equipamento com mais exatidão.

Levando-se em conta a classificação do nível de conservação atribuída a cada equipamento, foi realizada uma escala de zero a dois, em que zero corresponde a ruim, um a bom e dois a excelente. Em posse destes dados elaborou-se o gráfico com a porcentagem de cada nota obtida e chegou-se a um resultado em que a maioria dos equipamentos obteve uma avaliação positiva e pouco negativa.

Para facilitar da compreensão dos dados, os 17 equipamentos encontrados na fase de coleta foram numerados. Na primeira área, foram os equipamentos de número 01 e 02; na segunda área, os equipamentos de número 03, 04, 05 e 06; na terceira está concentrada a maior quantidade de equipamentos polivalentes que são os de número 07, 08, 09, 10, 11 e 12; e na quarta os equipamentos de número 13, 14, 15, 16 e 17.



Fonte: Google Earth (2014). Organizado por: RIBEIRO, F. L. e NOGUEIRA, B. R. C. (2014)

Baseando-se na geografia e respeitando as peculiaridades, o município foi dividido em quatro áreas (ver figura ilustrativa acima), a saber: margem direita e esquerda, baseadas na rodovia CE-060, e parte superior e inferior, cujo ponto de delimitador é a linha férrea. Assim, a correspondência entre as áreas e os bairros ficou da seguinte forma: Área I, composta pelos bairros Jardim Oásis, Lagoa Parque, Areias II e Joao Paulo II; área II, pelos bairros Cohab II e III, Vila Centenário, Veneza e Esplanada; já a área III comporta o Areias I, Paraná, Jardim Iguatu, Planalto, São Sebastião e Centro; e a IV e última área a ser demarcada correspondente ao Sete de Setembro, Vila Cidau, Antônio, Prado, Cocobó e Vila Neuma.

RESULTADOS

Foi elaborada uma tabela com uma caracterização básica dos equipamentos de lazer, estimada de modo a se ter uma noção acerca da quantidade de pessoas que praticam atividades de lazer nesses espaços chegando a um percentual aproximado de 37% da população residente na área urbana do município.

Tornou-se notório também que a maioria dos espaços, cuja programação é diária, é na maioria praças, portanto de

iniciativa pública. Em geral, aqueles privados como os clubes, têm uma grande abrangência de público, o que se mostra um ponto positivo nesta pesquisa se o pressuposto é que o acesso ao lazer deve ser democrático (MARCELLINO et al, 2007).

Tabela 01: Perfil básico dos equipamentos polivalentes de lazer em Iguatu

Equipamento	Estado de conservação	Capacidade de público	Programação	Tipo de Iniciativa
01	2	20	Diária	Pública
02	1	50	Diária	Pública
03	2	40	Diária	Pública
04	2	20	Diária	Pública
05	2	600	Semanal	Privada
06	2	2.000	Diária	Privada
07	2	30	Diária	Pública
08	2	150	Diária	Pública
09	1	1.500	Diária	Privada
10	1	200	Diária	Pública
11	0	300	Semanal	Pública
12	2	20.000	Anual	Privada
13	1	500	Diária	Pública
14	2	1.200	Diária	Privada
15	0	150	Diária	Pública
16	1	1.000	Diária	Pública
17	0	50	Diária	Pública

Fonte: dados coletados em campo. Elaboração: Nogueira, B. R. C. (2014)

Os dados referentes à prioridade de público que frequenta os ambientes a serem descritos grande parte deles é composto por espaços para crianças/jovens, praticantes de esportes radicais, comerciários/associados e, por fim, aqueles que atendiam aos anseios de todas as faixas etárias.

O tipo de público mais frequente registrado por esta pesquisa é composto, em sua maioria, por crianças e jovens e, em menor índice, por praticantes de esportes radicais, o que mostra uma disparidade visto que os espaços de lazer geralmente são mais utilizados por estes últimos.

O lazer é um direito assegurado a todos pelo artigo XXIV da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), que diz: “Todo ser humano tem direito a repouso e lazer, inclusive a limitação razoável das horas de trabalho e a férias remuneradas periódicas”. Marcellino *et.al.* (2007) coloca ainda que a democratização do lazer está ligada diretamente à democratização do espaço e, devido às atividades cotidianas de grande parte da população, só é disponibilizado o espaço urbano para sua prática.

Sobre esse aspecto, Rechia (2014) ressalta que a falta de acessibilidade aos equipamentos nem sempre decorre apenas do estado deficiente da maioria deles, mas também da ausência de ações que visem à integração de todos que eventualmente possam vir a frequentar tais espaços. Com

efeito, se forem perspectivados dessa forma, o bom estado de conservação será uma consequência disso e as boas práticas integradas de lazer serão uma realidade.

Por fim, para Giraldi (2014), o lazer como tempo livre não encontra mais um significado cotidiano em uma sociedade de consumo de novas tecnologias. Desse modo, perde-se a noção temporal e vive-se apenas em um tempo pontual, em que o tempo livre está condicionado à produção e restrito aos espaços de tempo como finais de semana e férias.

CONCLUSÕES

Os estudos levantados sobre o espaço urbano e sobre equipamentos de lazer proporcionaram um melhor entendimento da temática, cumprindo de forma satisfatória os objetivos desta pesquisa, cujo intuito era realizar um estudo parcial dos ambientes e espaços de lazer no município de Iguatu, tendo em vista que apenas os equipamentos e espaços polivalentes foram abordados e, para se ter um estudo mais detalhado seria necessário abranger também os equipamentos especializados.

A metodologia aplicada nesta pesquisa partiu do princípio do embasamento teórico a fim de conhecer o objeto a ser estudado e, em seguida, se fez a coleta e a análise dos

dados, respectivamente, tomando como base a abordagem quantitativa, que foi a mais adequada aos objetivos propostos.

No aspecto teórico, buscou-se o entendimento sobre o conceito de espaço urbano e, para isso, foi realizado um levantamento de estudos relacionados a esta temática, a fim de ter conhecimento e uma maior autonomia para classificar esse âmbito como ambiente social onde está inserido o homem, cujas ações interferem na regulação e transformação dele.

Tendo em vista que este foi o primeiro trabalho com esta temática na região, espera-se que outros pesquisadores sintam-se instigados a realizar pesquisas acerca dessa temática, identificando novas formas de se explorar o lazer na região, podendo, inclusive, servir de base para a instauração de políticas públicas direcionadas ao lazer não apenas no município de Iguatu, mas em todos os outros circunvizinhos.

REFERÊNCIAS

SANTOS, M. *POR UMA GEOGRAFIA NOVA: Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica*. São Paulo: HUCITEC, Edusp, 1978.

CARLOS, A. F. A. *O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade*. Labor Edições, São Paulo, 2007.

SANTOS, M. *A URBANIZAÇÃO BRASILEIRA*. SÃO PAULO: HUCITEC, 1993.

LEFEBVRE, H., *O Direito à Cidade*, São Paulo: Centauro 2011. Trad. Rubens Eduardo Frias, 5. Ed., 2008. Reimp. 2011.

CORRÊA, R. L. *O Espaço Urbano*. Rio de Janeiro: Ática 1989.

STUCCHI, S. Espaços e equipamentos de recreação e lazer. In: BRUHNS, H. T. (org.). *Introdução aos estudos do lazer*. Campinas–SP: Unicamp, 1997. p. 105–121.

IPECE, *Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará*. Perfil Básico do Município de Iguatu 2013. Disponível em:

<http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/perfil_basico/pbm-2013/Iguatu.pdf> Acessado em 08. Set. 2014.

MARCELLINO, N. C. *et al. Lazer, Cultura e Patrimônio Ambiental Urbano: Políticas Públicas*. Curitiba. Opus Print. 2007. Disponível em<<http://www.esporte.gov.br/arquivos/sndel/esporteLazer/cedes/politicasPublicas/patrimonioDefinitivo.pdf>>. Acessado em 23 de Mar de 2014.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, ONU, 1948.

RECHIA, S. *et al. Espaços e Equipamentos Públicos de Esporte e Lazer de Barcelona: Acessibilidade Vista Sob a Ótica dos Usuários*. IN: Helder Ferreira Isayama. *et al. I Congresso Brasileiro de Estudo do Lazer, XV Seminário O Lazer em Debate*. Belo Horizonte: UFMG/EEFFTO/DEF, 2014, pp. 214–217.

GIRALDI, R. C. do Real ao Virtual: O Uso dos Espaços de Lazer na Cidade. IN: Helder Ferreira Isayama. et al. I Congresso Brasileiro de Estudo do Lazer, XV Seminário *O Lazer em Debate*, 2014, Belo Horizonte: UFMG/EEFFTO/DEF, 2014, pp. 222–225.

6 DESVENDANDO OS MODELOS FAMILIARES DOS BENEFICIADOS DO PROGRAMA SEGUNDO TEMPO

Géssika Gomes Azevedo¹

Ana Érika Aguiar Alcântara²

Antonia Cleidiana Coutinho Pessoa³

Víctor Silva Rodrigues⁴

Richardson Dylsen de Souza Capistrano⁵

INTRODUÇÃO

Essa pesquisa foi realizada no bairro do Sumaré, mais especificamente no núcleo do Programa Segundo Tempo (PST) do Município de Sobral, região noroeste do Estado do Ceará. A área apresenta índices elevados de criminalidade e exploração sexual de crianças e adolescentes, fatos que denotam a vulnerabilidade social dessa comunidade. Ressalte-se ainda que há diversas ações culturais e de lazer como forma de minimizar essas problemáticas, tais como Feiras artesanais, palestras e programas como o PST, no entanto a região ainda carece que algo mais seja feito.

¹<http://lattes.cnpq.br/4064194660839448>

²<http://lattes.cnpq.br/1791922049586357>

³ <http://lattes.cnpq.br/3992461152831585>

⁴<http://lattes.cnpq.br/7258652331340184>

⁵<http://lattes.cnpq.br/5918148328890813>

A motivação principal para a realização deste estudo foi a ausência de dados sobre as configurações familiares dos alunos beneficiados do Programa Segundo Tempo, o que remeteu à seguinte questão: Qual a configuração das famílias dos beneficiados pelo Programa Segundo Tempo?

Como objetivo geral, procurou-se identificar os modelos de famílias e arranjos familiares do PST, a fim de facilitar a relação dialética no processo de ensino e aprendizagem por meio do esporte educacional e, mais especificamente, também disponibilizar informações relacionadas aos modelos familiares para minimizar os possíveis problemas de indisciplina e, por fim, apresentar os resultados obtidos a partir de uma análise utilizando o aporte teórico.

Nesse sentido, o principal fator, entre os que justificam esse estudo, é que o conhecimento dos modelos familiares dos beneficiados possibilita o acompanhamento das famílias nesse processo educacional de modo mais transparente. Esta pesquisa, portanto, servirá de fonte para estudos de acadêmicos e profissionais que desejem construir uma relação de parceria com os familiares dos estudantes, por considerarem a família parte fundamental na construção de uma aprendizagem significativa.

MARCO TEÓRICO

O Programa Segundo Tempo tem como principal meio de acesso à cidadania, o esporte educacional. Sanches *et.al.* (2001) assegura que são vários os estudos sobre a importância educativa do esporte e sobre os benefícios para o desenvolvimento físico, social e afetivo dos participantes.

De acordo com Tubino, (1993) o esporte-educação, ou esporte educacional, possui em sua essência: participação, cooperação, coeducação, integração e responsabilidade, características que dão a essa modalidade um potencial sócio-educacional e uma tecnologia potencial para o desenvolvimento de estratégias na área.

O esporte educacional é um novo entendimento da prática desportiva que valoriza o ato de agregar participantes, ampliar os entendedores do esporte e o mercado do consumo sustentável na prática desportiva. Essas contribuições de Sadi *et al.* (2004) ampliam a visão do esporte como competição com atletas “perfeitos” cujo alvo é somente a vitória e valoriza a promoção de um ambiente coletivo saudável e respeitoso.

Para uma melhor compreensão da metodologia do esporte educacional, Darido e Oliveira (2009) reforçam que os alunos devem ser capazes de ponderar e repudiar os aspectos

negativos das práticas corporais na sociedade, como: uso de anabolizantes, a alienação gerada pelo culto ao corpo veiculado na mídia, a violência das torcidas, bem como a busca exagerada pela “perfeição” que leva a excessos como as lesões crônicas causadas pelos exercícios repetitivos.

Para Tubino, (2010) como um dos fenômenos socioculturais mais importantes desta transição de séculos e, por isso, com merecida dedicação dos intelectuais que têm se aprofundado nas dimensões política, social, cultural, educacional, científica e antropológica do esporte, ele tem recebido uma atenção especial da mídia internacional. Quando se refere à questão educacional, o autor enfatiza a contribuição desse movimento cultural para a aprendizagem dos participantes.

Tornou-se necessário ainda compreender que o conceito de família tem sido ressignificado, especialmente em virtude das grandes transformações advindas da Revolução Industrial. Rocha (2002), ao comentar sobre a família tradicional, toma como modelo a família conservadora, símbolo da continuidade parental e patriarcal que marca a relação pai, mãe e criança e é a responsável pela educação dessa última.

Santos e Santos (2009) conceituam família a partir de três significações fundamentais: a família amplíssima em que, tanto os consanguíneos quanto os parentes por afinidade são

considerados do mesmo núcleo; a *lata* em que são considerados os parentes agregados; e, por último, aquela de forma restrita – que inclui a monoparental ou unilinear, em que há presença de um dos cônjuges e seus descendentes.

Álvares e José Filho (2008) acrescentam outras configurações de família como, por exemplo, a contemporânea, aquela que é construída através de uma somatória de experiências e trajetórias particulares, manifestando-se através de arranjos diferenciados e peculiares que impossibilitam sua identificação com o padrão familiar uniforme e ideal.

Os modelos familiares vêm ganhando novas configurações, pois tem havido um acréscimo de arranjos que, muitas vezes, agregam diversos parentescos ou, até mesmo, o convívio de pessoas sem nenhum laço consanguíneo numa mesma residência, sendo esta a composição familiar em maior evidência na sociedade atual.

Quando se trata de planejar as ações do Programa Segundo Tempo (PST), no trato metodológico com as famílias, Oliveira *et al.* (2009) recomenda um planejamento conforme a realidade familiar dos beneficiados, tendo em vista que a maioria dos participantes possui famílias numerosas e de diferentes configurações, o que pode ser percebido durante as práticas do núcleo por meio do comportamento dos beneficiados que são o reflexo do seu modo de vida como, por

exemplo, a ausência de regras, o individualismo, a competitividade excessiva, mesmo que ele saiba que o PST é voltado à prática do esporte educacional.

A compreensão dessa conjuntura fornece meios para planejar as atividades conforme a realidade dessas crianças e pode, respeitando as diferenças de cada um, tornar o PST capaz de transformar valores. Por isso, Oliveira *et al.* frisa a necessidade de compreender “a constituição familiar, indicando se as famílias são constituídas por pai, mãe e filhos, apenas por pai ou mãe e filhos, ou ainda se as crianças são educadas por tios ou avós”. (2009, 246)

Marques, Cidade e Lopes, (2009) quando tratam da influência dos fatores ambientais no comportamento humano, asseguram que, em crianças, ela ocorre fundamentalmente em duas situações sociais – na família e na escola – e, no adulto, no ambiente de trabalho e na comunidade em geral.

A prevenção ambiental dentro da família é muito importante, porque é nela que a criança encontra a base para seu desenvolvimento e para adquirir novas competências. Assim, é necessário que sejam feitos trabalhos preventivos, incluindo a educação dos pais por meio de grupos de discussão, associações, etc... Por outro lado, a escola tem sido o lugar prioritário em que são identificadas as dificuldades de comportamento, as deficiências e outras situações familiares

que repercutem no comportamento e no desenvolvimento da criança.

A partir do momento em que há uma aproximação da família com o programa, automaticamente as relações dialéticas são facilitadas e, conseqüentemente, há uma possibilidade de transformação no contexto familiar. Desse modo, torna-se importante fazer um trabalho de orientação dos familiares, de cultivo de valores sociais e morais e, assim, atingir os beneficiados. O Programa Segundo Tempo busca auxiliar nos horários em que crianças e adolescentes não estão na escola, fazendo do tempo que seria ocioso, a prevenção e o resgate daqueles que poderiam seguir o caminho da marginalidade, prostituição, afetando a sociedade no contexto geral.

A família tem papel fundamental no processo de educação das crianças, sendo ela um referencial na construção integral do ser humano. Por isso, independentemente de suas configurações, sua participação no PST se faz necessária, mesmo sendo essa integração proporcionada através de palestras, visitas domiciliares, fazendo com que os beneficiados e também os seus familiares percebam sua importância nesse processo educacional. Conhecendo e reconhecendo o que se busca desenvolver com o PST, a

percepção dos avanços comportamentais dos beneficiados será bem mais válida e identificada no contexto familiar.

MATERIAL E METÓDOS

O trato metodológico utilizado neste trabalho está relacionado com uma pesquisa de campo em que foi utilizada coleta de dados através de ficha de identificação com informações acerca do número de pessoas que residem na mesma casa e sobre o grau de parentesco entre elas, a fim de obter um perfil dos modelos de famílias dos beneficiados pelo PST.

Para a aplicação da ficha, foi apresentado aos responsáveis pelos entrevistados o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, documento que contém os objetivos da pesquisa e os esclarecimentos quanto à participação voluntária, à garantia do direito de não identificação, como também à possibilidade de não mais fazer parte da pesquisa a qualquer momento, resguardando, assim, a população envolvida de quaisquer danos ou riscos.

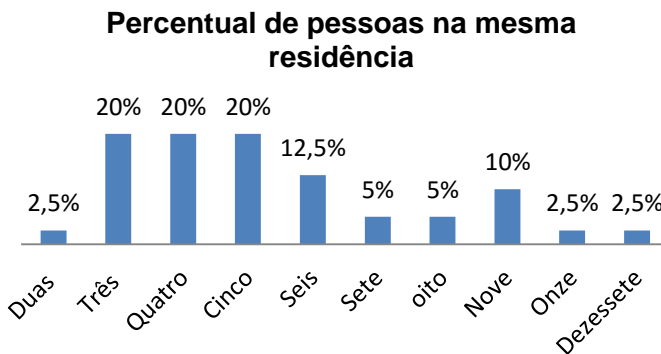
Posteriormente foram colhidas informações de 40 beneficiados pelo núcleo. Trata-se, portanto, de uma amostra representativa, equivalente a 40% do total de atendidos. Dentre as variáveis analisadas, tem-se: quantidade de pessoas

agregada na mesma família, tipos de configuração familiar identificada na coleta, quantidade de residentes em um mesmo domicílio, dividida por sexo, e, por fim, o percentual por grau de parentesco. (MELO, SANTOS e DIAS, 2009)

Da análise dos dados emergiram as seguintes categorias: o quantitativo de pessoas residentes em um mesmo domicílio, as configurações familiares dos beneficiados, a divisão de residentes por sexo e o grau de parentesco dos mesmos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A primeira análise está relacionada aos casos de família dos beneficiados, cujos dados por quantidade de pessoas no domicílio são apresentados no gráfico abaixo:

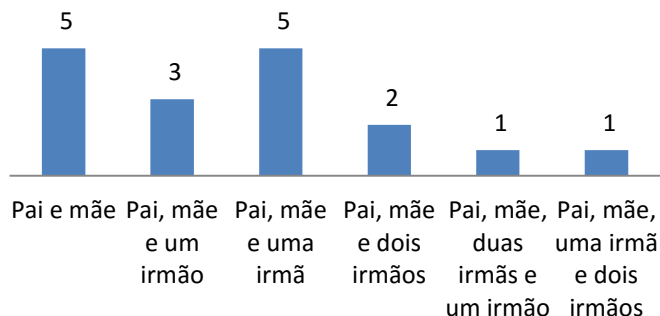


Fonte: Dados coletados em campo. Elaborado pelos autores.

Em relação a esse quesito, foi encontrada uma variável quantitativa entre dois e dezessete habitantes na mesma casa. A partir de então, verificam-se os casos com variáveis de três, quatro e cinco habitantes, sendo oito casos; a situação em que o quantitativo é de seis pessoas na mesma residência, ressaltando que se repetiram cinco vezes; e quatro casos em que há nove residentes. Residências com oito e sete pessoas foram dois casos, seguidos de duas situações extremas em que há onze e dezessete pessoas residindo em uma mesma casa, respectivamente.

A seguir, é apresentada a quantidade dos modelos de famílias. Dos quarenta beneficiados entrevistados, identificou-se que dezessete pertencem ao modelo de família tradicional e os outros 23 (vinte e dois) a diversos arranjos familiares. O quadro a seguir apresenta as análises referentes ao primeiro caso:

Configuração das famílias tradicionais dos beneficiados do PST



Fonte: Dados coletados em campo. Elaborado pelos autores.

Considerados o quantitativo de pessoas na mesma residência e o sexo dos filhos, foram identificadas seis configurações diferentes de família tradicional. É possível perceber que, apesar das distintas configurações existentes dentro desse modelo, o número de residentes no mesmo domicílio é bem inferior aos dos demais arranjos familiares.

Por outro viés, sobre os arranjos familiares foram encontradas 22 (vinte e duas) diferentes configurações familiares dos beneficiados do PST.

Tipos de arranjos familiares dos beneficiados do PST	
1	Pai, (beneficiado).
1	Padrasto, mãe, 3 irmãos, irmã, sobrinho, cunhada, (beneficiado).
1	Mãe, 2 irmãs, 2 irmãos, (beneficiado).
1	Avô, 2 tios, tia, 2 primos, irmão, (beneficiada).
1	Mãe, pai, 2 irmãos, sobrinho, 3 irmãs, (beneficiado).
1	Mãe, pai, 2 irmãs, irmão, cunhado, sobrinho, (beneficiada).
2	Mãe, irmão, (beneficiado(a)).
1	Avô, avó, mãe, 2 irmãs, irmão, tio, primo, (beneficiado).
1	Mãe, padrasto, irmã, irmão, (beneficiado).
1	Pai, mãe, 2 irmãos, irmã, cunhado (beneficiado).
1	Padrasto, mãe, 2 irmãs (beneficiado).
1	Pai, mãe, irmã, tia (beneficiado).
1	Avô, avó, mãe, tio, tia (beneficiado).
1	Avô, avó, tio, irmã, irmão (beneficiada).
1	Mãe, irmã, cunhado, sobrinho (beneficiado).
1	Mãe, prima (beneficiado).
1	Avô, avó, tio, tia, mãe, 5 primos, (beneficiado).
1	Avô, pai, 2 tios, tia, irmã (beneficiado).
1	Avô, avó, 3 tios, 7 primos, 2 irmãos, sobrinho (beneficiada).
1	Padrasto, mãe, avó, irmã (beneficiada).
1	Pai, mãe, tia, cunhado, sobrinho, irmã, 2 primos, (beneficiada).
1	Mãe, padrasto, 2 irmãos, (beneficiado).

Tabela elaborada pelos autores.

Os vinte e dois arranjos familiares identificados foram intencionalmente distribuídos conforme o sexo, quantitativo e grau de parentesco dos residentes em cada domicílio, entretanto, poderão ser reorganizados se forem elencados apenas um dos itens para a análise.

Observa-se apenas um modelo de família monoparental, em que há a ausência da mãe e o filho é criado apenas pelo pai. Avaliando a partir do critério sexo, é perceptível a concentração da presença masculina nesses arranjos familiares.

Em relação à quantidade de residentes, há um aumento nesse modelo de configuração familiar havendo uma inclusão de outros parentescos como, por exemplo, o avô, tio e primos que aparecem em maior quantidade. A presença do padrasto, mesmo não sendo um parente consanguíneo, também é relevante nessa tabela.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa pesquisa foi possível observar diferentes aspectos relacionados ao contexto familiar; o primeiro deles diz respeito ao número de residentes por domicílio, o que permitiu concluir que a maioria se mantém na média, diferentemente das famílias dois, onze e dezessete. Como ela possui essa

característica, seria importante mobilizar os outros familiares que ainda não participam do PST para se incluírem no programa a fim de motivar a aproximação da família dos beneficiados com o PST e com a escola.

Outro aspecto relevante são os modelos de famílias tradicionais, que são em menor número se comparados aos arranjos familiares, sendo esses com variadas configurações familiares. Entende-se, portanto que, quando a criança convive com diversas personalidades que possam servir de referência, mesmo que não possua laços consanguíneos, isso possibilita a sua inserção no ambiente familiar. Portanto, embora esses novos modelos de famílias não sejam tradicionais, entende-se que são núcleos positivos, pois os valores que representam tornam-se significativos para as crianças e para a sociedade em que ela está inserida.

Quando foi considerado apenas o sexo (masculino e feminino) sobre a composição familiar é visível a predominância do masculino, mesmo sendo distinto o grau de parentesco.

O último aspecto elencado foi o grau de parentesco dos beneficiados, denotando que a quantidade de mães é superior à de pais podendo ser identificado várias configurações familiares.

Ao final deste trabalho, espera-se que ele possa servir de ajuda a futuras pesquisas envolvendo a relação da família com o PST.

REFERÊNCIAS

ÁLVARES, L C.; JOSÉ FILHO, M. O Serviço Social e o trabalho com famílias. *Serviço Social & Realidade*, Franca, v.17, n. 2, p.9–26, 2008.

DARIDO, S. C.; OLIVEIRA, A. A. B. Procedimentos Metodológicos Para O Programa Segundo Tempo. IN OLIVEIRA, Amauri Aparecido Bássoli de; PERIM, Gianna Lepre (org.). *Fundamentos Pedagógicos do Programa Segundo Tempo: da reflexão à prática*. Maringá, PR: Eduem, 2009.

MARQUES, A. C.; CIDADE, R. E. e LOPES, K. A. T. Questões da deficiência e as ações no Programa Segundo Tempo In: OLIVEIRA, Amauri Aparecido Bássoli de; PERIM, Gianna Lepre (org.). *Fundamentos Pedagógicos do Programa Segundo Tempo: da reflexão à prática*. Maringá, PR: Eduem, 2009.

OLIVEIRA, A. A. B., *et al.* *Planejamento do Programa Segundo Tempo* a intenção é compartilhar conhecimentos, saberes e mudar o jogo. In: OLIVEIRA, A. A. B. e PERIM, G. L. (org.). *Fundamentos Pedagógicos do Programa Segundo Tempo: da reflexão à prática*. Maringá, PR: Eduem, 2009.

ROCHA, R. C. L. História da infância: reflexões acerca de algumas concepções correntes. *Revista ANALECTA*. Guarapuava–Paraná, v. 3 n. 2 p. 51–63 jul/dez. 2002.

SADI, R. et al. *Pedagogia do Esporte: Esporte escolar – Curso de Extensão*. Brasília: Universidade de Brasília, 2004.

SANCHES, Simone; RUBIO, Kátia. A prática esportiva como ferramenta educacional: trabalhando valores e a resiliência. *Rev. Educação e pesquisa*, São Paulo, v.37, n.4, p.825–842, dez. 2001.

SANTOS, J. B.; SANTOS, M. S. C. Família monoparental brasileira. *Revista Jurídica Brasília*, v. 10, n. 92, p.01–30, out./2008 a jan./2009.

TUBINO, M. *O que é esporte*. Editora brasiliense. São Paulo – SP, Primeira edição, 1993, 68 p.

TUBINO, M. *Estudos brasileiros sobre o esporte: ênfase no esporte–educação*. Maringá: Eduem, 2010.

7 O PROGRAMA SEGUNDO TEMPO EM TAPERUABA, DISTRITO DE SOBRAL – CE

Maria do Carmo Leonardo Bastos¹

Igor Pereira Pinheiro²

Erica Tafnes da Silva Correia³

Igor Carneiro Gomes⁴

Glêbia Alexa Cardoso⁵

INTRODUÇÃO

O Programa Segundo Tempo (PST) foi implantado pelo Ministério do Esporte por meio da Secretaria Nacional de Esporte, lazer e Inclusão Social – SNE LIS, com o objetivo de democratizar o acesso à prática e à cultura do esporte educacional como fator de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida e, com isso, promover o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens, regularmente matriculados na rede pública de ensino, prioritariamente daqueles em áreas de vulnerabilidade social. (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2014).

¹ <http://lattes.cnpq.br/3603398388304219>

² <http://lattes.cnpq.br/4544206393360876>

³ <http://lattes.cnpq.br/8522720513204131>

⁴ <http://lattes.cnpq.br/8556432089329572>

⁵ <http://lattes.cnpq.br/3612466634731947>

O fomento a Políticas Públicas voltadas ao Esporte Educacional é necessário a fim de que elas sejam desenvolvidas de forma abrangente e continuada e seus resultados devem ser avaliados e mensurados quanto à qualidade, a eficácia e a efetividade de seus objetivos. Assim, a valorização das parcerias institucionais entre Estados e Municípios e as ações que envolvam as estruturas educacionais, nas três esferas, assumem um caráter estratégico.

Atualmente, existem várias pesquisas que apontam o desenvolvimento do programa Segundo Tempo em diversas cidades do Brasil, dentre elas a publicada por Lorenzini, Barros e Santos (2010) que associam o programa ao contexto político-social e o veem como uma proposta alternativa de educação, já que trabalha com crianças e jovens das classes populares, promovendo a inclusão social. Uma das principais contribuições do PST é o fato de dar às crianças, aos adolescentes e aos jovens que se encontram em áreas de risco ou de vulnerabilidade social, oportunidades de participação e inclusão/inserção nas práticas esportivas e nos espaços de lazer, independente de sexualidade (gênero), etnia, classe social, deficiência ou qualquer outro quesito.

O objetivo principal desta pesquisa foi compreender o grau de relevância do Programa Segundo Tempo no distrito de

Tapuruaba, Sobral, CE e, mais especificamente, verificar a base teórica acerca do conteúdo do Programa, identificar a percepção das pessoas próximas a ele, bem como, analisar os resultados da investigação, a fim de estabelecer um parecer sobre tais achados.

Nesse sentido, a investigação surgiu da necessidade de sistematização de informações acerca do funcionamento do Programa Segundo Tempo (PST) no distrito de Tapuruaba, mais especificamente, na escola Dep. Cesário Barreto Lima.

PROGRAMA SEGUNDO TEMPO: CONTRIBUIÇÕES

As atividades são realizadas por Professores de Educação Física e monitores esportivos e pedagógicos que passam por um processo de capacitação com equipes colaboradoras distribuídas por região que oferecem formação pessoal e acadêmica a fim de torná-los aptos para promover a formação crítica dos beneficiados (OLIVEIRA e PERIM, 2009).

Medina (1991) sugere que todo processo pedagógico crítico deve oportunizar que as pessoas envolvidas tenham a garantia de sua cidadania, dessa maneira, na sequência desse aporte teórico, são apresentadas sequências temáticas consideradas relevantes ao processo.

Para Oliveira e Perim, (2009) o lazer é um fenômeno moderno que decorre do desenvolvimento do modelo de produção fabril (criação das fábricas nas décadas finais do século XVIII), em consequência da Revolução Industrial. Nesse sentido, as práticas de lazer e cultura no Programa Segundo Tempo procuram sempre se pautar na ludicidade e, por isso, leva os espaços de lazer a lugares onde eles não existiam outrora.

Outra temática enfatizada no PST são as questões de gênero que, em conformidade com os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN, (2001) trata da diversidade de orientação sexual. Obviamente, um trabalho que vise à formação geral do indivíduo não pode prescindir de levar em consideração tal quesito. Assim, as atividades de Orientação Sexual deverão se dar de duas formas: dentro da programação e com programação extra sempre que surgirem situações que as requeiram.

Com relação às últimas, convém considerar que, durante as práticas do PST, são necessárias intervenções para chamar a atenção para a necessidade de vivenciar a sexualidade de um modo sadio, mas também que reiterem que todos têm os mesmos direitos e deveres, independentemente de suas opções sexuais.

De acordo com Lorenzini, Barros e Santos (2010), a atividade física e esportiva tem auxiliado crianças e jovens com deficiência a não só adquirir autonomia e independência, como também a resgatar sua auto-estima, autoconfiança, melhorando as relações pessoais e seu equilíbrio emocional. Para os autores, mesmo aqueles com grande dificuldade motora e intelectual podem praticar esportes, sob a orientação adequada. Esses cuidados têm sido priorizados no PST ao desenvolver estratégias para estimular a participação desses alunos no programa. Dentro desse parâmetro, as atividades pedagógicas esportivas que objetivam incluir os participantes com alguma deficiência contribuem para a inclusão e a inserção social deles e, desse modo, também contribuem para uma melhor qualidade de vida deles.

MATERIAIS E MÉTODOS

Um dos Núcleos do PST está agregado à escola Cesário Barreto desde o ano de 2004, momento em que foi firmado o primeiro convênio do programa em Sobral. Desde então, o PST vem oportunizando atendimento às crianças, adolescentes e jovens da escola com um reforço alimentar de qualidade e a participação nas práticas esportivas.

Além da revisão bibliográfica de importantes estudos sobre a temática, a pesquisa também se configura como uma análise quali-quantitativa, pois foram aplicados questionários com perguntas abertas e, em seguida, foi feita a discussão dos resultados, sendo que os mesmos são dispostos na mesma sequência das perguntas e distribuídos em tabelas para facilitar a análise.

Para diversificar o olhar sobre o Programa na escola, optou-se por entrevistar apenas pessoas que pertenciam ao ambiente interno da mesma. Portanto, foram selecionados dois representantes de cada setor da escola, dentre eles: dois professores; dois representantes do núcleo gestor; dois alunos beneficiados pelo programa; um auxiliar de serviços gerais e um vigilante.

O questionário das entrevistas, elaborado pelo pesquisador responsável, continha 06 questões abertas que deveriam ser respondidas na presença dos pesquisadores. Também houve um cuidado da parte deles ler as perguntas para evitar discrepância no entendimento das mesmas. Após a realização da coleta, foram agrupadas as respostas semelhantes para a realização das discussões com base em outros trabalhos acadêmicos sobre os achados.

Cabe lembrar ainda que o cuidado ético foi considerado tendo sido assinado um termo de livre consentimento e a garantia da preservação das identidades.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados disponibilizados no quadro abaixo se referem à análise da entrevista sobre o desenvolvimento do Programa Segundo Tempo (PST) na escola Dep. Cesário Barreto Lima.

QUESTÃO 1 – Qual a importância do Programa Segundo Tempo para o (a) senhor (a)?	
Função social	07
Incentivo a prática de esporte	06
Ocupação do tempo ocioso	02
Descoberta e promoção de talentos	01
Redução da infrequência	01
Condicionamento físico	01
Recreação	01
Aliado na aprendizagem	01
QUESTÃO 02 – Quais as vantagens que o senhor identifica com a realização do PST no espaço escolar?	
Influência positiva nos estudos	02
Gosto pela escola	02
Oportuniza as práticas no espaço escolar que é muito teórico	02
Ampliação do tempo na escola.	02

Melhora dos equipamentos existentes	01
Melhora do convívio escolar	02
Diminuição da vulnerabilidade social	01
Respeito com os funcionários	01
Resposta em desconformidade	02
QUESTÃO 03 – Quais obstáculos o senhor observa à não participação dos alunos no PST na Escola?	
Nenhuma	02
Falta de apoio da família	02
Ausência de peso de nota	01
Não compreensão de alguns funcionários da escola	02
Ausência de transporte devido à distância	02
Pouca participação feminina	01
Má influência de alguns colegas	01
Alunos que trabalham	01
Resposta em desconformidade	02

QUESTÃO 04 – Qual o grau de satisfação dos alunos da escola em relação à participação no PST?	
Razoável	01
Muito bom	05
Empolgação contagiante	04
Atribuição de caráter educacional	01
QUESTÃO 05 – Que mudanças o senhor observou nos alunos após a participação dos mesmos nas aulas do PST?	
Socialização	03
Valores humanitários	02
Interesse em outras modalidades esportivas	04
Maior competitividade	02
Melhora do rendimento escolar	01
Resposta em desconformidade	01
QUESTÕES 06 – A participação no PST influencia no desempenho escolar dos alunos?	
Sim	01

Sim, melhora no rendimento escolar	02
Sim, embora se restrinja a subjetividade da informação	01
Sim, na humanização do processo ensino aprendizagem	02
Sim, por ser integrado à escola	01
Sim, se for integrado à escola	01
Sim, por ter caráter educacional	01
Sim, por ser fator condicionante da permanência no PST	01

Fonte: Oliveira e Perim (2009) Adaptação: os autores.

As respostas à questão 1 apresentam mais de um quesito de importância do PST. A função social foi, na opinião da maioria, o ponto de maior relevância, por isso foram destacados vários benefícios desse aspecto, a saber, a integração, o exercício da cidadania, a inserção social, os valores éticos, a socialização e a disciplina.

Outras seis opiniões valorizaram o incentivo à prática esportiva de um modo geral. Outras duas pessoas destacaram o programa como meio de dar ocupação útil e saudável aos participantes em seu tempo livre. O PST, segundo os entrevistados, também tem como fator relevante a descoberta de talentos, seguida da assiduidade escolar, do desenvolvimento do condicionamento físico, do caráter recreativo e do desenvolvimento da aprendizagem.

No que se refere à resposta 2, os entrevistados também apresentam pontos em comum acerca da realização do PST no espaço da escola. Dois deles destacaram que as atividades na escola têm influência positiva nos estudos, pois os alunos passam por um aprendizado ao participar do programa. Além disso, ressaltam uma maior vontade de os estudantes permanecerem na escola, porque ela fica mais atrativa, configurando-se um espaço educacional organizado. Tudo isso faz com que haja a diminuição dos riscos sociais a que os educandos estariam expostos se não estivessem na escola

além de fazer com que ele aprenda a ter um melhor convívio com os outros colegas, bem como ter respeito com os gestores e funcionários da escola.

Pode-se observar ainda que o desenvolvimento do PST dentro da escola mostra a necessidade de que os espaços de lazer – campos, quadras e seus equipamentos, dentre outros – sejam melhorados e adequados ao atendimento dos educandos. Duas das respostas foram inadequadas e incoerentes ao que foi perguntado.

Nas respostas à questão 3, dois dos entrevistados não veem nenhum empecilho à participação dos alunos no PST, contudo, a grande maioria ressaltou alguns obstáculos para que ela aconteça. Duas pessoas entendem que a falta de apoio e interesse da família seja um fator de impedimento e também apontam o fato de não ser atribuída uma nota, o que, no ver deles, tornaria o programa uma obrigação para todos os alunos. Outras respostas destacam o desconhecimento de alguns funcionários da escola da importância do PST no desenvolvimento do aluno.

Além desses fatores, ainda foi citado como ponto relevante para a não participação a falta de transporte entre a casa dos alunos e o local onde o PST desenvolve suas atividades e a má influência de colegas que estão envolvidos em outras ocupações.

Cabe frisar ainda a pouca participação feminina, acredita-se que em decorrência de uma visão muito distorcida de que as meninas não podem praticar esportes. Esse aspecto vem sendo suscitado por diversos autores, dentre eles, Gil-Madrona (2014) que ressalta a reclamação de meninas de não poderem participar das práticas de esportes com os meninos.

Quanto ao grau de satisfação dos educandos que participam do PST, item abordado na questão 4, um entrevistado afirma que ela é razoável, outros cinco que é muito bom, quatro que os participantes apresentam uma empolgação contagiante, indo além dos participantes e sendo perceptível também por quem está próximo e, por fim, um atribui a satisfação em participar ao caráter educacional do programa.

No questionamento 5, entrevistados discorreram sobre as mudanças observadas nos educandos após a participação dos mesmos nas aulas do programa. A socialização e o cultivo de valores humanitários foram destacados como pontos positivos no comportamento dos alunos, bem como o fato de a diversidade esportiva do programa estar descentralizando e democratizando as escolhas. Nesse sentido, “assim como outras atividades que envolvem a criança, o esporte permite uma participação maior nos grupos, mais abrangente e menos

excludente, facilitando a condução das atitudes dos grupos de trabalho.” (BOER, 2010, p. 12)

Por fim, a questão 6, que mostra a opinião dos entrevistados a respeito da influência ou não do PST no desempenho escolar dos estudantes, deixa evidente que houve uma melhora nesse aspecto, comprovando que a participação no PST ajuda no processo de humanização do ensino–aprendizagem. Sobre esse processo, Bickel, Marques e Santos (2012, p. 1), afirmam que:

a preocupação de promover uma educação para valores, rejeitando qualquer ato que leve a uma situação de desconstrução dos seus alunos como seres humanos deve ser prioridade para qualquer educador ou órgãos e empresas que tem como objetivo a educação.

Entretanto, é necessário dizer que essa melhora no desempenho só irá acontecer se houver um trabalho conjunto entre os funcionários da escola e os professores que compõem o Programa.

CONCLUSÃO

Pode-se constatar diante das entrevistas e dos questionamentos feitos que o Programa Segundo Tempo tem sido relevante para o desenvolvimento escolar, sociocultural e

humano dos participantes no distrito de Taperuaba, em particular dos alunos da escola pesquisada.

Todos os dados levantados comprovam que as práticas esportivas desenvolvidas pelo PST trazem efeitos benéficos aos envolvidos e aos que participam do programa, podendo-se afirmar que agora há registros para comprovar tais benefícios.

Pode-se concluir que o Programa Segundo Tempo tem contribuição direta nos aspectos educacional e social, como a boa convivência, a disciplina, o processo de humanização e a integração entre os que dele participam.

REFERÊNCIAS

BICKEL, E. A. MARQUES, M. G. e SANTOS. G. A. Esporte e sociedade: a construção de valores na prática esportiva em projetos sociais. *EFDeportes.com, Revista Digital*. Buenos Aires, Año 17, n. 171, Agosto de 2012.

BOER, A. A importância do esporte escolar na socialização de crianças do 3.º ano ao 6.º ano do Ensino Fundamental na cidade de Bagé: processo de mudança de atitude. 2010. Acessado em: 12. fev. 2015. Disponível em: <<http://www.ipog.edu.br/uploads/arquivos/5c5bcdbd93f03ba73ac1ea019b304aef.pdf>>.

GIL–MADRONA, P. et al. Las niñas también quieren jugar: la participación conjunta de niños y niñas en actividades físicas

no organizadas en el contexto escolar. Porto Alegre, v. 20, n. 01, p. 103–124, jan/mar de 2014.

LORENZINI, A. R.; BARROS, A. M.; SANTOS, A. L. F. (org.). *Programa Segundo Tempo no agreste de Pernambuco: a ludicidade e a interdisciplinaridade na construção do exercício da cidadania*. Maringá, PR: EDUEM, 2010.

MEDINA, J. P. S. O brasileiro e seu corpo. Educação e política do corpo. 3. Ed. Campinas, SP: PAPIRUS, 1991.

OLIVEIRA, A. A. B. e PERIM, G. L. (org.). *Fundamentos Pedagógicos do Programa Segundo Tempo: da reflexão à prática*. Maringá, PR: Eduem, 2009.

OLIVEIRA, A. A. B., *et al.* Planejamento do Programa Segundo Tempo a intenção é compartilhar conhecimentos, saberes e mudar o jogo. In: OLIVEIRA, A. A. B. e PERIM, G. L. (org.). *Fundamentos Pedagógicos do Programa Segundo Tempo: da reflexão à prática*. Maringá, PR: Eduem, 2009.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS – PCN, *Pluralidade cultural e orientação sexual*. Ministério da Educação. Secretaria de Educação fundamental. 3. ed. Brasília, 2001.

MINISTÉRIO DO ESPORTE. *Diretrizes 2014 – Programa Segundo Tempo*. Brasília. 2014.

8 SOCIALIZAÇÃO POR MEIO DO ESPORTE EDUCACIONAL NO PROGRAMA SEGUNDO TEMPO

Joel Coelho Linhares¹

Emerson Lucas dos Santos²

Emílio Sousa Albuquerque³

Dioneide Pereira da Silva⁴

INTRODUÇÃO

Este estudo, realizado em um projeto social cuja ênfase recai no esporte educacional e que prioriza a ludicidade e a recreação como meio de socialização, tem como objetivo diminuir os casos de violência e promover a interação e o respeito entre os alunos.

As motivações para o desenvolvimento desta pesquisa decorrem das experiências e das vivências cotidianas de um dos autores deste trabalho, ao realizar planejamentos, relatórios e observações sobre a importância do PST, em especial como fator de socialização de crianças e adolescentes, por um período significativo no núcleo

¹ <http://lattes.cnpq.br/7251320425504527>

² <http://lattes.cnpq.br/4253581938512783>

³ <http://lattes.cnpq.br/7701652836803266>

⁴ <http://lattes.cnpq.br/5769568662929332>

pesquisado. Portanto, este trabalho tem por objetivo compreender as contribuições das atividades lúdicas e recreativas desenvolvidas no programa para socialização de crianças e adolescentes, em especial aquelas que estão em situação de vulnerabilidade social.

Assim, com a análise das contribuições do PST no âmbito escolar, o qual se baseia em uma abordagem que irá possibilitar que o aluno apreenda o conhecimento específico da Educação Física e dos diversos aspectos das suas práticas na realidade social, propõe-se o acréscimo de saberes para uma Educação Física crítico-superadora (SOARES et al, 2009).

Reforça-se também que essa pesquisa possibilita futuras discussões acerca das ações realizadas pelo Programa Segundo Tempo, no semiárido nordestino, visto que o mesmo tem convênios em funcionamento em todas as regiões do Brasil. E, portanto, ao ser publicado, esse capítulo, pode servir de fonte para pesquisas afins com a temática.

MARCO TEÓRICO

Uma das formas mais comuns de trabalhar a inclusão social em projetos como o Segundo Tempo é a utilização de jogos cooperativos cujo direcionamento é centrado no bem de todos, sem que haja um espírito de

competitividade, mas sim de cooperação, conforme assevera Franco:

Os jogos cooperativos são um conjunto de atividades, jogos e esportes organizados para incentivar o resgate e o desenvolvimento de valores humanos essenciais, necessários para viver em “unidade-comum”, afirma Fábio Brotto, autor do livro jogos cooperativos. A diferença destes jogos é que neles todos participam como uma verdadeira e grande equipe, todos podem ter, juntos, um sentimento de vitória. Neles, o processo é valorizado [...] e reconhecer no outro um amigo em potencial são os aspectos mais importantes (FRANCO, 2000, p. 169–170).

O sistema capitalista promove individualismo em detrimento coletivo e de seus valores morais e culturais. Conseqüentemente, a educação escolar acaba se tornando mais um mecanismo de manutenção de tal ideologia do que uma preparação para a vida e para o viver em sociedade. (SANTOS E SILVA, 2010) Portanto, se o objetivo é promover a inclusão e despertar a autonomia do aluno e prepará-lo para o convívio harmônico em sociedade, o fundamento da educação deve ser atividades que promovam essa interação e o percebam como um ser inacabado, em construção. (FREIRE, 1997).

Acredita-se ainda que a resolução dos problemas sociais de um determinado local ou comunidade não pode ser atribuída à implantação de projetos sociais, mas sim ao implemento de políticas públicas estruturadas, tal como a desenvolvida pelo Programa Segundo Tempo – PST. (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2014).

Conforme Santos e Silva, (2010) a contribuição do Programa Segundo Tempo se dá por meio da interdisciplinaridade, pois os profissionais da educação interagem com os saberes de outros de áreas diferentes, promovendo o compartilhamento não só de informações, de olhares, mas também de possibilidades de sanar um problema.

No que tange à educação, a contribuição se dá, num processo contínuo de construção de saberes em longo prazo, firmado no compromisso com a relação professor–aluno com o PST, o que torna possível as mudanças positivas. (FREIRE, 1997).

MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de um estudo de campo, de caráter descritivo, acerca da temática desenvolvida neste capítulo. A amostra contemplou 20 dos 100 beneficiados pelo programa da escola de ensino infantil e fundamental situada na periferia do

município de Sobral, todos entre 10 e 12 anos e de ambos os sexos.

Baseando-se em Bardin, (1995) esse estudo baseia-se em uma abordagem qualitativa, pois enfoca o conjunto de características do grupo pesquisado. Para tanto, foi utilizado um questionário com quatro questões adaptadas de Oliveira e Perim (2009) e respondidas na presença dos autores a fim de garantir o preenchimento correto.

Também houve o cuidado de que os respondentes assinassem um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, reiterando que a participação fora por vontade própria, de forma justa e sem constrangimentos.

RESULTADOS

Quanto à questão um, (Como você define as aulas do Programa Segundo Tempo?), as respostas se concentraram nos aspectos positivos delas, pois 50% responderam que são excelentes e 30% que são ótimas. Isso permite entender que o Programa é relevante para a comunidade beneficiada e que oferece intervenções significativas para as crianças e os adolescentes, devido ao fato de ser uma das poucas oportunidades de praticar esporte, mais especificamente

esporte educacional, em um bairro com escassas opções de lazer.

As respostas à pergunta dois, (Quais os conteúdos das aulas do Segundo Tempo que você mais gosta?), permitem afirmar que há forte influência dos conteúdos pactuados no núcleo pesquisado e, de acordo com a pesquisa, 60% dos beneficiados tem preferência pelo futsal.

Nesse sentido, cabe lembrar o ponto de vista de Castellani Filho (2008) que ressalta a importância do futebol como uma prática esportiva que atualmente está em voga, principalmente no Brasil, principalmente pela sua capacidade de mobilização. Considerado parte da cultura de quase todas as sociedades contemporâneas e, como denomina Braga, sendo a “Alma do Povo brasileiro”, tal esporte tem adquirido uma legião de admiradores.

Desse modo, a cultura futebolística predominante no país todo deve ter influenciado a escolha dos alunos, pois, embora seja perceptível algum interesse por outras modalidades esportivas, a preferência é o futsal, talvez em decorrência de a maioria beneficiada pelo projeto ser do sexo masculino e o futsal ser semelhante ao futebol, já que dele decorre, somando-se a isso o fato de ser um esporte cuja prática é considerada mais fácil.

Quanto aos dados colhidos na pergunta três, (O que você gostaria de fazer nas aulas do Segundo Tempo?), 45% responderam que pretendiam conhecer novas atividades, até mesmo por ser tão frequente o futsal e não ser mais novidade, tanto nas aulas do projeto, quanto nas de Educação Física da escola. Dessa informação, pode-se inferir que o programa incentiva bastante a diversidade nas aulas, levando a contento a sugestão do Ministério do Esporte de aulas mais lúdicas, que objetivem a socialização e a participação dos alunos, assim como o respeito mútuo. Vale ainda ressaltar, que a maioria das opções foi proporcional entre si, 15%.

Pode-se atribuir tais resultados à faixa etária dos entrevistados, pois, de acordo com Darido e Oliveira (2009), as aulas do projeto despertam maior interesse dos alunos, procurando trabalhar temas da atualidade do interesse deles como, por exemplo, a influência dos juízes em um jogo, o *fair play*, o comportamento dos atletas, o uso de anabolizantes, dentre outros.

Reforçando o resultado da primeira questão, na quarta pergunta, (O quanto as aulas do Segundo Tempo são importantes para sua vida?), 75% dos beneficiados disseram que gostariam que elas nunca acabassem, o que confirma a importância do projeto como meio de lazer para essas crianças e adolescentes, tanto no seu bairro, quanto em outras

localidades. Tal situação pode ser respaldada por Oliveira, (2004) quando trata das diversidades e complexidades do nosso país, defendendo uma ampla reflexão e efetivação dos direitos e um leque de ações que possibilitem que crianças e adolescentes tenham oportunidade de praticar um esporte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para trabalhar o esporte educacional, é necessário compreender as suas outras dimensões. No núcleo pesquisado, percebeu-se pelas respostas dos alunos que o aspecto educacional do esporte é priorizado, pois demonstram que eles não jogam apenas pela vitória, mas pela diversão, pela participação e também para aprender novas atividades.

Portanto, pode se concluir, que tal programa é um modelo bem-sucedido de projeto social e, por isso, reconhece-se a necessidade de aumentar o número deles, pois promovem melhorias para a comunidade ao oportunizar momentos de interação entre os beneficiados, tanto que a maioria “queria que nunca acabasse”.

Crê-se, por esse motivo que o Programa está favorecendo oportunidades para seus recursos humanos realizarem uma proposta de trabalho diferenciado, tendo em vista a emancipação dos beneficiados.

REFERÊNCIAS

SOARES et al. *Metodologia do Ensino de Educação Física*. São Paulo: Editores Associados, 2. ed. 2009.

FRANCO, Gisela Sartori. *Psicologia no esporte e na Atividade Física.*, São Paulo: Manole, 2000.

SANTOS, M. C. G.; SILVA, W. R. A EDUCAÇÃO COMO PRÁTICA SOCIAL: Contribuição ao Programa Segundo Tempo. IN LORINZINI, Ana Rita; BARROS, Ana Maria de., SANTOS, Ana Lúcia Félix dos. *PROGRAMA SEGUNDO TEMPO: no Agreste Pernambucano*. Maringá-PR: EDUEM, 2010.

FREIRE, João Batista. *Educação de corpo inteiro: Teoria e prática da educação física*. São Paulo: Scipione, 1997.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1995.

OLIVEIRA, A. A. B., et al. *Planejamento do Programa Segundo Tempo* a intenção é compartilhar conhecimentos, saberes e mudar o jogo. In: OLIVEIRA, A. A. B. e PERIM, G. L. (org.). *Fundamentos Pedagógicos do Programa Segundo Tempo: da reflexão à prática*.

CASTELLANI FILHO, L. *O fenômeno cultural chamado "futebol" – uma proposta de estudo*. 2008. Disponível em <[http:// universidadedofutebol.com.br/Jornal/Detail.aspx?id=10456](http://universidadedofutebol.com.br/Jornal/Detail.aspx?id=10456)>. Acessado em: 27 out 2014.

LEAL, J. I. O. O ESPORTE PEDAGOGIZADO E O JOGO LÚDICO COMO CONTEÚDOS EDUCACIONAIS DO

PROGRAMA SEGUNDO TEMPO: Experiência do Brejo da Madre de Deus/PE. IN: José Ivonaldo Oliveira Leal.

LORENZINI, A. R.; BARROS, A. M.; SANTOS, A. L. F. (org.). *Programa Segundo Tempo no agreste de Pernambuco: a ludicidade e a interdisciplinaridade na construção do exercício da cidadania*. Maringá, PR: EDUEM, 2010.

9 CAPOEIRA NO PROGRAMA SEGUNDO TEMPO: NA GINGA DA CIDADANIA, LUTANDO CONTRA A INDISCIPLINA.

Carlos Camelo Lima Júnior¹

Ronyelle Alves de Sousa²

Francisco Renildo Câmara Dias³

José Roberto Mendes Ferreira Filho⁴

Jayme Félix Xavier Júnior⁵

INTRODUÇÃO

Este trabalho foi desenvolvido no núcleo do Programa Segundo Tempo (PST), na Escola de Ensino Fundamental Raul Monte, localizada no bairro Alto da Brasília, município de Sobral – CE, a 240 km da capital Fortaleza.

A pesquisa, que enfoca o projeto “Socialização e Capoeira no Programa Segundo Tempo: Na ginga da cidadania, lutando contra a indisciplina”, desenvolvido em convênio com o Município de Sobral, objetiva descrever as contribuições da capoeira no processo educativo, tendo em

¹<http://lattes.cnpq.br/7226207066912666>

²<http://lattes.cnpq.br/8141263609171669>

³<http://lattes.cnpq.br/3629620563347895>

⁴<http://lattes.cnpq.br/6443036800511067>

⁵<http://lattes.cnpq.br/3887411739483644>

vista a formação moral e a inserção social dos alunos do PST, bem como observar o seu comprometimento social e verificar os significados e os sentidos que eles atribuem à capoeira como atividade esportiva voltada para a inclusão social, além de promover o desenvolvimento cultural por meio do estudo histórico da capoeira.

A justificativa para a elaboração deste trabalho é a contribuição que ele traz para um maior conhecimento da temática estudada, socializando os resultados, além de servir como forma de incentivo para novas pesquisas em relação à capoeira e suas diversas áreas de atuação, especialmente como fator de socialização.

MARCO TEÓRICO

Segundo Fontoura e Guimarães (2002), a capoeira chegou ao Brasil com os negros, principalmente de Angola, vindos como escravos através do tráfico negreiro para aumentar a mão-de-obra nos engenhos de cana-de-açúcar. Com eles, também vinham sua cultura, seus hábitos, suas religiões e danças.

É de conhecimento geral que a capoeira surgiu como elemento de resistência, não somente física, mas também

cultural, à opressão e à violência aplicada contra eles na época da escravidão.

Quanto estilo regional, trata-se de uma simulação criada por Emanuel dos Reis Machado (Mestre Bimba) e originada da fusão da Capoeira Angola com elementos do Batuque que imprimiam ao jogo mais dinamicidade, pois a capoeiragem da época era considerada muito disfarçada.

Há ainda o estilo contemporâneo, que é o mais praticado atualmente por todos os grupos regionais, pois mistura a musicalidade que a capoeira carrega em suas raízes com a dinâmica de movimentos acrobáticos de grande dificuldade de execução.

Conforme Ministério da Saúde, (2002) pode-se acrescentar que a capoeira está relacionada com o desenvolvimento psicossocial, pois leva a um processo de humanização que inter-relaciona aspectos biológicos, psíquicos, cognitivos, ambientais, socioeconômicos e culturais, mediante os quais a criança vai adquirindo maior habilidade de movimento, de coordenação, de sensação, de racionalidade e de interação. Em síntese, é o que lhe permitirá incorporar-se, de forma ativa e transformadora, à sociedade em que vive.

Sobre os objetivos da capoeira no Programa Segundo Tempo, Darido e Oliveira (2009) afirmam que a proposta é de vivenciar e adquirir alguns fundamentos básicos de vários

conteúdos, dentre eles a capoeira, numa perspectiva de que o esporte educacional deve ser compreendido além de sua forma institucionalizada, ou seja, como toda forma de atividade que contribua para a aptidão física, para o bem-estar mental, para a interação, para a inclusão social e para o exercício da cidadania.

Tal proposição corresponde a antigas discussões no Brasil sobre a utilização de conteúdos como a capoeira, cujas múltiplas possibilidades são ainda pouco pesquisadas pela Sociologia do Esporte. (BETTI, 2006)

Entre as principais razões da indisciplina Darido e Oliveira (2009) apontam a interferência das relações democráticas em várias instituições como a família, por exemplo, identificada principalmente pela dificuldade que os pais encontram em impor limites aos filhos devido à falta de tempo para permanecerem com seus filhos. Faz-se necessário reconhecer, entretanto, que somente as aulas não poderão solucionar todos os problemas dos beneficiados do PST, uma vez que não é fácil diagnosticar as verdadeiras motivações para a indisciplina, mas elas podem se tornar um bom princípio de mudança desse contexto social.

Isso sem falar que A falta de limites provoca uma crise de valores que, somada ao uso indiscriminado das novas tecnologias que possibilitam muitas informações de forma

rápida, causando um isolamento das pessoas do convívio social e, conseqüentemente, diminuindo a possibilidade de vivenciar o tempo do outro.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para a realização deste estudo descritivo, foi utilizado um questionário de perguntas fechadas, respondidas pelos beneficiados pelo Programa Segundo Tempo, sobre a prática da atividade complementar de capoeira.

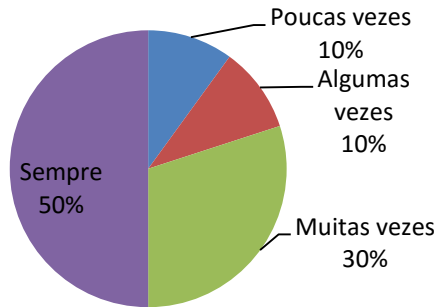
A coleta de dados ocorreu numa população de 100 beneficiados, mas as respostas se limitaram a 28 selecionados de forma aleatória. Todas as respostas aos 07 (sete) itens relacionados à socialização no PST foram dadas na presença dos autores. A fim de sanar as possíveis dificuldades relacionadas à compreensão das perguntas, foi utilizada uma adaptação feita pelos autores deste estudo de um modelo de avaliação do Programa Segundo Tempo. (OLIVEIRA E PERIM, 2009)

O aspecto ético também foi cuidadosamente respeitado e, para tanto, foi entregue aos responsáveis pelos beneficiados o Termo de consentimento e livre esclarecimento, em que ficava claro o compromisso do pesquisador em não divulgar

imagens e ou quaisquer informações que pudessem identificar os alunos.

RESULTADOS

Gráfico 01
Sei aplicar os principais movimento do jogo de capoeira?

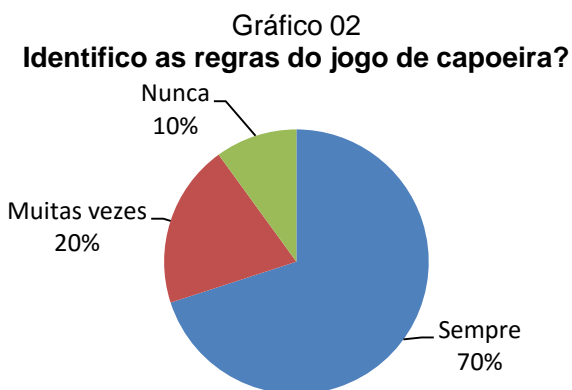


Oliveira e Perim (2009). Elaboração dos autores.

O gráfico 01 mostra a possibilidade de relacionar os principais movimentos do jogo de capoeira repassados nas aulas com sua prática cotidiana pelos alunos, pois 50% deles afirmam sempre conseguir aplica-los, possivelmente por treiná-los com mais frequência. Já 30% deles dizem que somente algumas vezes conseguem aplicar tais movimentos, pois

praticam apenas nos horários de treinamento e não buscam um treino extra.

Corroborando esses resultados, na construção de um currículo escolar proposto por Lima (2007) são encontrados alguns benefícios do jogo da capoeira, entre eles: previsão de comportamentos motores (movimentos), organização sequencial de movimentos, tomada de decisão, disciplina, atenção e concentração.



Oliveira e Perim (2009). Elaboração dos autores.

Conforme demonstra o gráfico 02, vários estudantes demonstram conhecimento das regras historicamente construídas dessa modalidade esportiva em que o “mestre”, ou

a pessoa mais graduada presente, é responsável pela condução do jogo. Nesse sentido, ao considerar os resultados, percebeu-se que 70% da turma consegue identificá-las sempre, o que pode ser atribuído ao maior empenho nos educativos/treinamentos e à atenção na hora da explicação das mesmas, 20% muitas vezes e apenas 10% respondeu poucas vezes, atribuindo isso ao fato ser iniciante.

Outros dados foram ainda coletados e tiveram os seguintes resultados: A maioria dos alunos (90%) cumpre as regras do jogo por ser estimulada pedagogicamente e compreender a importância delas para que ele se concretize adequadamente, já os outros 10% cumpre muitas vezes, deixando de utilizá-las em alguns momentos do jogo em virtude da falta de atenção.

Sobre a questão que tematiza o uso do principal movimento da Capoeira – a ginga – as respostas demonstram que há um interesse por parte dos alunos, tanto que 100% deles o utilizam de forma adequada, sendo também o mais utilizado nos treinamentos e a base para todos os outros movimentos presentes na capoeira.

Observou-se que 70% dos alunos utilizam de maneira adequada os movimentos da capoeira, seja por serem mais assíduos nos treinamentos ou por treinarem fora dos horários das aulas ou ainda por serem alunos mais antigos. Os outros

30%, embora também possuam as mesmas características, apresentam certa dificuldade de assimilá-los, o que se cogita ser decorrente do fato de treinarem somente nos horários das aulas.

Percebeu-se ainda que nesse caso, a capoeira tem um viés disciplinar advindo de seu caráter hierárquico em que o Mestre é a figura a quem todos devem respeito e admiração em virtude de sua maior experiência. Nesse sentido, identificou-se, que há uma aceitação maciça por parte dos alunos das decisões tomadas pelo professor – 90% – embora 10% tenham respondido que somente “muitas vezes” estão de acordo.

Ao realizar práticas com crianças e adolescentes, o profissional deve se conscientizar de que o caráter deles ainda está em construção. Desse modo, a capacidade de admitir os erros que comete poderia contribuir neste processo. Dentro dessa perspectiva, a pesquisa aponta ainda que a maioria – 90% – afirma ser capaz de admitir seus erros e apenas 10% afirma que só algumas vezes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, além das características motoras da Capoeira, foram enfocados também os benefícios sócio-cognitivos adquiridos através da prática desse jogo, a compreensão das regras e a utilização delas como princípio para a vida cotidiana dos beneficiados do Programa Segundo Tempo.

Os resultados da pesquisa mostraram que os alunos que treinam com mais frequência os movimentos repassados nas aulas, tanto nos horários regulares quanto fora deles, conseguem aplicá-los melhor, reiterando um dos objetivos do programa: o de educar para a vida, pois as atividades realizadas transcendem o espaço dos núcleos e passam a fazer parte do dia-a-dia dos alunos, levando-os a se organizar mais e a criar novos hábitos.

Nesse estudo foi possível perceber que os alunos, em sua grande maioria, associam as regras desse esporte a outras com as quais se depara e isso facilita a compreensão da parte deles de que o mundo necessita delas para ser organizado e de que possuem um papel a cumprir na sociedade. Então, os alunos que até o momento se organizaram, criaram novos hábitos, identificaram as regras, passam agora a cumpri-las e,

consequentemente, a tomar suas próprias decisões, pois estão aptos para incluir-se ou não em um grupo.

Outro benefício adquirido através da prática da Capoeira no Programa Segundo Tempo é o desenvolvimento nos alunos da capacidade adequar-se às situações da vida, pois eles passam a compreender que na vida existem regras diversas a serem respeitadas.

Foi, portanto, a partir das análises dos dados que se construiu um suporte para comprovar a hipótese inicial da pesquisa: de que a Capoeira é um importante mecanismo para a construção da cidadania e que a experiência do Programa Segundo Tempo auxilia no processo de inclusão social e formação cidadã desses alunos.

REFERÊNCIAS

FONTOURA, A. R. R. GUIMARÃES, A. C. A. HISTÓRIA DA CAPOEIRA. *R. da Educação Física/UEM*, Maringá, v. 13, n. 2 p. 141–150, 2. sem. 2002.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Políticas públicas. Saúde da criança: acompanhamento do crescimento e do desenvolvimento infantil. *Série Cadernos de Atenção Básica n. 1 Série A Normas e Manuais Técnicos*, n. 173. 2002. Acessado em: 10. Fev. 2015. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/crescimento_desenvolvimento.pdf.

DARIDO, S. C.; OLIVEIRA, A. A. B. Procedimentos Metodológicos Para O Programa Segundo Tempo. IN OLIVEIRA, Amauri Aparecido Bássoli de; PERIM, Gianna Lepre (org.). *Fundamentos Pedagógicos do Programa Segundo Tempo: da reflexão à prática*. Maringá, PR: Eduem, 2009.

BETTI, M. *O papel da sociologia do esporte na retomada de educação física*. Rev. bras. Educ. Fís. Esp., São Paulo, v.20, p.191–93, set. 2006. Suplemento n.5.

LIMA, E. S. *Indagações sobre currículo: currículo e desenvolvimento humano*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de 2007.

10 ABORDAGENS PEDAGÓGICAS DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: CARACTERÍSTICAS PREDOMINANTES

Antônio Andrew Farrapo Frota¹

Anália Moura Gadelha²

Samuel Silva de Melo³

Francisco Francinaldo Farrapo Frota⁴

Rayane de Tasso Moreira Ribeiro⁵

INTRODUÇÃO

Desde o último século, mais especificamente nos anos 1980, os objetivos e as propostas educacionais da Educação Física foram se modificando, e ainda hoje influenciam a formação do profissional e as práticas pedagógicas dos professores da área.

Sendo assim, este trabalho tem como objetivo principal identificar as peculiaridades das abordagens pedagógicas para as aulas de Educação Física. Para tanto, recorreu-se a informações mais específicas como: a constituição das teorias pedagógicas da Educação e da Educação Física para

¹ <http://lattes.cnpq.br/9751420684483805>

² <http://lattes.cnpq.br/3369655743436053>

³ <http://lattes.cnpq.br/3652347288756129>

⁴ francinaldofrota@hotmail.com

⁵ <http://lattes.cnpq.br/8662886938924423>

relacioná-las a cada abordagem; reconhecimento das influências críticas e não críticas ao longo da história para a construção das práticas dessas abordagens.

Para este trabalho, foi utilizada leitura pormenorizada da literatura específica, a partir do referencial teórico já publicado em artigos, revistas, livros, além de se ter recorrido a multimídias sobre as abordagens pedagógicas da Educação Física.

A partir disso, o objetivo desse estudo foi verificar a compreensão da prática pedagógica do professor de Educação Física, a fim de torná-lo cada vez mais questionador e reflexivo, cuja práxis pedagógica seja contextualizada e livre de reprodutivismos. Além disso, espera-se que este trabalho sirva para todos os acadêmicos e profissionais, não com o intuito de encerrar o assunto, mas com o anseio de despertar o interesse deles no conteúdo aqui explorado.

TEORIAS PEDAGÓGICAS DA EDUCAÇÃO

A priori, são apresentadas as teorias não críticas, tendências que, ao longo da história, favoreceram o sistema sociopolítico em vigor como, por exemplo, a sociedade burguesa, em que a disparidade da situação de dominante e dominado é encarada como normal.

A pedagogia tradicional tem como principal característica a figura do professor como centro das atenções no processo de ensino, cabendo ao aluno um papel passivo de obediência e bom comportamento e assimilação do conteúdo apresentado na aula, caso contrário há punição e castigo.

Ao retratar a pedagogia renovada, Libâneo (2005) a divide em duas, classificadas por ele como: Pedagogia renovada progressivista e renovada não-diretiva. A primeira propõe a adequação da escola à vida dos alunos, o que torna o ensino mais humanizado, pois estes são encarados como seres diferentes, com necessidades e características próprias. Para o estudioso, “a finalidade da escola é adequar as necessidades individuais ao meio social e, para isso, ela deve se organizar de forma a retratar, o quanto possível, a vida.” (LIBÂNEO, 2005, p. 25).

Sobre a pedagogia não-diretiva, diz ele que ela se ocupa de oferecer aos alunos condições para que eles possam se desenvolver internamente, visando à formação de atitudes e ao cuidado do fator psicológico, deixando em segundo plano os problemas da sociedade. Outra marca favorável desta pedagogia é que ela respeita o tempo necessário para cada aluno evoluir, considerando assim a sua realidade e individualidade. “Assim o objetivo do trabalho escolar se esgota

nos processos de melhor relacionamento interpessoal, como condição para o crescimento pessoal.” (LIBÂNEO, 2005, p. 28).

A pedagogia tecnicista tem como característica básica a transferência de técnicas específicas, não privilegiando necessariamente os conteúdos e experiências anteriores. Considera-se, ainda, um fator importante relacionado a essa pedagogia, a influência do processo de industrialização, em que as pessoas precisavam adaptar-se aos métodos industriais de produção. Libâneo acrescenta que nesta perspectiva os conteúdos de ensino são reprodutivos e sem caráter questionador, as informações são organizadas por especialistas numa sequência lógica e repassadas aos alunos sem momentos para construção conjunta de conhecimento.

A seguir, serão apresentadas as teorias críticas, também denominadas de progressistas devido ao fato de considerarem a realidade social dos alunos através de uma análise crítica, o que a torna quase inviável numa sociedade capitalista. Dentre as teorias críticas, a pedagogia progressista pode ser dividida em três tendências: libertadora, libertária e crítico-social dos conteúdos, entretanto, outros autores que dividem em apenas duas, libertária e crítico-social (Libâneo, 2005).

A primeira é aquela que toma posse de um olhar político-crítico trabalhando a justiça social e a realidade dos

alunos, além de considerar seus conhecimentos prévios, inserindo-os dentro do ensino escolar e, posteriormente confrontando-os com novos conhecimentos. Ressalta-se, portanto, como característica essencial da pedagogia libertadora o despertar para a crítica.

Referindo-se a pedagogia libertária, que amplia as características da pedagogia libertadora, Libâneo reitera que ela evidencia que o papel da escola é de exercer uma transformação na personalidade dos alunos num sentido libertário, autogestionário, introduzindo modificações, participação em grupo como assembleias, conselhos, entre outros.

Já a pedagogia crítico-social dos conteúdos, como sugere o próprio nome, é baseada nos conteúdos, utiliza-se dos conhecimentos sistematizados ao longo do tempo. Entretanto, propõe um trato pedagógico, utilizando-se dos conteúdos para o embasamento de uma reflexão crítica sobre eles. “A tendência da pedagogia crítico-social dos conteúdos propõe uma síntese superadora das pedagogias tradicional e renovada, valorizando a ação pedagógica, enquanto inserida em prática social concreta” (LIBÂNEO, 2005. p. 32).

IDENTIFICANDO AS ABORDAGENS EM EDUCAÇÃO FÍSICA

As décadas de 1970 e 1980 destacam-se na história recente da Educação Física no Brasil, pois foi um período de muitas reflexões acerca das práticas pedagógicas na área.

Primeiramente, convém destacar que houve um rompimento com o pensamento biologicista, higienista e militarista, pois se acreditava que estes modelos reduziam o verdadeiro papel social da Educação Física. Nesse contexto de rompimentos com os velhos modelos e reabertura democrática do Brasil, surgem diversas propostas de abordagens pedagógicas que repercutiram na forma como o profissional devia se posicionar na disciplina.

Uma delas diz respeito à forma como o professor de Educação Física desenvolve suas aulas, envolvendo o planejamento, a execução e a avaliação, tudo isso levando em consideração o seu ideal político-pedagógico e, por isso, a realidade da turma, os objetivos almejados e o tipo de homem que deseja formar. Tal processo pode ocorrer de forma consciente ou reprodutiva. A seguir serão apresentadas treze abordagens pedagógicas em Educação Física.

A abordagem higienista tem como principal característica a preocupação com a saúde de seus praticantes, para tanto prega a prática de exercícios físicos associados aos

bons hábitos de higiene e saúde. Soares *et.al.* (1992), afirma que a burguesia estava interessada em um trabalhador com um físico bem cuidado e, para alcançar este objetivo, tinha um discurso que priorizava o cuidado com a higiene e a saúde, orientando a manter hábitos saudáveis nesse sentido.

A abordagem militarista, por sua vez, buscava tornar seus praticantes homens fortes que pudessem defender a pátria. Estreitamente ligada com uma educação dita tradicional, ela tem como principais características a disciplina imposta pelo professor e a submissão dos alunos, não deixando espaço para a troca de conhecimentos, o aluno deve absorver o que o professor apresenta, sem questionar. “Constrói-se nesse sentido, um projeto de homem disciplinado, obediente, submisso, profundo respeitador da hierarquia social”. (SOARES *et. al.*, 1992, p. 53).

A abordagem competitivista possui elementos essenciais da fase tecnicista da Educação Física no Brasil, pois privilegia o esporte em detrimento dos demais conteúdos clássicos, explicando assim um quadro muito comum da Educação Física escolar atual, os jogos de competição, que culminam numa pedagogia que tem como característica o modelo esportivista de educação. (TAFFAREL, 1985).

Em oposição à abordagem competitivista, destaca-se a abordagem dos jogos cooperativos, que sugere as práticas da

Educação Física escolar numa perspectiva de cooperação, em detrimento de aulas que estimulem a competição. Brotto (1999) deixa claro que o espírito de competição dentro de uma sociedade é condicionado pela estrutura social que determinará se seus membros irão competir ou cooperar entre si ou não. Marcada essencialmente pela sensação de vitória coletiva, a proposta de jogos cooperativos rompe os paradigmas da competitividade, sugerindo atividades que contemplem a participação de todos.

A abordagem da psicomotricidade, cujas obras mais representativas foram escritas pelo francês Jean Le Boulch, surge na década de 1970 e busca um rompimento com o modelo tradicional e tecnicista. O que mais caracteriza essa abordagem é o surgimento da preocupação com o desenvolvimento da criança e com sua aprendizagem psicomotora, por isso, são incluídos e valorizados os conhecimentos de origem psicológica (DARIDO, 1999).

Com características muito semelhantes à abordagem anteriormente citada, a abordagem desenvolvimentista é reconhecida no Brasil, principalmente, através dos trabalhos de Go Tani e tem como preocupação o desenvolvimento infantil marcado por fases, em especial, em crianças dos quatro aos quatorze anos (TANI, 1988).

Em relação à abordagem construtivista–interacionista, que tem como principal característica a importância das interações da criança com o mundo, pode-se afirmar que ela prioriza o processo interativo no desenvolvimento do indivíduo e valoriza o conhecimento anteriormente adquirido na resolução de problemas e na construção de um novo conhecimento. É reconhecida no Brasil principalmente pelos trabalhos de João Batista Freire que, norteado pelas ideias de Jean Piaget sobre o construtivismo, acrescenta que o principal objetivo da educação é criar indivíduos capazes de fazer coisas novas e não simplesmente repetir o que as outras gerações fizeram (PIAGET, 1999).

A abordagem cultural, por sua vez, possui o intuito de romper com modelos tradicionais por considerar imprópria uma visão biologicista sobre o corpo, visão esta que não deve ser negada, mas sim unida a uma ideia de corpo cultural. Seus pressupostos tornaram-se reconhecidos por meio das obras de Daólio (1995) que critica a forma de ver o corpo apenas como um conjunto de ossos, músculos e articulações.

Quanto à abordagem humanista, ela se apresenta como uma proposta que propicia aos alunos durante suas práticas a reflexão sobre os valores humanitários. Nesse sentido, Santos (2005), ao tratar sobre a abordagem humanista, afirma que seus objetivos educacionais obedecem ao desenvolvimento

psicológico do aluno, importando para a mesma a reflexão sobre os valores humanitários como a não violência, a solidariedade, o amor ao próximo, características essas recorrentes na pedagogia renovada. Dentro dessa perspectiva, “a avaliação valoriza aspectos afetivos (atitudes) com ênfase na auto-avaliação” (SANTOS, 2005, p. 82).

A abordagem saúde renovada, cuja principal característica é promover a saúde através das aulas de Educação Física, trabalha de tal forma que os alunos busquem adquirir um estilo de vida ativo, inclusive após sua vida escolar. Isso se dará através da teorização dos conteúdos que apresentam o funcionamento dos sistemas do organismo e as diferenças entre praticantes e não praticantes de atividades físicas, para que os mesmos percebam importância da atividade física e de como esta é imprescindível para a obtenção da saúde (DARIDO, 1999).

Por fim, a abordagem sistêmica caracteriza-se a partir de duas essências, que são a não exclusão e a diversidade. Embora contempladas em outras abordagens, é nesta que elas surgem de forma unificada e complementares, promovendo ações mais amplas e complexas que possibilitam que tais essências se tornem uma realidade na vida do indivíduo (DARIDO, 1999). O princípio da não exclusão defende que todo aluno deve participar das atividades propostas, sempre

pautadas, convém dizer, na diversidade dos conteúdos, garantindo aos alunos o direito à cidadania.

Até então foram trabalhadas as abordagens de cunho não-crítico, portanto, aquelas em que havia um não-questionamento, competindo aos envolvidos apenas efetivarem as ações relacionadas às mesmas. A partir daqui, serão apresentadas duas abordagens de cunho crítico, a saber, a crítico-superadora e, posteriormente a crítico-emancipatória.

Especificamente no caso da disciplina Educação Física, houve grande influência dos educadores José Libâneo e Demerval Saviani, mas aqui cabe ressaltar a influência de Paulo Freire na problematização dos temas a partir das vivências sociais, corroborando o ponto de vista apontado por Darido (1999) de que a abordagem crítico-superadora, ancorada no marxismo e no neomarxismo, apresenta o discurso da justiça social como seu pilar de sustentação. Assim, a relevância dessa abordagem consiste justamente no caráter inovador e na participação colaborativa na elaboração das atividades, pois não privilegia apenas uma determinada categoria.

A abordagem crítico-emancipatória, que propõe a formação de um jovem emancipado e com consciência cidadã, caracteriza-se pela criticidade, além de as suas iniciativas surgirem de grupos organizados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conhecer e reconhecer as teorias pedagógicas é de fundamental importância para a prática pedagógica, visto que elas deixam evidente a necessidade de o profissional da educação definir o tipo de cidadão deseja formar e o que esperar dele. Reconhecer estas teorias é saber localizar-se no mundo das ideias pedagógicas e não ser apenas um mero espectador da vida, mas sim sujeito ativo e modificador da realidade.

Convém ressaltar uma melhor compreensão de cada abordagem depende de um aprofundamento em outras fontes, visto que o objetivo deste texto foi primordialmente destacar as características de cada uma. Após o que, foi visto o potencial da Educação Física como possibilidade para inovar a prática em sala de aula.

Portanto, espera-se que cada acadêmico e profissional de Educação Física tome posse do conhecimento acerca das abordagens pedagógicas da Educação Física, a fim de aprimorar cada vez mais a sua prática pedagógica, o que poderá conferir a devida importância à disciplina na escola.

REFERÊNCIAS

LIBÂNEO, J. C. *Democratização da Escola Pública: A pedagogia crítico-social dos conteúdos*, São Paulo, 2005.

SOARES et al, *Metodologia do Ensino da Educação Física*. São Paulo: Cortez, 1992.

TAFFAREL, C. N. Z. *Criatividade nas aulas de educação física*. Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 1985.

BROTTO, F. O. *Jogos cooperativos: o jogo e o esporte como um exercício de convivência*. 1999. 209 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo.

DARIDO, S. C.. *Educação Física na Escola: Questões e Reflexões*. Guanabara-Koogan, 1999.

TANI, G. *Educação Física Escolar: Fundamentos de uma Abordagem Desenvolvimentista*. São Paulo: EPU: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

PIAGET, J. *A Linguagem e o Pensamento da Criança*. 7. ed. Martins Fontes, 1999.

DAÓLIO, J. *Da cultura do corpo*. Campinas: Papirus, 1995.

SANTOS, Roberto Vatan dos. Abordagens do processo de ensino e aprendizagem. *Integração*, jan/fev/mar, 2005, ano XI, n.40, p.19–31.

11 INFLUÊNCIA DAS REDES SOCIAIS DIGITAIS (FACEBOOK) NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Adriano Davi de Santana¹

Willame Holanda de Lavor²

Ronyelle Alves de Sousa³

Nayana Cenzy Freire da Silva⁴

Hailson Abreu Souza⁵

Rayane de Tasso Moreira Ribeiro⁶

INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade, a sociedade tem sido influenciada pela mídia, em especial pela internet que, com o avanço desenfreado da tecnologia, passou a ser parte do dia a dia das pessoas. Nesse contexto, este estudo visa a observar a relação do estudante e da escola com o universo digital. Em tempos de crescimento da influência tecnológica, a escola não pode estar alheia a tal processo e necessita desenvolver parcerias positivas para que as aulas sejam o mais agradável

¹ <http://lattes.cnpq.br/6896776544723767>

² <http://lattes.cnpq.br/4466775252666389>

³ <http://lattes.cnpq.br/8141263609171669>

⁴ <http://lattes.cnpq.br/7171322975371234>

⁵ <http://lattes.cnpq.br/7206670295861832>

⁶ <http://lattes.cnpq.br/8662886938924423>

possível, pois há uma disparidade entre o que a facilidade de acesso às redes sociais propicia aos estudantes e a monotonia da sala de aula.

Este trabalho, portanto, tem como objetivo analisar a influência das redes sociais digitais nas aulas de Educação Física Escolar e, especificamente, compreender a relação entre a escola e o *facebook*. Também se faz necessário mostrar a importância e o impacto das redes sociais no universo educacional e analisar tanto os malefícios, quanto os benefícios no desempenho dos alunos, a fim de torná-la uma ferramenta útil para a aprendizagem.

MARCO TEÓRICO

Com uma diversidade de conexões diariamente à disposição, todos passam a ter contato com algum tipo de conteúdo através da mídia, ficando, dessa forma, conectado com um universo virtual, onde se faz presente em um ambiente amplo, com inúmeras contextualizações, onde se encontram diversos tipos de notícias, mensagens, vídeos e informações em gerais.

O termo mídia refere-se a todo recurso que possui som, imagem, movimento, cores e texto. As mídias podem ser classificadas em mídias informativas – TV, vídeo, livro, filme,

revista, rádio, jornais – e mídias interativas como a internet e o vídeo game. (LUSTOSA E MACIEL 2010 e BETTI 2001).

Com o passar do tempo e com o sucesso obtido junto à sociedade, hoje, os recursos midiáticos tornaram-se fortes aliados do ser humano desde a conversação entre familiares longínquos, até para acompanhamento de noticiários, frivolidades acerca da vida de celebridades e muitas outras coisas. De fato, como alertam Camilo e Betti (2010), a ligação entre a sociedade e os recursos midiáticos é tão forte que um programa de TV, uma novela, um artista, por exemplo, têm o poder de influenciar até mesmo a emoção do público, provocando mudanças de humor, de opinião, ditando moda, entre outras coisas.

Nesse cenário, os jovens, cada vez mais encontram facilidade de manuseio desses recursos, estando sujeitos ao uso excessivo desses recursos. Conseqüentemente, a escola também passa a ser influenciada por eles, uma vez que os estudantes de hoje tem muito mais facilidade para possuir um aparelho eletrônico e se conectar às redes sociais.

Há algum tempo, o uso das redes sociais e da internet em aula encontrava bastante resistência por parte dos professores, contudo, com a popularização das tecnologias, isso mudou e as escolas estão se abrindo para a era digital e

as redes sociais como ferramentas de ensino, entre elas o *facebook*, o *twitter* e também os sites de vídeos.

Entretanto, em muitas escolas, principalmente aquelas sem grandes condições financeiras para investir em tecnologia, muitos professores e o núcleo gestor da instituição ainda são pouco aptos para lidar eficientemente com tais meios de comunicação e, além disso, outras não exploram as redes sociais dentro das salas de aula por receio de que seus alunos tenham acesso a outros conteúdos não diretamente relacionados ao assunto ministrado na aula.

Dentre os recursos mais utilizados pelos jovens as redes sociais são a maioria, pois, como asseguram Azevedo e Rodriguez:

Uma rede social refere-se a um conjunto de pessoas (organizações ou entidades) conectadas por relacionamentos sociais, motivadas pela amizade, relação de trabalho ou troca de informação – uma representação formal de atores e suas relações. (2010, p. 11).

Um fator determinante para isso ocorrer é que o *facebook* é um produto com grande aceitabilidade no mercado pelo fato de possuir inúmeros recursos que podem satisfazer a necessidade de estar conectado com o mundo virtual diariamente. Por isso, Dalmaso (2012) afirma que todos os

grupos midiáticos se entrelaçaram a esta rede social, pois ela oferece a praticidade e rapidez na exposição dos conteúdos.

MATERIAL E MÉTODOS

Esta pesquisa, centrada numa abordagem qualitativa, (GIL, 2008) foi realizada na escola de ensino médio “Josefa Alves Bezerra”, localizada no distrito de São Pedro, município de Jucás, CE.

Para ancorar a análise dos resultados, foi aplicado um questionário circundando a temática *facebook*, com o intuito de tentar elucidar o que os estudantes pensam acerca da influência das redes sociais nas aulas de Educação Física e sobre quais as vantagens e desvantagens dessa ferramenta disseminada entre os jovens.

Como passo preliminar, foi entregue aos estudantes um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para que os responsáveis por eles assinassem dando ciência de todos os aspectos da pesquisa. Ressalta-se que no momento da aplicação do questionário os pesquisadores estavam presentes para sanar quaisquer indagações sobre as questões.

Os dados coletados e analisados, cujos resultados são apresentados detalhadamente. Conforme os itens, vantagens e

desvantagens de ambas as assertivas “Sim” e “Não”, constam separadamente, preservando a ordem de sequência.

RESULTADOS

Neste item, serão discutidos os resultados e comparados com a referida literatura e, portanto, serão apresentadas as opiniões dos alunos acerca das vantagens e desvantagens do uso das redes sociais como procedimento metodológico nas aulas, bem como os resultados dos estudantes que utilizam e os que não utilizam as redes sociais (*facebook*) nas aulas de Educação Física.

Com base nas respostas relacionadas às vantagens, pode-se compreender que o *facebook* é uma ferramenta aliada para sanar dúvidas com os colegas, bem como um meio de interação. Contudo, há aqueles que não conseguem perceber vantagem no uso educacional dessa ferramenta. Nesse sentido Betti e Kuriki (2011) afirmam que as ações pedagógicas em Educação Física precisam de atualizações baseadas nas mudanças ocorridas atualmente, principalmente pela realidade encontrada pelo profissional ao ingressar no ambiente escolar. Por outro viés, alguns veem como desvantagem, pois serve apenas na comunicação entre os amigos ou para manter-se informado, além de interferir na participação das aulas práticas.

Por fim, percebe-se que não acontece uma relação de contribuição do *facebook* para a escola, pois os estudantes se utilizam dele de maneira inapropriada e acabam se prejudicando durante a aula, pois não há um tempo para a utilização da ferramenta em prol do conteúdo.

Entretanto, Meneses (2003) considera que é interessante que o professor esteja adequadamente preparado, pois os estudantes são capazes de criar jogos digitais ou outros programas, embora somente isso não seja garantia de sucesso de aprendizagem em sala de aula.

Fica evidente que o *facebook* é uma realidade na escola, haja vista que um percentual considerável respondeu “sim” (62%) quando perguntados se, em algum momento, o utilizaram durante as aulas. Os motivos alegados são vários e vão desde necessidade própria como falar com os amigos e tirar dúvidas a respeito do conteúdo, ou apenas por gostar de estar conectado.

Por outro viés, as respostas negativas, que correspondem a 38% dos entrevistados, apontaram ou o desinteresse ou a falta de oportunidade em utilizar o *facebook* durante as aulas. Percebe-se que os estudantes manifestam o interesse de interagir com as redes sociais de alguma forma, que essa ferramenta pode ser mais uma aliada na busca pelo conhecimento.

Ao tratar dos desafios enfrentados pelos professores, Prensky (2012), afirma que o trabalho deles e dos instrutores não é nada fácil, pois necessitam estar atentos com as novidades metodológicas do ensino, além de ter que prender a atenção dos alunos que, em geral, pensam que há coisas mais interessantes para fazer do que estar em sala de aula.

Por outro lado, a negação do *facebook* pelos estudantes quanto ao uso nas aulas pode ser entendida pela falta de conhecimento dessa ferramenta, o que deve ser verificado, pois é algo que pode contribuir na formação deles se for devidamente explorado.

Outro fator apontado por eles para essa rejeição é a maneira como os professores reagem quando algum membro da sala utiliza o *facebook*, repreendendo-os porque este não é um método de ensino utilizado na escola. Sob esse ponto de vista, Buczek (2009) ressalta que deve ser considerada a individualidade de cada criança, o professor precisa de cautela durante as promoções das aulas esportivas, pois estas deverão ter um objetivo inclusivo e de ampliar saberes pessoais, cognitivos e sociais.

CONCLUSÃO

Mesmo acreditando que essa discussão não se esgota apenas em um estudo, ousa-se afirmar que a influência da rede social “*facebook*” sobre os estudantes não é vista com bons olhos pela escola, pois é suposto que pode prejudicar a aula desviando a atenção deles daquilo que “realmente interessa”. Entretanto, a análise do contexto permitiu verificar que, se algumas diretrizes forem seguidas, a ferramenta pode ser usada com grande chance de sucesso, pois pode contribuir para a ampliação do conhecimento, bem como para a interação do grupo.

Enfim, embora haja uma dificuldade por parte da escola em aceitar a presença das redes sociais entre os alunos, é necessário pensar em formas de despertar o interesse deles e incluir, de forma efetiva, o *facebook* no processo de ensino–aprendizagem. Para tanto, o professor poderia dedicar uma aula por mês para explorar essa ferramenta e também estimular alguns estudantes que não têm contato com as redes sociais, disponibilizando esse espaço para a familiarização e interação entre eles.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, T. B.; RODRIGUEZ, M. V. R.. *A Criação do Conhecimento nas redes sociais*. VI Congresso Nacional de Excelência em Gestão, Niterói, RJ, 2010. Disponível em: http://www.excelenciaemgestao.org/portals/2/documents/cneg6/anais/t10_0326_1123.pdf. Acessado em: 26/Ago/2014.

BETTI, M. Mídias: Aliadas ou Inimigas da Educação Física Escolar? Universidade Estadual Paulista, *Motriz*, vol. 7, n.2, PP. 125–129, Jul–Dez, 2001. Disponível em: <http://www.rc.unesp.br/ib/efisica/motriz/07n2/Betti.pdf>. Acessado em: 26/Ago/2014.

BETTI, M.; KURIKI, F. M.. *As proposições teórico–metodológicas para a Educação Física escolar das décadas de 1980 e 1990: antes, agora, e depois*, Buenos Aires, fev 2011. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com>>. Acessado em 28. Fev. 2014.

BUCZEK, M. R. M. *Movimento, expressão e criatividade pela Educação Física*. 22. ed. Curitiba: Base Editorial, 2009.

CAMILO, R. C.; BETTI, M.. Multiplicação e Convergência das Mídias: desafios para a educação física escolar. *Motrivivência*, Ano XXII, nº 34, p. 122–135, jun, Florianópolis, 2010. Acessado em: 26. Ago. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/17149>.

GIL, A. C. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 6. Ed. Atlas, São Paulo, 2008.

LUSTOSA, E.; MACIEL, M. F. *História da Mídia Impressa da Educação*. 1º Encontro PR/SC de História da Mídia, UNICENTRO, Guarapuava, 2010.

PRENSKY, M. *Aprendizagem Baseada em Jogos Digitais*. São Paulo: Senac, 2012.

12 EMERGÊNCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DOCENTE EM EDUCAÇÃO FÍSICA

Antônio Adrísio Vidal da Silva¹

Stela Lopes Soares²

José Jhonatan Viana Teixeira³

Andriele de Araújo Pereira⁴

Rayane de Tasso Moreira Ribeiro⁵

Poliana Freire da Rocha Souza⁶

INTRODUÇÃO

No decorrer das últimas décadas, alguns aspectos relativos ao meio ambiente ganharam considerável destaque, refletindo-se nos inúmeros debates, fóruns, conferências, resoluções e leis cujo intuito é preservar e conscientizar sobre a questão ambiental. No entanto, percebe-se que há ainda muito que ser tratado e, nesse contexto, insere-se a formação docente em Educação Física.

¹ <http://lattes.cnpq.br/7324224354225247>

² <http://lattes.cnpq.br/6884284520373325>

³ <http://lattes.cnpq.br/3311008376116824>

⁴ <http://lattes.cnpq.br/4927642049467923>

⁵ <http://lattes.cnpq.br/8662886938924423>

⁶ <http://lattes.cnpq.br/0646967185282934>

Diante desse cenário, a motivação para essa pesquisa é promover discussões sobre o tema meio ambiente no processo de formação docente em Educação Física e, a partir dessa premissa, o objetivo geral que a norteou é fazer uma análise do momento em que a Educação Ambiental se torna necessária no processo de formação do professor de Educação Física e, além disso, especificamente, compreender a relação entre esta disciplina e a Educação Ambiental, definindo os princípios que as norteiam e relacionando a importância desta no currículo acadêmico.

Essa pesquisa justifica-se pela possibilidade de contribuir para o aprimoramento das capacidades didáticas e pedagógicas dos docentes, pois, através da leitura atenta da bibliografia, é possível fazer uma reflexão sobre o aspecto ambiental no currículo e aperfeiçoar-se profissionalmente.

MARCO TEÓRICO

Barbieri, Porelli e Mello (2009) afirmam que, no final dos anos 1970, a Educação Física ganhou um lugar de destaque social, pois, ao mesmo tempo em que contribuía para a educação de corpos para o trabalho, também moldava as mentes e ditava comportamentos.

A partir dos anos oitenta, conforme assegura Daólio (1997), as abordagens em Educação Física passaram a ser defendidas e discutidas por diferentes autores e, paralelamente a essas discussões, também surge o contexto histórico ligado a Educação Ambiental. Até então, conceitos inerentes ao meio ambiente não eram discutidos e o que predominava era o pensamento relacionado ao desenvolvimento da tecnologia e dos meios de produção em massa.

Nesse período, conforme as discussões aconteciam na esfera da Educação Física, paralelamente se passou a pensar no meio ambiente e nas implicações decorrentes do mau-uso dos recursos naturais, dentre os quais podem ser citados: os desperdícios e as ações negativas em todas as esferas, desde a falta de respeito pela flora e pela fauna até a poluição do ar, do ar, rios, matas e cidades. Assim, cabe lembrar as palavras de Alvin, para quem:

Esse fato ocorreu devido à evolução da organização da sociedade e o consequente aumento da pressão sobre as demandas ambientais de um lado, e do outro, o fim da ditadura militar, que culminou na promulgação da n° 6. 938 de 1981 que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente e que criou o Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA) e o Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), com fins políticos para conscientização da comunidade em prol de

ações públicas que preservassem o Meio Ambiente através da Educação Ambiental (2009. p. 35).

A própria abertura política, ao mesmo tempo em que abria espaço para as discussões acerca da formação em Educação Física, também contribuiu para que fossem pensadas ações concernentes às questões ambientais, em virtude dos problemas relacionados ao meio ambiente que vinham aumentando progressivamente.

Assim, a temática educação ambiental, que a partir de agora será tratada pelas siglas EA, sugerida por Munhoz *et.al.* (2012), define-se como uma educação contínua com o objetivo de promover a conscientização dos indivíduos de uma determinada comunidade no que se refere às questões ambientais, desenvolvendo novos conhecimentos, valores e habilidades, para que, individual ou coletivamente, tenham capacidade para resolverem problemas nesse âmbito.

Posteriormente, essa temática torna-se Lei Federal na Constituição de 1988, mais especificamente no art. 225 do cap. VI: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. E, no mesmo artigo (parágrafo

1, inciso VI), torna-se obrigatório promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino.

Reforçando o que foi dito, Leite (2004) afirma que a educação que nos interessa não é a Educação Física, nos moldes do esteticismo grego, nem aquela nos moldes romanos, como preparação para a guerra imperial, mas a que interessa à humanidade nesse raiar do século XXI é a educação ambiental.

Portanto, a partir de uma nova proposta nos conteúdos na ementa da disciplina Gestão Ambiental e Atividades/ Esportes da Natureza, atendendo aos princípios da ética, respeito e preservação do meio ambiente, será possível difundir ainda mais os benefícios da prática de atividades físicas, a importância da preservação do meio natural e o conhecimento referente à educação ambiental, valorizando essa importante disciplina nos cursos de Educação Física.

Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) a educação ambiental, mais especificamente no inciso 2º do artigo 1º, ao ressaltar que a educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e a prática social.

Portanto, pode-se afirmar que a lei entende que a educação pode perpassar pelo convívio social, pelas práticas com inter e intrapessoais e, tais práticas, também se inserem no meio ambiente, com suas várias possibilidades no âmbito

do lazer, esporte, esporte de aventura, caminhadas, trilhas e outras atividades.

Também se torna relevante registrar a proposta de temas transversais nos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN, tais como: ética, pluralidade cultural, meio ambiente, saúde, diversidade sexual, conteúdos que se alinhavam com o desejo de implementar aulas cada vez mais inclusivas e participativas, que levem os alunos a buscarem novas formas de resolver conflitos, a repensar suas ações, enfim, a agregar valores como solidariedade e respeito mútuo (PCN, 1997).

A Educação Ambiental, como um processo em que os indivíduos constroem coletivamente o conhecimento, as habilidades e as atitudes com objetivo de conservar o meio ambiente, acarretando uma qualidade de vida, também está presente na definição dada PCN (1997) para o termo, onde também é mencionado o termo sustentabilidade.

Ademais as instituições educativas possuem também a responsabilidade de promover a EA de maneira integrada aos programas educacionais que desenvolvem. Desse modo, as IES – Instituições de Ensino Superior – por trabalharem no tripé ensino, pesquisa e extensão, devem dar uma forma diferenciada a essa abordagem, com vistas a uma melhor preparação dos discentes, possibilitando-lhes alternativas para

trabalhar com diferentes contextos sociais, adequando-se às leis que regem a EA.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para este trabalho, inicialmente foi realizado um levantamento bibliográfico sobre a temática “formação em Educação Física” no período compreendido entre os meses de agosto a setembro de 2013, a fim de ancorar teoricamente a discussão acerca da formação desse profissional, correlacionando-a com os princípios da Educação Ambiental e com as leis e documentos que fundamentam inclusão da EA em todos os níveis de ensino.

No segundo momento, iniciado em outubro de 2013 e findo na penúltima semana do referido mês, relacionou-se a formação em nível superior do já mencionado curso e suas contribuições, baseando-se em uma boa formação em Educação Ambiental. Nessa perspectiva, para analisar e discutir os resultados, foi sugerida uma verificação da ementa da disciplina Gestão ambiental do Curso de Educação Física da Universidade Estadual Vale do Acaraú, destacando suas potencialidades e buscando alternativas que pudessem contribuir com a disciplina.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As análises e as observações permitiram constatar que a EA pode ser um importante contributo para os cursos de Educação Física, pois pode auxiliar na formação de um futuro educador, tornando-o apto a desenvolver em seus alunos uma consciência crítica a respeito do meio ambiente a partir da vivência da própria cultura corporal.

Para tanto, é necessário que as propostas de ementas dos cursos estejam articuladas com as condições locais onde o futuro professor irá atuar e, nesse sentido, tais propostas foram discutidas tomando-se como referência a ementa da disciplina “Gestão Ambiental e Atividades / Esportes da Natureza”, do Curso de Educação Física da Universidade Estadual Vale do Acaraú, Sobral, CE.

A partir da análise da ementa dessa disciplina, que faz parte do 2º semestre na grade curricular e é umas das primeiras a ser implantada e umas das poucas existentes relacionadas à questão ambiental nos cursos de Educação Física na região Nordeste, pôde-se perceber um trato mais específico destinado ao ecoturismo e à sustentabilidade, o que é um fator que muito contribui para uma formação de qualidade do profissional.

Nessa perspectiva Travassos sugere que:

A forma de pensar e agir sobre os problemas ambientais implicam inter-relação da ética, da política, da economia, da ciência, da cultura, da tecnologia, da ecologia, para uma prática educação ambiental voltada para a mudança do comportamento das comunidades (TRAVASSOS, 2001, p. 4).

Considerou-se relevante também, como proposta de avaliação nessa disciplina, a elaboração de um projeto turístico para a cidade do discente, pois isso oportunizaria o conhecimento da realidade local e um estudo mais aprofundado sobre as potencialidades e dificuldades daquele espaço.

Observou-se, entretanto, que essa ementa necessitava de uma atualização, haja vista que as propostas e os conteúdos da mesma ainda eram baseados na antiga ementa do fluxograma 2009.2, em que o nome da disciplina ainda era “Gestão ambiental e Ecoturismo”, evidenciando que a ênfase do curso era o ecoturismo, como já foi enfatizado neste trabalho. Desse modo, buscou-se contemplar maior variedade de conteúdos inerentes a esse contexto a partir de referências atualizadas e que pudessem expandir a visão da disciplina.

As sugestões do módulo 1 pautam-se na perspectiva de tornar conhecidas aos acadêmicos as origens e as relações da

Educação Ambiental com a Educação Física. Alvin, (2009) afirma que a educação ambiental deve fazer parte das discussões dos professores, pois, além de proporcionar o conhecimento dos principais problemas ambientais da região, ela os prepara para lidar com tais problemas, debatendo com seus alunos.

Para o módulo 2, foi proposta uma abordagem sobre os esportes da natureza, indagando as possibilidades e contribuições de cada um para a preservação e a conscientização de valores. Para alcançar esse objetivo, foram desenvolvidas atividades teóricas e práticas, tais como: trilhas, caminhadas ecológicas, *rapel*, ciclismo, *parkour*, tirolesa. Baseando-se em documentos e na bibliografia, propôs-se, ainda, a discussão dos principais esportes e atividades da natureza em seus respectivos ambientes, objetivando buscar soluções e estratégias para a preservação e conscientização acerca do meio ambiente, a começar pelo ambiente escolar.

Em todo esse processo, o meio ambiente deve ser olhado sempre a partir de uma visão holística, considerando não somente os ideais de preservação, mas também os fatores bióticos, abióticos e os culturais, inclusive com um tópico destinado à relação Meio Ambiente e Cultura. Afinal, como afirma Berna (2011, p. 20), “Um educador ambiental precisa ter clara compreensão dessa realidade, procurando, primeiro,

associando-se às lutas populares pelo resgate cultural e, segundo, desenvolvendo técnicas, como memória viva para iniciar uma formação de identidade cultural dos educandos com o lugar em que vivem”. Assim, como proposta final, foi sugerido aos futuros professores a elaboração de um plano de aula que priorizasse esse intento.

Nesse trabalho, percebeu-se que as discussões em relação à formação e às propostas para a Educação Física surgiram no mesmo contexto histórico da Educação Ambiental, mais precisamente na década de 1980, época em que a abertura política cedeu espaço para ambas as discussões. Foram realizadas também importantes conferências que culminaram na criação de leis e estatutos, cujo intuito era valorizar questões ambientais antes não pensadas em virtude da valorização da industrialização e do desenvolvimento da tecnologia.

Apontou-se, ainda, a Educação Ambiental como suporte para promover a conscientização, a ampliação do conhecimento, o cultivo de valores, o desenvolvimento de habilidades e o entusiasmo para que os problemas ligados ao meio ambiente possam ser solucionados. Também foram abordados os principais documentos e leis que legitimam o meio ambiente no País, bem como a relação da educação Física com a Educação Ambiental.

Ao longo do percurso deste trabalho, detectou-se que as atividades e esportes da natureza podem contribuir para uma Educação Ambiental de qualidade, por meio de práticas, reflexões dos impactos ambientais dessas atividades, e de metodologias alternativas para as escolas conforme a realidade local, de maneira que os alunos tenham acesso a tais práticas e a partir dessas ampliem seus conhecimentos e sua consciência sobre as questões ambientais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finaliza-se esta pesquisa verificando que há uma necessidade de uma nova proposta de conteúdo na ementa da disciplina Gestão Ambiental e Atividades/ Esportes da Natureza, uma vez que ainda é utilizado o antigo fluxograma de 2009.2, que enfatiza o ecoturismo. Por isso, como sugestão final, aponta-se uma proposta de inserção nos conteúdos de temas e atividades que possibilitem a elaboração de projetos e pesquisas relacionadas aos problemas ambientais, atendendo à prerrogativa das IES de trabalhar a disciplina Gestão Ambiental no tripé ensino, pesquisa e extensão.

Vale ressaltar que a disciplina deve ser trabalhada de maneira a estimular os futuros educadores a elaborarem novas propostas educativas a partir dos valores discutidos, pois a

relação entre Educação Física e Educação Ambiental está baseada na própria cultura corporal, em que a Educação Física pode desempenhar papel fundamental na conscientização e na aquisição de valores voltados para as práticas de responsabilidade sócio–ambiental.

REFERÊNCIAS

ALVIN, M. P. B. *Educação Física e Educação Ambiental: Uma relação possível e imprescindível*. Estudo realizado na região do Vale do Rio Doce, Minas Gerais, Brasil. 2009. 319 f. Tese (Doutorado em Ciências do Desporto)– Faculdade de Desporto, Universidade do Porto, Porto, 2009.

BARBIERI, A. F.; PORELLI, A. B. G.; MELLO, R. A. Abordagens, concepções e perspectivas de Educação Física quanto á metodologia de ensino nos trabalhos publicados na Revista Brasileira de Ciências do Esporte (Rbce) em 2009.

BERNA. V. S. D. *Como fazer educação ambiental*. 5. Ed. São Paulo: Paulus, 2011.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Brasília, DF, Senado, 1988.

DAÓLIO, J. *Educação Física Brasileira: Autores e atores da década de 80*. 1997. 97 f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Curso de pós–graduação em Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL.
Portal do Ministério da Educação – MEC. Acessado em: 20 set.
2014. Disponível em: <portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>.

LEITE, D. M. T. Educação Física, Esporte e Lazer na Natureza:
preservação, modismo, apologia. Será tudo isso? *Revista
Motrivivência*, ano XVI, nº 22, Jun/2004, p. 137–143.

MUNHOZ, J. M. et al. A Educação Ambiental no Ambiente
Escolar como Auxiliadora na Formação de Educandos
Cidadãos. *Monografias Ambientais Remoa/UFSM*, Santa
Maria. v.8, n.8,p. 1817 – 1823, ago. 2012.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS – PCNs:
Educação Física /Secretaria de Educação Fundamental.
Brasília MEC/SEF, 1998. 96p. Disponível em:
<<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>>.
Acessado em 02 jun.2014.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS: Educação
Física /Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília:
MEC/SEF, Educação Básica, 1997.

TRAVASSOS, E. G. A educação ambiental nos currículos:
dificuldades e desafios. *Bio terra–Revista de Biologia e
Ciências da Terra*. Paraíba v. 1, n 2, p. 1–11, 2001.

13 APRENDIZAGEM MOTORA E TRANSTORNOS ESPECÍFICOS DO DESENVOLVIMENTO DAS HABILIDADES ESCOLARES: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Maria Aldeita Uchoa da Silva¹

Nádia Duarte Alexandre²

David Johnny Silva Aragão³

Nilmara Serafim Chagas⁴

Cleyton Gomes de Paula⁵

INTRODUÇÃO

Importantes discussões têm sido feitas acerca da prática pedagógica em Educação Física envolve, dentre elas as intervenções junto a crianças com algum distúrbio ou deficiência. Para tanto, é necessário conhecer os conteúdos específicos da disciplina, a fim de possibilitar ações mais conscientes e significativas no trabalho com esses estudantes.

Por acreditar numa perspectiva que permita o aprendizado e o desenvolvimento de todos os alunos, independente de serem especiais ou não, que este trabalho foi

¹<http://lattes.cnpq.br/9169446563127788>

² Nadia-alexandre@hotmail.com

³<http://lattes.cnpq.br/9033774641002471>

⁴<http://lattes.cnpq.br/9136440350970047>

⁵<http://lattes.cnpq.br/5391286673224149>

desenvolvido. Como fator especial de motivação tem-se o fato de um dos autores possuir larga experiência junto a projetos voltados à educação especial, principalmente no trabalho desenvolvido no ano letivo de 2014 em que ela acompanhou o desenvolvimento pedagógico de um aluno com distúrbio de aprendizagem.

Embora não seja uma tarefa fácil compreender o que são distúrbios de aprendizagem, na atual conjuntura, em que se prioriza a educação inclusiva, torna-se relevante compreender tal conceito, pois também ele requer adequações do processo de ensino para que se tenha êxito.

Este trabalho tem por objetivo geral realizar um estudo sobre a aprendizagem motora de uma criança com transtornos nas habilidades escolares, bem como levantar dados da literatura científica sobre a temática; entender conceitos e apresentar brevemente a classificação das deficiências e, finalmente, analisar as concepções do professor em seu cotidiano escolar sobre os distúrbios e as dificuldades de aprendizagem de seus alunos, verificando a influência dessa patologia dentro da prática pedagógica e do contexto escolar.

MARCO TEÓRICO

Para algumas pessoas, os anos escolares estão relacionados a um desenvolvimento contínuo e crescente de suas habilidades acadêmicas e seu desempenho reflete esse percurso e aprender da maneira como as escolas ensinam é natural para esses alunos, mas não é assim para todos, pois alguns deles apresentam dificuldades para acumular saberes: são comumente denominadas de transtornos da aprendizagem (Murarolli, Tótora, Caliatto, 2013).

Sob o ponto de vista do Instituto de Saúde Mental, as tentativas de definição do termo Dificuldade de Aprendizagem ou Escolar ainda não é consensual, por isso o órgão sugere que a temática seja abordada academicamente como Dificuldades da Aprendizagem (DA), preferível a Dificuldades Escolares, este menos específico porque não restrito obrigatoriamente ao aprendizado. (Instituto de Saúde Mental, 2015)

Segundo Spear–Swerling e Sternberg. (1996) as dificuldades de aprendizagem estão relacionadas a três grandes perspectivas: intrínsecas, extrínsecas e perspectivas mistas. Nas primeiras, as causas da não–aprendizagem são próprias do indivíduo, tendo assim origem na criança e são neurológicas, genéticas ou psicológicas; já as segundas são

decorrentes das condições do meio em que o estudante vive; e as mistas correspondem às características próprias do indivíduo aliadas às condições do meio, considerando ainda as suas relações interpessoais.

Os transtornos do aprendizado englobam um rol de conceitos que não estão claros para os membros da comunidade escolar em geral, tais como distúrbio, dificuldade e deficiência da aprendizagem, termos que têm sido utilizados de forma aleatória, tanto pela literatura especializada, quanto na prática clínica e escolar, para designar quadros diagnósticos diferentes. (MOOJEN, 1999)

A Organização Mundial da Saúde (CID – 10, 1993, p. 237) define transtornos de aprendizagem como:

grupos de transtornos manifestados por comprometimentos específicos e significativos no aprendizado de habilidades escolares. Estes comprometimentos no aprendizado não são resultados diretos de outros transtornos (tais como retardo mental, déficits neurológicos grosseiros, problemas visuais ou auditivos não corrigidos ou perturbações emocionais) embora eles possam ocorrer simultaneamente em tais condições.

Segundo o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – DSM – IV, organizado pela Associação Psiquiátrica Americana (1995, p. 46):

Transtornos de aprendizagem são diagnosticados quando os resultados do indivíduo em testes padronizados e individualmente administrados de leitura, matemática ou expressão escrita estão substancialmente abaixo do esperado para sua idade, escolarização ou nível de inteligência [...]. Os transtornos de aprendizagem podem persistir até a idade adulta.

Quanto aos transtornos específicos no desenvolvimento das habilidades escolares, segundo Classificação Internacional de Doenças (CID 10) da Organização Mundial de Saúde, para se referir aos problemas psicopatológicos é aceito o uso da expressão “transtornos” ou “distúrbios mentais”, os quais são classificados em F80-F89 e têm em comum: a) início situado obrigatoriamente na primeira ou segunda infância; b) comprometimento ou retardo do desenvolvimento de funções estreitamente ligadas à maturação biológica do sistema nervoso central; e c) evolução contínua sem remissões nem recaídas. (CID 10, 2015)

Na maioria dos casos, as funções atingidas compreendem a linguagem, as habilidades espaço–visuais e a coordenação motora. Habitualmente o retardo ou a deficiência já estava presente mesmo antes de poder ser posta em evidência com certeza, diminuirá progressivamente com a

idade; déficits mais leves podem, contudo, persistir na idade adulta. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2015)

Convém ressaltar, entretanto, que este relato é relacionado ao Retardo Mental (F70-79), classificado como leve, moderado, grave ou profundo; no caso do aluno objeto da pesquisa foi diagnosticado com a F71, Retardo mental moderado, e com a 81.9, transtorno não específico do desenvolvimento das habilidades escolares, que é a incapacidade de aquisição de conhecimentos, necessitando, por isso, do Serviço de orientação pedagógica (SOE).

Fazem parte da categoria transtornos específicos do desenvolvimento das habilidades escolares (F81), as seguintes subcategorias:

F81.0 – Transtorno específico da leitura;

F81.1 – Transtorno específico do soletrar;

F81.2. – Transtorno específico de habilidades aritméticas;

F81.3 – Transtorno misto das habilidades escolares;

F81.8 – Outros transtornos do desenvolvimento das habilidades escolares;

F81.9 – Transtornos do desenvolvimento das habilidades escolares, não especificado.

A visão que se tem é que a deficiência é uma barreira que limita o corpo e, por isso, o termo acaba se tornando

pejorativo, sinônimo de desigualdade, concepção que influenciará principalmente no contexto do indivíduo, impedindo-o, muitas vezes, de usufruir de todas as situações propiciadas pelo convívio social.

As limitações decorrentes da deficiência podem ser corporais, intelectuais e sensoriais (auditiva e visual), cada uma com características próprias que ocasionam diversos impedimentos corporais. A deficiência intelectual, por sua vez, é caracterizada inicialmente pela dificuldade de diagnosticar, em alguns casos, isso só acontece quando a criança já se encontra em uma fase mais avançada, pois ela não se manifesta na aparência, mas na dificuldade de aprender, ou no aparecimento de um desequilíbrio no comportamento.

Entretanto, nem toda criança que apresenta dificuldade para aprender pode ser considerada deficiente intelectual. O método utilizado para classificar o nível de inteligência ainda é inadequado para responder aos questionamentos desta deficiência. Segundo Gomes *et.al.*:

[...] A medida do coeficiente de inteligência (QI), por exemplo, foi utilizada durante anos, como parâmetro de definição dos casos. O próprio CID 10 (Código Internacional de Doenças desenvolvido pela Organização Mundial de Saúde) ao especificar o Retardo Mental (F70–79), propõe uma definição ainda baseada no coeficiente de inteligência,

classificando-o entre leve, moderado e profundo, conforme o comprometimento (2007, p.14).

As dificuldades de aprendizagem causadas por transtornos ou deficiências devem ser diagnosticadas através de avaliações cujo objetivo seja compreender o histórico da criança, analisar a natureza dos problemas de aprendizagem, além de verificar as potencialidades e vulnerabilidades cognitivas e comportamentais dela. Portanto, é importantíssimo que as habilidades sociais sejam acessíveis a todas as crianças como um componente essencial para a aprendizagem e o sucesso escolar, bem como para o desenvolvimento socioemocional e o ajustamento na escola (PINOLA, 2007, p. 240).

Também é fundamental que o avaliador seja de confiança, promovendo a aceitação mútua do estudante, dos pais e dos professores. Além disso, os instrumentos de avaliação, que não devem se pautar nas dificuldades em competências que ainda não foram ensinadas, precisam possuir características que permitam uma análise eficaz do problema e forneçam pistas para a intervenção.

RELATO DE EXPERIÊNCIA

Os problemas no aprendizado surgem ou manifestam-se frequentemente após o ingresso da criança no contexto escolar, momento importante e ideal para a análise de dificuldades relacionadas à aprendizagem.

Inúmeros fatores devem ser levados em consideração no diagnóstico da dificuldade de aprendizagem demonstrada pelo educando, pois elas, bem como os transtornos, manifestam-se de formas e intensidades diferentes em cada criança, pois cada uma é única e as estratégias educacionais deverão ser adaptadas para atender às necessidades delas.

O caso aqui relatado foi realizado em uma escola pública municipal do município de Iguatu, região centro-sul do Estado do Ceará. Com 123 estudantes, apenas um apresenta dificuldade de aprendizagem, diagnosticado como retardo mental moderado e transtorno não especificado do desenvolvimento das habilidades escolares.

A referida criança foi alvo da pesquisa durante 75 dias nos meses de agosto a dezembro de 2014, no objetivo de avaliar os aspectos de sua aprendizagem motora e o nível de comprometimento de suas habilidades escolares. Isso se deu através de diários de campo, contemplando os seguintes itens:

a) resposta em relação às atividades propostas; b) expressão corporal; c) socialização em sala de aula; d) infrequência; e) opinião da pesquisadora.

Teoricamente, o trabalho foi embasado pela pesquisa desenvolvida por Pádua (2004), em que ele afirma que: “É toda base de conhecimento fixado materialmente suscetível de ser utilizado para consulta, estudo ou prova”. Portanto, justifica-se o estudo de caso.

Acerca dos aspectos éticos foram entregues termos de consentimento e esclarecimento para todos os envolvidos na pesquisa, bem com um termo de participação foi assinado pelos responsáveis pelo aluno alvo com a finalidade de evitar qualquer constrangimento de qualquer natureza a ele.

A partir do início dos trabalhos, observou-se que o aluno ainda estava na fase pré-silábica, pois não escrevia ou lia palavras e frases e apresentava grande dificuldade se comparado a seus colegas. Em decorrência disso, não compreendia os respectivos conteúdos apresentados e seus registros se davam por meio de rabiscos e desenhos indefinidos.

Também se percebeu recorrentes oscilações de humor, indisciplina e alguns conflitos com os colegas e com a professora, muitas vezes deixando de seguir as recomendações dela.

Nas atividades em grupo, o aluno apresentou um bom desempenho, pois conseguiu realizar todas as atividades propostas, de maneira entusiasmada e em harmonia com os colegas. Cabe lembrar que isso se dava nas aulas de Educação Física, em que a maioria das atividades é em grupo no intuito de promover a socialização entre os colegas, propiciando uma mudança positiva no comportamento dele.

Nas observações feitas da 1ª à 15ª aula, o estudante analisado apresentou um comportamento inquieto, com mudanças bruscas de humor e em alguns momentos, torna-se agressivo com os colegas e não obedece às recomendações da professora. Além disso, cabe esclarecer que ele faz uso de medicação controlada, o que o deixava constantemente sonolento em sala de aula, prejudicando seu desempenho.

Da 16ª a 30ª aula, ficou evidente a importância da convivência com os demais colegas, pois nas atividades há uma interação construtiva, o aluno apresenta bom desempenho e parece estar bastante feliz em executá-las.

No período de observação entre a 31ª à 45ª aula, assim como nos anteriores, o estudante contribui para as atividades coletivas, mas no âmbito individual, em especial nas tarefas de Língua Portuguesa, suas dificuldades são mais evidentes. É possível verificar com isso a importância de atividades coletivas, principalmente as desenvolvidas durante as aulas de

Educação física.

A partir da 46ª até a 60ª aula, notou-se que o aluno possui capacidade de realizar a maioria das atividades propostas em sala, demonstrando aptidão física para se locomover, pular e brincar.

Na aula seguinte até a 75ª, percebeu-se que a educação física poderia ajudá-lo bastante, principalmente no quesito socialização, como também nas atividades.

CONCLUSÃO

A partir da observação constante e sistemática do comportamento do aluno durante as aulas, pode-se afirmar que não ele não apresenta um comprometimento motor. Entretanto, é sempre conveniente ressaltar que há algumas recomendações para educadores que intervêm junto a esse tipo de público:

- Adequação pedagógica ao processo individual desse aluno, considerando que o uso de medicamentos pode provocar sonolência e uma conseqüente desatenção;
- Atenção aos comportamentos agitados do aluno, incluindo atividades que possam ser realizadas com movimento, a fim de possibilitar o aprendizado dele.
- Promoção do convívio social que, a princípio, pode ser

estranho ao aluno, mas é importante para incitar a tolerância e o respeito mútuo.

Por fim, pode se ressaltar que as políticas de apoio a escolares com dificuldades de aprendizagem são necessárias e podem, se não nivelar, garantir a possibilidade de educação para esse público que até então não tinha oportunidade de inserção no ambiente escolar.

REFERÊNCIAS

GOMES, Adriana L. Limaverde. *Atendimento Educacional Especializado em Deficiência Mental*. Brasília: SEESP/SEED/MEC, 2007.

Instituto de Saúde Mental – ISAM. 2015. Acessado em: 12. fev. 2015. Disponível em: <<http://isam-instituto.com.br/downloads/saude%20mental/dificuldades-em-aprendizagem.pdf>>.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. DATASUS, 2015. Acesso em: 12. Fev. 2015. Disponível em: <http://www.datasus.gov.br/cid10/V2008/WebHelp/f80_f89.htm>.

MURAROLLI, P. L.; TÓTORA, S. H. C.; CALIATTO, S. G. As dificuldades de aprendizagem e transtorno da dislexia: um relato de experiência. *Quaestio: Revista de Estudos de Educação*, v. 15, p. 207–220, 2013.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini de. *Metodologia da pesquisa: Abordagem teórico-prática*. 10. Ed. Campinas, SP, Papirus, 2004.

PINOLA, Andréa Regina Rosin, *et.al.* Habilidades sociais e problemas de comportamento de alunos como deficiência mental, alto e baixo desempenho acadêmico. *Rev. Bras. Ed. Especial*, Marília, Mai.–Ago. 2007, v.13, n.2, p.239–256.
Disponível em:<
<http://www.scielo.br/pdf/rbee/v13n2/a07v13n2.pdf>> Acessado em 10 Out. 2014.

SPEAR–SWERLING, L.; STERNBERG, R. J. *Off track: when poor readers became learning disabled*. Boulder: Westview Press, 1996.

MOOJEN, S. Dificuldades ou transtornos de aprendizagem? In: Rubinstein, E. (Org.). *Psicopedagogia: uma prática, diferentes estilos*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

